

Voltar ao rio para (re)descobrir a porta de Alcobaça para o mar

Uma proposta para o território do rio Alcoa na antiga Lagoa da Pederneira



Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura
apresentada ao Departamento de Arquitectura da FCTUC em Fevereiro de 2015
sob a orientação do Professor Doutor Carlos Moura Martins
JOÃO PEDRO GARCIA CORDEIRO

Voltar ao rio para (re)descobrir a porta de Alcobaça para o mar

Uma proposta para o território do rio Alcoa na antiga Lagoa da Pederneira

Ao Professor Doutor Carlos Martins pela forma rigorosa e empenhada como
acompanhou o trabalho

Aos meus Pais pelos Princípios

Ao meu Irmão pela partilha de interesses

À Marinha pelo entusiasmo e disponibilidade

À Claudita e à Tânia por fazerem parte deste processo

À Laurizinha

Por mais que tente e que faça
Ninguém se pode esquecer
Das margens do Rio Baça
Nem do Alcoa que passa
Por ser mais lindo de ver.

Alcobaça

Maria de Lurdes Resende

RESUMO

O Alcoa é um rio integrado num território rico e diversificado, transformado por diversos factores, naturais ou antrópicos, ao longo dos séculos. Estas metamorfoses ocorreram mais significativamente no troço do rio a partir da zona urbana da cidade de Alcobaça até à foz. Actualmente, a paisagem é dominada por campos agrícolas; contudo, outrora fora ocupada pela Lagoa da Pederneira, um “braço” de mar reentrante. As boas condições proporcionadas pela Lagoa atraíram a fixação do Homem, deixando um legado de marcas arquitectónicas desde a época romana.

O século XII, após a doação do Couto de Alcobaça à Ordem de Cister, principia os impactos mais significativos do Homem no domínio da paisagem, pela aplicação de uma política precisa de exploração agrícola. Surgem as campanhas de arroteamento, edificam-se granjas, processam-se as primeiras obras de hidráulica e o emparcelamento do território. Estas iniciativas vão ter efeitos na Lagoa, acelerando o seu processo de assoreamento e conduzindo, mais tarde, à sua extinção. Com o fim das Ordens religiosas masculinas em Portugal novas alterações ocorrem na paisagem; as obras de hidráulica prosseguem, constroem-se as grandes vias de circulação, a actividade industrial desenvolve-se e surgem as primeiras estruturas associadas ao turismo.

O trabalho apresenta uma proposta para o troço do rio Alcoa no território da antiga Lagoa, valorizando a paisagem na relação com a cidade de Alcobaça. O projecto é constituído por três operações interligadas mas distintas, segundo as diferentes realidades geográficas do lugar. Na planície aluvial propõe-se uma ciclovia, associada a circuitos alternativos, que introduza e potencie a visita, a travessia e usufruto deste território. No vale de transição entre a zona urbana da cidade de Alcobaça e início dos campos agrícolas – a “garganta” - surge o programa do Parque Verde. O desenho do parque serve-se da riqueza natural do vale e das estruturas fabris da antiga COFTA, explorando novos percursos e definindo/resgatando novos espaços. Por fim, associado a estes dois objectivos, propõe-se redesenhar a porta da cidade, dignificando a principal estrada de ligação ao mar.

PALAVRAS-CHAVE: Alcoa, Alcobaça, Cister, COFTA, Couto, Granja, Hidráulica, Lagoa da Pederneira, Nazaré, Paisagem, Parque Verde

ABSTRACT

The Alcoa river is located in a in a very rich and diversified territory transformed by many natural or human-induced factors through the centuries. These metamorphosis were more intense on the part of the river located on the urban zone of Alcobaça city until the mouth of it. Nowadays the agricultural lands dominate the landscape. However once when the Pederneira Lagoon existed in these areas it looked just like if the sea (of Nazaré) “asked for permission” to enter these lands forming the precious lagoon. Such good conditions created by this river seemed attractive for the Human kind to settle there and leaving a legacy of architectural signs from the Roman times.

In the 12th century, after the Couto of Alcobaça was donated to the Cistercian Order, the landscape of this area faces the most important impacts by the Human kind with the implementation of concrete measures related to the farming systems to adopt. Some new actions are taken just like clearing lands, building farms, then the first hydraulic power supplies are made and also the land consolidations. The effects of these actions caused the speed up of the silting process which lately would cause its extinction. Other new changes occurred in this landscape with the end of the masculine religious orders in Portugal. The hydraulic supply works were kept, new and bigger routes are built, the industrial activity is developed and the first structures associated to tourism showed up.

The project which target is a part of the river Alcoa located near the old lagoon territory would have the objective of valuing the landscape, stablishing a relation between the old area and the city of Alcobaça. It would be also be divided by three connected but distinct parts according to each of the different geographic areas. A bicycle path would be created in the floodplain associated to other alternative paths to introduce/empower new activities connected to other kinds of leisure allowing the explorations of important aspects and places of this territory. Also concerning to the river, there is also the Green park program which makes the transition through the valley between the urban zone of Alcobaça city and the area where the agricultural lands begin: the V-shaped valley. The design of the park will take advantage of the valley's nature richness and also the industrial parks like the old COFTA, allowing exploring new trails discover new places. And finally there is also the intention of redesigning the city entrance by dignifying what was the main connection to the sea.

KEYWORDS: Alcoa, Alcobaça, Cistercian, COFTA, Couto, Granja, Hydraulic, Pederneira Lagoon, Nazaré, Landscape, Green Park

15 INTRODUÇÃO

I_O TERRITÓRIO DO RIO ALCOA NA ANTIGA LAGOA DA PEDERNEIRA

23 1. O Rio Alcoa

33 2. A Lagoa da Pederneira

37 2.1 A ocupação em redor da Lagoa da Pederneira: Da presença Romana até ao século XII

49 3. A ideologia de Cister: um processo de transformação da paisagem

49 3.1 Os “Monges Agrónomos” de Alcobaça

55 3.2 O Couto de Alcobaça

59 3.3 A Granja

69 3.4 Povoamento e emparcelamento do Couto

73 3.5 A gestão da Lagoa da Pederneira, sua extinção e as acções do Homem na rede hidrografia do rio Alcoa

87 3.6 A rede viária em redor da antiga Lagoa da Pederneira

95 4. Novas realidades pós-Cister

95 4.1 A Fragmentação do Couto

97 4.2 Acções do Homem na rede hidrográfica

103 4.3 O desenvolvimento industrial e o despontar do turismo
A Companhia de Fiação e Tecidos de Alcobaça

115 4.4 Novas infra-estruturas viárias

II_PROPOSTA

127 1. Mapa e perfis do rio Alcoa no território da antiga Lagoa da Pederneira

131 1.1 Ciclovia e percursos alternativos

141 2. Parque Verde no Vale do rio Alcoa

145 2.1 A estrada para a cidade, os percursos e as zonas do vale

A entrada da cidade

Os principais percursos

O *Terreiro*O *Jardim*A *Ilha*A *Clareira*

175 NOTAS FINAIS

179 ANEXOS

189 BIBLIOGRAFIA

197 FONTES DAS IMAGENS

INTRODUÇÃO

O início do trabalho prende-se com uma questão comum que surge de forma inesperada ao percorrer um território entre dois pontos definidos, quer seja na condição de turista viajante, habitante que se desloca para o trabalho, ou apenas curioso - Porquê ir por esta estrada e não por aquela? O percurso em questão situa-se entre as cidades de Alcobaça e da Nazaré. As alternativas variavam entre seguir o percurso mais comum, mais directo, ou tomar um desvio e entranhar-se na planície agrícola, seguindo o leito do rio Alcoa.

Este princípio, decorrente da experiência de percorrer este lugar, levou a uma reflexão sobre o território do rio Alcoa a partir da zona urbana da cidade de Alcobaça até à sua foz. A riqueza paisagística deste espaço, as diversas mudanças ao longo dos séculos, a sua importância histórica e o impacto económico e social, no panorama regional e nacional levaram à escolha deste território como tema de trabalho.

O objectivo do trabalho é desenvolver uma proposta para o troço do rio Alcoa no espaço da antiga Lagoa da Pederneira, valorizando a paisagem na relação com a cidade de Alcobaça. Considerando o antigo perímetro da Lagoa, no período de estabilização do nível do mar, e explorando o rio Alcoa como elemento natural central do território, este é balizado desde a ponte D. Elias, início da zona urbana

da cidade de Alcobaça, até à foz do rio, já pertencente ao concelho da Nazaré.

À matriz do ordenamento agrário, dominante no território estudado, funcional e direccionado para uma maior rentabilidade segundo a realidade natural, somam-se novas lógicas de organização territorial, procurando o seu aproveitamento para o fomento de actividades turísticas, didácticas e de lazer que valorizem a paisagem e o seu património.

Simultaneamente com a proposta para a planície aluvial, pretende-se desenvolver o projecto de um Parque Verde que explore a riqueza do vale a “garganta”. O parque é delimitado pela ponte D. Elias, a Sul, e a Companhia de Fiação e Tecidos de Alcobaça (COFTA), a Norte, estendendo-se a proposta para as encostas do vale. Subsidiário destes objectivos, pretende-se redesenhar a porta Norte da cidade de Alcobaça, a antiga ligação da cidade à Lagoa e daí ao mar.

A paisagem é o resultado das características e factores naturais e dum processo contínuo de organização, consciente ou não, do Homem; estes estão inteiramente ligados, sendo muitas vezes difícil distinguir o que a um caso ou a outro se deve. No território do Alcoa, na antiga Lagoa, este tema tem especial importância. Neste contexto, foi também importante desenvolver um estudo alargado do território, integrando-o na componente teórica do trabalho. Actualmente existem estudos sobre o território da antiga Lagoa da Pederneira abrangendo um campo alargado de áreas, em número cada vez maior; contudo, não existe um trabalho que reúna as várias áreas de estudo do território, em vários períodos históricos, sobrepondo as diferentes informações recolhidas e dando uma análise geral e sumária do seu desenvolvimento para a formação da actual paisagem.

A componente teórica do trabalho pretende corresponder a essa ambição; não tendo como intenção explorar inteiramente o tema, procurou-se esclarecer os factores, naturais ou antrópicos, mais importantes para a metamorfose da paisagem ao longo dos séculos para complementar, aprofundar e esclarecer a componente prática.

Para o cumprimento destes objectivos considerou-se essencial as seguintes etapas:

O primeiro passo no desenvolvimento do tema é a recolha de informação. O material a ser recolhido foi essencialmente constituído por documentos relativos às propostas municipais, cartografia recolhida em arquivos históricos e bibliografia. Esta recolha permitiu produzir uma componente importante do tra-

balho, o estudo da evolução do território do rio Alcoa. Desta forma, procura-se uma maior compreensão dos processos de transformação do território.

A segunda etapa, complementar da primeira, centra-se no conhecimento e análise do território. O estudo sobre o território baseou-se em visitas regulares ao local para recolha de levantamentos em desenho, material fotográfico, apontamentos e experienciar o espaço. A par das visitas, foi também importante o desenvolvimento de desenhos rigorosos de representação, cruzando as diferentes informações disponíveis recolhidas.

Estas etapas permitiram produzir desenhos de síntese para uma melhor compreensão do território e das suas diversas transformações, seleccionando a informação mais relevante para dar incremento à proposta. Esta informação incide principalmente na topografia, hidrografia, vegetação, edificado, vias de circulação e linha da costa e permitiu o desenvolvimento de um *Mapa do território do rio Alcoa na antiga Lagoa da Pederneira*, complementado com *perfis* dos antigos alvéolos da Lagoa, que foram a base para a definição da proposta.

A terceira etapa é orientada para os estudos de caso que se centram essencialmente em projectos. Neste tópico salientam-se várias categorias: a análise das propostas municipais para a área em estudo e a análise de projectos com programa idêntico ao proposto, contudo para outros territórios.

Os estudos de caso tiveram impacto na componente da proposta; contudo, estes não foram modelos directos na sua influência, tomando-se apenas algumas considerações sobre as diferentes abordagens do território. Neste sentido, os casos de estudo não fazem parte da componente teórica do trabalho.

Salienta-se a tese de mestrado *Arquitectura do Território: Mapear Paisagens do Baixo Mondego*, do arquitecto Pedro Pereira, sobre uma proposta para o território do Baixo Mondego. Este caso foi importante pela semelhança do contexto territorial e objectivos da proposta geral. O projecto procura instalar equipamentos no território que permitam a “interpretação e o entendimento de um vasto território, como também uma nova perspectiva de ordenamento do território”.

Foram também importantes os projectos do atelier *PROAP*, nomeadamente centrados na Requalificação Ambiental da Paisagem, com diferentes formas de abordagem e valorização da paisagem natural, considerando o seu património e actividades. Dos vários projectos analisados refere-se a *Requalificação Ambiental da Paisagem do Área das Fontes do Piave*, Itália. A abordagem procurou respeitar

a paisagem, tomando opções de projecto que acrescentem “significado aos elementos já existentes” para criar “pontos altos e únicos” na proposta.

A última etapa relaciona-se com a componente prática do trabalho, a elaboração do projecto, partindo da interpretação dos diversos elementos recolhidos.

As diferentes etapas correspondem às fases necessárias para o desenvolvimento da componente prática e teórica da tese, contudo, não são sequenciais entre si, decorrendo em simultâneo com a actividade de projecto.

O trabalho procura lançar as premissas para uma nova visão sobre o território das antigas Lagoas do Couto de Alcobaça, considerando-o como uma oportunidade para o desenvolvimento de novas actividades, além da agricultura, que beneficiem do património paisagístico e arquitectónico característicos.

É importante voltar a olhar para o rio Alcoa, elemento fulcral na história desta região, para melhor compreendermos o território, sabê-lo explorar e construir as premissas para o futuro.



1. Paisagem do concelho de Alcobça a partir da Serra dos Candeeiros

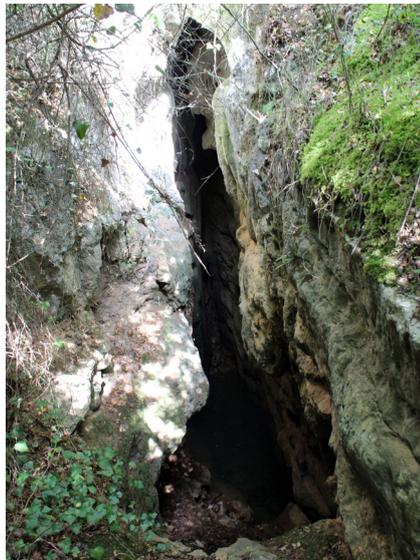
I_ O TERRITÓRIO DO RIO ALCOA NA ANTIGA LAGOA DA PEDERNEIRA

1. O RIO ALCOA

O Alcoa é um rio de caudal pouco significativo e extensão reduzida relativamente ao contexto hidrográfico nacional. Estas características não o reduziram à irrelevância; pelo contrário, o Alcoa teve um papel preponderante na História de Portugal, resultado da exploração das capacidades agrícolas do território em redor do rio. O Alcoa não é só riqueza paisagística, natural e recurso agrícola, é também Património Hidráulico, o legado de um longo processo de transformação da geografia física deste lugar.

O rio Alcoa percorre maioritariamente o concelho de Alcobaça e desagua no mar no concelho da Nazaré. O concelho de Alcobaça é circunscrito geograficamente pela linha da Serra dos Candeeiros, a Este, e estende-se até à costa do Oceano Atlântico, ocupando uma área de 406,9 Km². O território do concelho não é todo contínuo, pois envolve o concelho da Nazaré¹, com uma área 82,5 km², que divide a costa marítima pertencente a Alcobaça em dois troços. Outrora, este território da serra ao mar pertenceu aos Coutos de Cister de Alcobaça, facto que

¹ A Nazaré passa a concelho em 1898, incorporando as freguesias do Valado dos Frades, Famalicão e Pederneira (Natividade, 1922, p.29).



2. Vale da Ribeira do Mogo
3. Poço Suão, Vale da Ribeira do Mogo
4. Mãe d'Água, Chiqueda

deixou marcas territoriais profundas até aos dias de hoje. Deste modo, é premissa não considerar as actuais divisões administrativas dos concelhos para melhor entender e analisar este território.

O território dos concelhos de Alcobaça e da Nazaré apresenta variações altimétricas acentuadas, com zonas de escassez de água e outras em excesso. O resultado é uma paisagem rica e diversificada. A Nascente situa-se a Serra dos Candeeiros, com o ponto mais alto a 613 m, início da rede montanhosa do Maciço Calcário Estremenho² (Maduro, 2011, p. 16). Sucintamente, a topografia deste território, de relevo descontínuo, vai suavizando à medida que nos aproximamos do mar, formando um extenso e suave “anfiteatro natural”.

No sopé da serra, a água é escassa à superfície, sendo dissipada por algares e sumidouros³, só depositando raramente em pequenas lagoas. A partir desta linha serrana, estendem-se vales, de fundo irregular, apertados e sinuosos, ou dilatados e rectilíneos, não permitindo, na maioria, grandes unidades de áreas de cultivo. Nestes vales, com uma orientação paralela à Serra dos Candeeiros, desenvolve-se uma extensa rede de linhas de água, na sua maioria alimentadas por águas pluviais. A erosão causada por estas águas esculpiu estes vales, compondo uma rica paisagem de rochedos cinzas que se revelam entre os verdes da vegetação selvagem.

Na baixa dos vales começam a surgir pequenos cursos de água, na maioria regularizados pelo homem. Um dos principais cursos é a Ribeira do Mogo, que capta as águas pluviais de uma ampla região⁴, o que lhe confere um caudal razoável, embora este seja sazonal, dependendo das variáveis climáticas.

No término do Vale da Ribeira do Mogo nasce o maior curso de águas superficiais desta região, o rio Alcoa⁵. A nascente do rio situa-se na localidade de Chiqueda e trata-se de uma gruta-nascente temporária com o nome de Poço Suão. A algumas centenas de metros deste local encontram-se outros pontos de

² Na região do Maciço Calcário Estremenho existe uma quase ausência de drenagens à superfície; estas desenvolvem-se na extensa rede de canais subterrâneos.

³ Cavidade ou abertura natural no solo.

⁴ Na ribeira do Mogo vão confluír o leito do rio da Esperança, alimentado pelo rio Seco e pelo rio da Fonte Santa, da ribeira da Ribeirinha e parte da extensa rede de águas subterrâneas do Maciço Calcário Estremenho da Serra dos Candeeiros.

⁵ O rio Alcoa, como os restantes afluentes, tem um de caudal muito irregular, variando significativamente segundo os regimes pluviais anuais.



5. Cozinha do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça com o tanque de água corrente proveniente da Levada

6. União dos rios Alcoa e Baça

nascente, um deles com acentuada importância: a “Mãe d’Água”. Com a necessidade de água no seu estado mais puro, os monges de Cister construíram uma conduta de água alimentada por esta nascente que, por desnível, encaminhava a água potável até ao Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça.

Desde a nascente, o rio percorre 7 Km até à cidade de Alcobaça, num percurso de Sul para Norte, alimentando moinhos e canais de rega. Nos meandros da cidade, entrando no que outrora fora a antiga “Cerca” do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça⁶, o Alcoa é desmembrado em várias levadas, hierarquizadas segundo a funcionalidade e conduzidas até ao Mosteiro.

O rio Alcoa sofreu transformações de regularização e controlo do leito em praticamente todo o seu curso; contudo, é a partir do espaço da “Cerca” cisterciense que as maiores alterações ocorrem, chegando a sofrer grandes deslocações de leito.

Homens de grandes conhecimentos no domínio da hidráulica, os Monges Brancos⁷ desenvolveram um enorme e complexo sistema hidráulico, quer no interior, quer em redor do Mosteiro, numa composição harmoniosa entre Natureza, Engenharia e Arquitectura. A água é parte do monumento e percorre-o como as veias de um corpo numa “Rede de linhas-canal, registos e controlos, sistemas de retenção e de armazenagem, engenhos e sistemas de elevação, como meios de captação, adução, distribuição, evacuação e drenagem e com finalidades de rega, consumos gerais, limpeza, força motriz, lazer, meio piscícola, drenagens pluviais, esgotos e de salubridade das construções.” (Tavares, 2001, p. 40). Após passar a orla do Mosteiro, a Norte, o rio Baça junta-se ao rio Alcoa.

O rio Baça⁸, afluente do Alcoa, é um rio de caudal muito reduzido, chegando mesmo a desaparecer em períodos de maior seca⁹. Nasce na localidade do Vi-meiro e desce até à cidade de Alcobaça onde é oculto pela construção urbana,

⁶ A “Cerca” era o recinto fechado que englobava o conjunto monástico e espaços adjacentes. Seguindo a regra de S. Bento, este recinto deveria providenciar o exercício da vida religiosa de isolamento e uma organização eficiente e auto-suficiente. Assim, este recinto era provido de áreas de cultivo e água corrente e salubre. A “Cerca” de Alcobaça sofreu alterações de dimensão ao longo dos séculos, sempre num processo de expansão, sendo demolida após a extinção das Ordens Religiosas em 1833.

⁷ A designação provém do uso das cogulas de cor branca segundo a regra de S. Bernardo.

⁸ O Rio Baça junta-se com o Alcoa aproximadamente a 250m a Norte do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça.

⁹ O Rio Baça tem como principal afluente o rio das Antas.



7. Cidade de Alcobaça vista a partir do castelo. Vale a “garganta” (esquerda)
8. Vale a “garganta”. Estrada N8-5, canal de água (esquerda)

apenas sendo descoberto em pequenos troços. Ao contrário do rio Alcoa, que é a origem de inúmeras ramificações, o Rio Baça constitui maioritariamente um veículo de evacuação do complexo sistema hidráulico do Mosteiro e das drenagens urbanas.

O Alcoa, agora num só rio¹⁰, dirige-se para Norte, num percurso de 12 km até alcançar o mar.

Ao sair da zona urbana de Alcobaça, o rio atravessa um vale estreito e sinuoso, onde passa a principal entrada norte da cidade. Este troço, mais precisamente entre a Ponte D. Elias, a jusante do núcleo urbano de Alcobaça, e a antiga Fábrica de Fiação e Tecidos de Alcobaça, é apelidado de “garganta”. A definição provém do facto de se tratar de um vale muito estreito, onde o rio Alcoa toma um acentuado desvio direccional e onde culmina toda a sua bacia hidrográfica¹¹. Por estes factos, a zona da “garganta” adquire extrema importância. Neste troço de 1,150 Km desenvolveram-se alguns das maiores catástrofes naturais que assolaram a cidade de Alcobaça, deixando marcas até aos dias de hoje¹².

O estreito vale dá lugar aos campos peneplanos, rodeados por montes de baixa altitude, cobertos por matas. O rio Alcoa desvia de rumo e segue para Poente, atravessando o Vale Tifónico¹³. A agricultura domina este território designado por Campos do Valado e da Cela, já entrando nos limites do concelho da Nazaré. Estes campos aluvionares, dado tratarem-se de baixas topográficas, são o culmi-

¹⁰ Em algumas publicações o rio Alcoa, após a união com o rio Baça, aparece referenciado como rio de Alcobaça, rio da Fervença ou rio da Abadia.

¹¹ A Bacia Hidro-Geológica ocupa uma área de aproximadamente 200km² e possivelmente dará também escoamento a cursos de água subterrâneos provenientes do Maciço Calcário Estremenho da Serra d’Aire e Candeeiros. Começa a Este, desde o concelho de Porto de Mós até à Vila de Benedita, a Sul, acompanhando toda a linha do sopé da Serra dos Candeeiros, alargando-se para Sudoeste até à Vila da Cela. Com uma configuração semelhante a um triângulo, toda esta rede hidrográfica confina a Noroeste no vale sinuoso da “garganta” (Tavares, 2001, p. 50).

¹² Manuel Vieira Natividade descreve o desastre natural de 11 de Dezembro de 1774, segundo as palavras de Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo: “A ponte a que se refere Viterbo – e que hoje impropriamente chamam de D. Elias –era de madeira, mas de uma forte construção. A corrente das aguas que tinha uma impetuosidade formidanda, arrastava desarraigando as arvores que inclinavam sobre o rio. Foram-se acumulando d’encontro à ponte todas essas arvores e todas as impurezas que a cheia arrastava, formando como que um gigantesco açude. As aguas achando esse obstaculo retrocederam e alargaram-se por todo o valle que se prolongava d’essa ponte até Alcobaça; porém a corrente augmentava, e a ponte, o ponto d’apoiio d’essa força bruta, cedeu barreiras que deixaram a descoberto as cavernas e vestígios romanos de que nos falla o sabio Viterbo.” (Natividade, 1885, p. 4). A baixa da vila ficou completamente inundada e preenchida por sedimentos trazidos pelas fortes correntes. Na necessidade de retirar os resíduos, a população viu-se obrigada a amontoar estas terras no único espaço disponível, o rossio da vila em frente ao Mosteiro. Uma situação que levou ao aterro do Mosteiro, só resolvida definitivamente com as obras de intervenção no rossio em 2002.

¹³ Geograficamente, o Vale Tifónico abrange o extremo Sul da localidade de Pataias, Valado dos Frades e Famalicão prolongando-se até Alfeizerão.



9. Saída do vale a “garganta”, extremo Norte da COFTA
10. Campos agrícolas da Maiorga
11. Campos agrícolas do Valado, estreito de Ponte da Barca ao fundo
12. Foz do rio Alcoa

nar de um número significativo de redes hidrográficas, afluentes do rio Alcoa, nomeadamente, a rede do rio do Meio e do rio da Areia. Estes cursos são o veículo para sedimentos que se depositam nas zonas, outrora húmidas, formando os campos aluvionares.

O rio do Meio¹⁴ nasce na localidade da Maiorga e trata-se de um rio de origem maioritariamente artificial. O seu propósito é diminuir as zonas de enchente entre os dois rios adjacentes, rio Alcoa, mais a Sul, e rio da Areia, mais a Norte. Comparativamente a estes, o rio do Meio possui um caudal com o nível do fundo do leito inferior para adquirir maior eficiência na drenagem das águas.

O rio da Areia¹⁵ é um curso de água de grande importância local, com nascente na localidade de Alpedriz. Explorando estes três rios, o Homem desenvolveu uma extensa rede de canais e comportas, quer para controlo da rega dos campos agrícolas, quer, sobretudo, para drenagem destes, tomando o benefício destas terras para a agricultura.

Por fim, surgem no horizonte as serras da Pescaria e da Pederneira, junto à orla do mar; estas formam uma barreira paralela à linha costeira que protege os campos agrícolas da erosão dos ventos e das areias marítimas. Antes de ultrapassar as serras, outro afluente que recolhe as águas dos campos da Cela confina no rio Alcoa: a Ribeira de Famalicão.

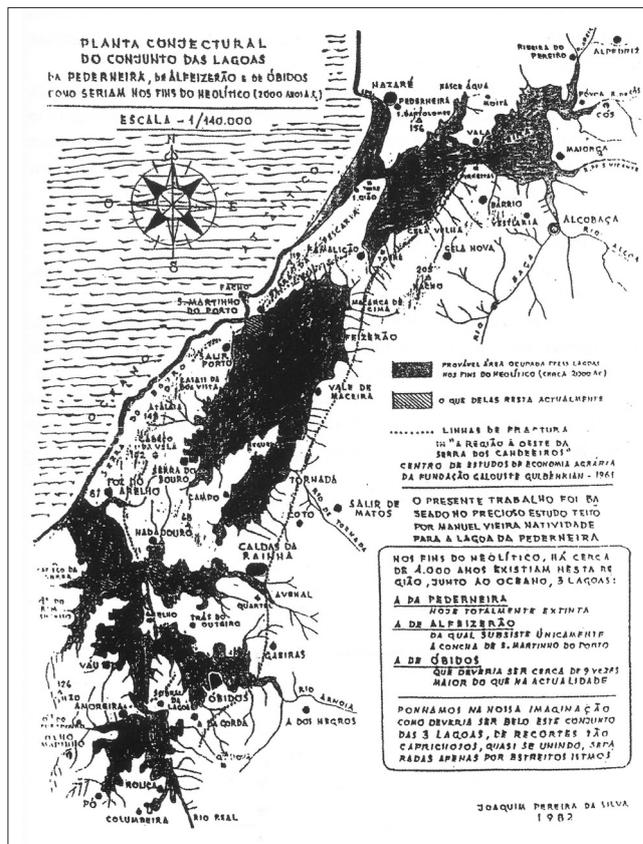
O percurso do rio termina após transpor o estreito formado pelas serras, a Sul da cidade da Nazaré, designado de Ponte da Barca. No pequeno trajecto, entre a Ponte da Barca e o mar, os rios do Meio e da Areia, já anteriormente unidos, afluem no rio Alcoa.

Finalmente, o rio Alcoa encontra o mar.

¹⁴ O rio do Meio recebe as águas pluviais das Ribeira de S. Vicente.

¹⁵ Este canal recolhe a rede hidrográfica que se desenvolve a norte da antiga Lagoa, afluindo neste curso de água o rio das Azenhas, o rio das Tábuas, o rio de Alpedriz e o rio de Cós (ou rio dos Lagos).

O rio da Areia adquiriu grande importância local com o desenvolvimento da agricultura, mais precisamente o cultivo da cenoura, não só pela função de rega e drenagem, mas pelo recurso para a lavagem manual da cenoura.



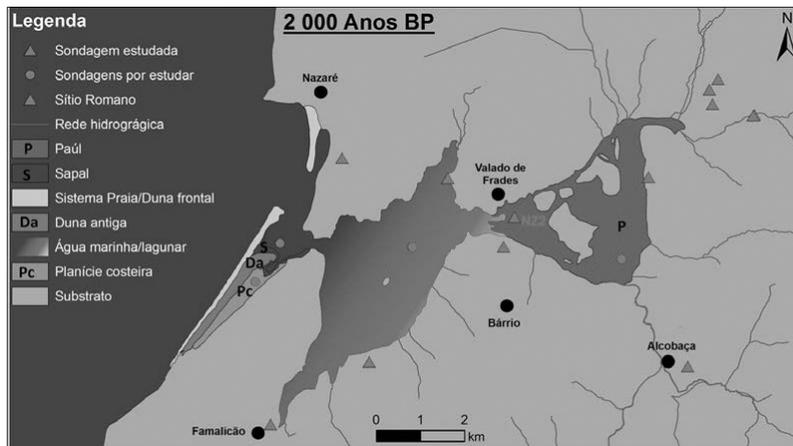
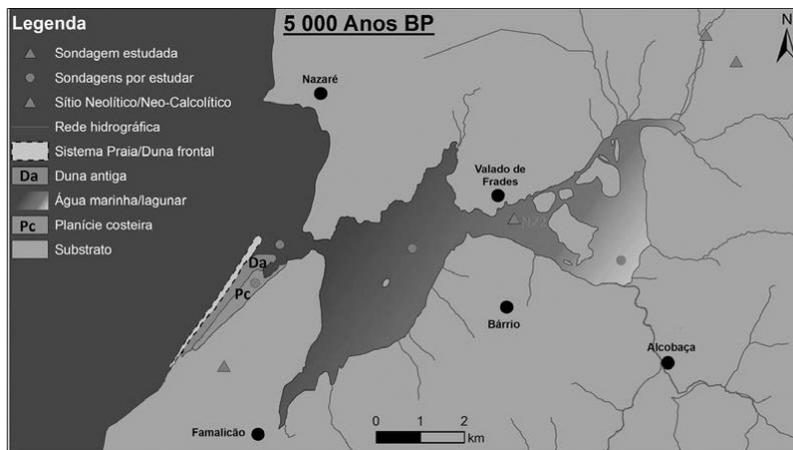
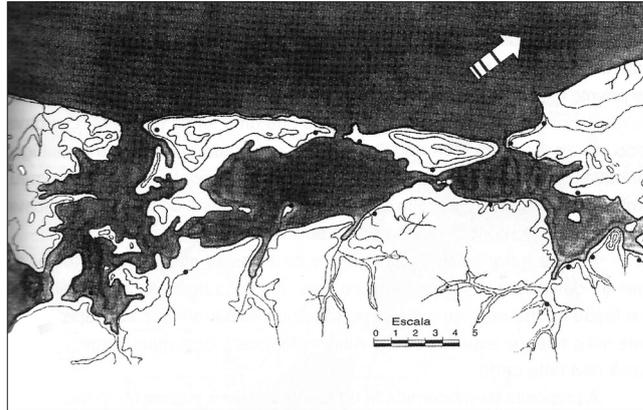
13. Planta conjectural do conjunto das Lagoas: da Pedrneira, de Alfeizerão e de Óbidos. Como seriam nos fins do Neolítico (2000 anos a. C.), 1982. Joaquim Pereira da Silva

2. A LAGOA DA PEDERNEIRA

De todo o território pertencente aos antigos Coutos de Alcobaça, o troço fluvial desde a Ponte D. Elias até à foz do Alcoa é o que mais transformações sofreu ao longo do tempo, quer por factores naturais, quer por acção antrópica. Contudo, até à chegada dos Monges Brancos no séc. XII, são as causas naturais que transformam radicalmente este território. O que actualmente é uma ampla planície agrícola foi, outrora, ocupada pela Lagoa da Pederneira¹⁶. Um braço de mar reentrante que ocupava a extensa baixa do vale, formando um estuário lagunar.

A formação da Lagoa da Pederneira resulta dum processo de transformações morfodinâmicas litorais; resumidamente, ao sucessivo avanço do mar sucedeu um período de estabilização. Este processo natural não só originou esta reentrância marítima, como outras duas situações idênticas: a Lagoa de Alfeizerão e, mais a Sul, a Lagoa de Óbidos. Actualmente, apenas resta da primeira a “concha” de mar de S. Martinho do Porto, enquanto que da Lagoa de Óbidos ainda subsiste um estuário significativo.

¹⁶ Alguns autores usam o termo Laguna da Pederneira. Actual o território é também designado por várzea ou planície aluvial da Nazaré.



14. Mar interior, com as três entradas marítimas. Época anterior ao Neolítico.

15. Lagoa da Pederneira à 5000 anos BP. Maria Virgínia Henriques

16. Lagoa da Pederneira à 2000 anos BP. Maria Virgínia Henriques

Anteriormente à formação das três lagoas, o nível do mar seria superior, ocupando toda a depressão do Diápiro das Caldas da Rainha¹⁷. Desta forma, as Lagoas eram interligadas, formando uma situação de mar interior, com ligação intermitente em três pontos - Ponte da Barca, a barra da “concha” de S. Martinho e da Lagoa de Óbidos - barrado pelas serras da Pederneira, da Pescaria, dos Mangues¹⁸ e do Bouro¹⁹ (figura 14) (Henriques, 2013, p. 427).

Os estudos realizados em redor do antigo perímetro da Lagoa indicam que este ambiente era frequentado pelo Homem desde o Paleolítico. No entanto, para fazer uma breve descrição dos limites geográficos da Lagoa focámo-nos no período de estabilização do nível do mar, por ser quando terminou a alteração do processo de avanço da costa, e no período romano, por se tratar do intervalo temporal mais recuado dos vestígios arquitectónicos existentes dentro deste território. Por outro lado, é fundamental cingir-nos a estes períodos por serem os mais analisados por diversos autores²⁰, diferindo entre si quanto à dimensão mais correcta da Lagoa e quanto à sua navegabilidade.

Uma descrição mais recente destes dois perímetros da Lagoa é apontada por Virgínia Henriques, baseando-se em sondagens e estudos efectuados no local e, no confronto dos resultados com documentação histórica²¹. A autora representa o que seria o espaço ocupado pela extinta Lagoa no período de maior alcance do mar, 3000 a.C. (figura 15): uma superfície de desenho recortado, que margina a costa da Nazaré até S. Gião, continuando até às imediações de Famalicão, a Sul, e com um ligeiro prolongamento a Norte, passando pelo estreito do Valado dos Frades, para Nascente, até junto das povoações da Fervença, Maiorga e Casalinho (Henriques, 2013, p. 435). Deste modo, a Lagoa da Pederneira teria uma

¹⁷ O mesmo que Vale Tifónico. Estrutura geológica e litológica com 30 km de extensão e 2 a 8 km de largura, desde a Nazaré até Serra d’El Rei e Bolhos. O “diápiro das Caldas da Rainha” é o mais extenso do país.

¹⁸ A serra dos Mangues localiza-se a sul da serra da Pescaria.

¹⁹ A serra do Bouro fica entre a “concha” de S. Martinho do Porto e a Lagoa de Óbidos.

²⁰ Pinto, A., (1938), *O Pinhal do Rei*: Subsídios, Volume 1, Alcobaça; Natividade, M. V., (1960), *Mosteiro e Coutos de Alcobaça: Alguns Capítulos Extraídos dos Manuscritos Inéditos do Autor e Publicados no Centenário do seu Nascimento*, Alcobaça; Henriques, M. V., (2013), *O Litoral dos Coutos de Alcobaça: Evolução Sedimentar e histórica da Lagoa da Pederneira* in Carreiras, J. A., (2013), *Mosteiros Cistercienses: História, Arte, Espiritualidade e Património*, Tomo I, Alcobaça, Jorlis.

²¹ “A abordagem é feita tendo como base: a análise geomorfológica detalhada; a localização e identificação de vestígios arqueológicos e históricos; a interpretação crítica de documentos escritos e cartográficos; os resultados preliminares do estudo dos sedimentos de sondagens realizadas no espaço da antiga laguna, nas imediações de Valado de Frades.” (Henriques, 2013, p. 426).



17. Castro Romano de Parreitas, Bárrio

configuração de três alvéolos comunicantes, estendendo-se para Este, com um estrangulamento em Ponte da Barca e na zona entre o Valado dos Frades e a serra do Bárrio. O alvéolo central da Lagoa teria dois prolongamentos, um para Nordeste e outro para Sul, e o alvéolo mais interior teria apenas uma continuação para nordeste, próximo da localidade do Casalinho que seria ocupado por algumas ilhotas no centro (figura 15).

No período romano, à 2000 atrás, existem algumas alterações, maioritariamente apresentando uma situação de recuo marítimo em todo o perímetro, devido ao processo de assoreamento. Este processo é mais significativo no alvéolo interior, Valado-Maiorga, apresentando uma situação de paul, o aumento do número de ilhotas e do seu perímetro (figura 16).

A possibilidade de navegação na época romana tem levantado alguma discordância quanto ao limite de acesso das embarcações e qual a sua dimensão. Maria Virgínia Henriques refere: “havia condições para navegação e acostagem de barcos em Paredes e no interior dos estuários lagunares da Pederneira e de Alfeizerão. Os locais mais interiores, como Cós, Maiorga e Fervença seriam acessíveis por canais de marés ou linhas de água, mas apenas permitiam a circulação de embarcações pequenas, adaptadas a estas condições.” (Carreiras, 2013, p. 430). Deste modo, no período romano o alvéolo interior não seria acessível por embarcações de grande calado, devido ao assoreamento interior.

2.1 A ocupação do Homem em redor da Lagoa da Pederneira: Da presença Romana até ao século XII

No período romano, a Lagoa da Pederneira já se encontraria em processo regressivo; no entanto a sua dimensão era significativa, o que proporcionou uma atracção para o homem romano se fixar²². Manuel Vieira Natividade indica uma possibilidade de como seria a paisagem em redor da Lagoa: “o problema da alimentação, premente em todos os tempos, achava-se ali resolvido. A grande lagoa, livre do perigo das marés e da fúria dos temporais, construía inesgotável fonte

²² Quando referimos o homem romano não é exactamente colonos vindos de Roma. A época correspondente a estes vestígios corresponde ao período após a queda do Império Romano, o que indica que estamos perante indígenas romanizados (Barbosa, 2008, p. 17).



18. Vista a partir do Castro Romano de Parreitas, Bário

da mais rica e variada pescaria, sem a necessidade de recurso a grandes barcos ou a complicados aparelhos. (...) Os planaltos adjacentes, compostos de extensos e férteis terrenos, forneceriam, sem grande trabalho, os produtos agrícolas destinados à alimentação, desde os de mais fácil granjeio aos da mais esmerada e complicada cultura.” (Natividade, 1960, p. 100).

A disponibilidade de recursos naturais e condições favoráveis de navegabilidade proporcionaram a fixação do homem romano nas imediações da Lagoa; contudo, o enquadramento da ocupação romana na Estremadura centro/litoral não proporcionou o desenvolvimento de grandes centros urbanos. A Lagoa da Pederneira enquadra-se no limite geográfico entre duas *Civitas* romanas: *Collippo* e *Eburobrittium*²³. O limite seria o estuário da Lagoa, acompanhando, possivelmente, o curso do rio Alcoa para Nascente até Alcobaça e seguindo em direcção, ainda incerta, até à Serra dos Candeeiros. A *Civita Collippo* localiza-se a Norte deste limite; conseqüentemente, *Eburobrittium* ficava a Sul da Lagoa (Guincho, 2010, p. 56).

Apesar das boas condições de acesso marítimo e atracagem, o distanciamento da Lagoa em relação ao centro das duas *Civitas* condicionou o crescimento de núcleos romanos significativos. Ambos os centros das *Civitas* estavam servidos de bons acessos portuários; *Collippo* teria o seu acesso marítimo pela via dos Rios Lis e Lena, à época com um caudal mais significativo permitindo a navegação, e *Eburobrittium* usufruía do acesso marítimo da Lagoa de Alfeizerão (*ibidem*, p. 57).

Em redor da Lagoa da Pederneira, o homem romano procurou espaços com maior conforto e segurança, sedentarizando-se na meia encosta ou no cimo das serras. Actualmente, o maior vestígio arquitectónico da presença romana é o Castro Romanizado de Parreitas²⁴, na meia encosta da serra do Bárrio. Pedro Barbosa refere: “o conjunto arqueológico se estende por vários núcleos, tendo apenas sido escavada uma pequena porção desse conjunto. Por este motivo, podemos classifica-lo como um vicus, ou pequeno aldeamento, com uma ocupação

²³ As duas *Civitas* existiam no século I. *Collippo* tinha o seu centro em S. Sebastião do Freixo, no actual limite entre o concelho da Batalha e o de Leiria. *Eburobrittium* tinha o seu centro próximo de Óbidos (Mantas, 2008, p. 26, 27).

²⁴ O Castro de Parreitas é também referido como Pilreitas ou Peirreitas.



19. Cabeço da Guarita

que vai do século II (...) até ao século V.”²⁵ (Barbosa, 2008, p. 14). A localização deste povoado fortificado que permite uma ampla visibilidade sobre os dois alvéolos da Lagoa, prende-se com a estratégia de defesa dos acessos marítimos²⁶.

A estrutura defensiva localizada mais a Poente da Lagoa é a “Torre”. A sua localização é determinada pela existência de uma suposta inscrição²⁷ no local, que assinala a origem desta torre. Pela sua localização próxima ao mar, presume-se a possibilidade da torre ter possuído facho. A lápide da inscrição teria sido encontrada “no sítio da Torre, perto da foz do Alcoa, para os lados do que é hoje a Ponte da Barca”²⁸. O desaparecimento desta construção é bastante recuado, pois já no séc. XVI “se encontrava arrasada e as suas pedras serviam de lastro aos navios.” (Garcia, 1968, p. 4, 5).

A ocupação muçulmana não é significativa nesta região. As marcas mais evidentes são os topónimos de origem árabe ao longo do território²⁹, desde logo o da cidade de Alcobaça. Ao nível do edificado não há grandes registos da ocupação muçulmana, especulando-se em alguns casos sobre a autenticidade da construção ou, se não se tratou antes, de um processo de apropriação. Os vestígios mais relevantes são de natureza defensiva, nomeadamente o que seriam duas torres de vigilância: A Torre D. Framondo³⁰ e a Torre das Colmeias.

A Torre de D. Framondo situa-se próximo da vila de Famalicão, no Cabeço da Guarita³¹. Esta elevação topográfica de formação vulcânica encontra-se no extremo do prolongamento Sul da extinta Lagoa da Pederneira, numa zona de

²⁵ A descoberta de artefactos e os estudos do material construtivo indicam um possível reaproveitamento de uma ocupação anterior. A estação arqueológica consta de “um edifício de grandes dimensões, disposto em torno de um pátio central, com uma entrada virada a norte, que protege a casa dos ventos dominantes que chegavam da antiga lagoa. No lado ocidental, restos do que foi um hipocausto aproveitavam muros anteriores, deixando perceber uma outra construção mais antiga.”

²⁶ As várias campanhas arqueológicas efectuadas no Castro permitiram a recolha de um vasto espólio arqueológico representativo das actividades quotidianas da população romana. Actualmente, o espólio de Parreitas está exposto no Museu Monográfico do Bário.

²⁷ Eduíno Borges Garcia refere a inscrição: “fundaram em louvor do Deus Neptuno e dos demais Deuses das águas, para socorro dos navegantes”.

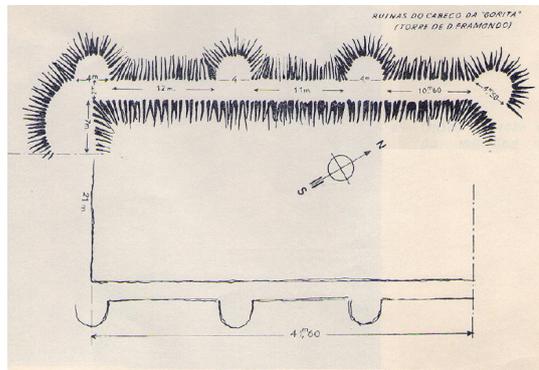
²⁸ A Ponte da Barca era a única via com possibilidade de atravessamento da Lagoa da Pederneira, sendo o local mais apropriado para uma curta travessia de barco, o que deu origem à denominação de Ponte da Barca.

²⁹ Alcobaça, Aljubarrota, Alfeizerão, Alpedriz, Almofada, Alvorninha, entre outros.

³⁰ A torre é também designada por torre de Framondo ou torre de D. Framondo.

³¹ Ou Gorita.

Os vestígios da Torre encontram-se dentro da propriedade privada da indústria de madeira *Valbopan*, detentora do imóvel.



20. Torre D. Framondo, Cabeço da Guarita
21. Planta torre D. Framondo, Eduíno Borges Garcia

transição entre esta e a Lagoa de Alfeizerão. As condições geográficas dão a resposta para a escolha da localização; deste ponto a torre usufruía de uma ampla visão sobre as duas Lagoas e montes em redor (Barbosa, 1992, p. 89).

A natureza da Torre de D. Framondo é questionada por Eduíno Borges Garcia, avançando com a possibilidade de se tratar de uma apropriação mourisca. O antropónimo Framondo e a configuração da planta remetem para uma classificação visigótica. A planta da Torre proposta por este arqueólogo estabelece comparação com o Castelo de Alfeizerão, de origem visigótica, pela semelhança na estrutura defensiva de cubelos redondos (Garcia, 1964, p. 4). Da Torre de D. Framondo apenas restam as ruínas da muralha noroeste, algumas pedras e os vestígios dos cubelos semi-encobertos pela vegetação.

Na localidade de Fervença existiria outra estrutura defensiva, desaparecida em meados do século XVIII: a Torre das Colmeias. A localização é incerta, carecendo de estudos que a indiquem com precisão (Natividade, 1960, p. 25, 102).

O conjunto de torres em redor da Lagoa seria possivelmente mais vasto e não apenas localizados na margem Sul, tal como referido. Eduíno Garcia põe a possibilidade da existência de outras torres, com hipótese de facho, pelas vantagens geográficas: “perto do Valado de Frades e que guardaria a passagem da navegação na garganta Valado-Parreitas” e “no monte de S. Bartolomeu, ponto estratégico para a vigilância de toda a Lagoa.” (Garcia, 1964, p. 3).

A presença do homem visigodo não trouxe grandes alterações na ocupação do espaço em redor da Lagoa e os poucos vestígios encontram-se num monumento religioso: a Igreja de S. Gião. O templo encontra-se localizado entre a serra da Pescaria³² e o mar, na Quinta de S. Gião, a Sul da Pontes da Barca, no concelho da Nazaré. O conjunto de S. Gião é constituído por dois corpos: “um, o mais antigo, de forma alongada, rectangular, com telhado de duas águas (nave central primitiva); o outro, de construção mais recente, sensivelmente quadrangular, com escadaria exterior alpendrada e telhado de quatro águas”³³ (Garcia, 1966, p. 209).

³² A Serra da Pescaria é muitas vezes designada como Serra de Gião, fruto da localização do templo com o mesmo nome. Esta elevação estende-se desde Ponte da Barca, a norte, até à serra dos Mangues, acima do promontório da baía de S. Martinho.

³³ O templo primitivo é de nave única e fachadas cerradas, com 9,40m de comprimento e 3,95m de largura, por 5,30m altura.



22. Igreja S. Gião, foto anterior aos trabalhos de escoramento e estudos arqueológicos

A origem de S. Gião é divergente, sendo alvo de discussão por diversos autores. Uma das classificações atribuí a sua origem ao período visigótico, remontando ao século VII, justificada pela presença de vários arcos ultrapassados³⁴. As suas dimensões reforçam esta classificação pois as medidas gerais da planta são semelhantes com as da Igreja de S. Pedro de Balsemão, em Lamego (*ibidem*, p. 209).

No entanto, escavações efectuadas no local e alguns relatos de carácter ainda duvidosos³⁵ apontam para vestígios da época romana. Diversos autores indicam que o local teria um templo de veneração a Neptuno, como agradecimento à grande vitória na batalha contra a população de *Eburobrício*, conduzida por Décio Juno Bruto, e sobre ele fora construído o actual templo (Garcia, 1966, p. 204). A possibilidade de S. Gião ter sido uma villa romana, com actividade económica ligada à exploração marítima, pesca e salicultura, reforça a hipótese de apropriação de um anterior templo romano. (Mantas, 2008, p. 32) Não esquecendo a evidente ligação à “Torre”, referida anteriormente junto a Ponte da Barca, e a análoga veneração de ambos a Neptuno.

A construção deste templo apresenta também elementos arquitectónicos e decorativos que remontam para o século X. Trata-se, portanto, de mais um caso de apropriação muçulmana (Almeida, 2007, p. 17).

O monumento de S. Gião é de extrema importância histórica, não só para a região mas pela classificação como um dos monumentos cristãos mais antigos da Península Ibérica³⁶.

Em redor da antiga Lagoa há vasto número de locais onde se desenvolveram estações arqueológicas, ora particulares ora públicas, a acrescentar ao legado arquitectónico referido, que permitiram recolher um espólio de objectos da presença romana e anterior a esta. Contudo, tratam-se de estudos esporádicos que não resultaram em estruturas musealizadas, pelo que seria inoportuno referenciar.

³⁴ Eduíno Borges Garcia refere: “os arcos de S. Gião são arcos ultrapassados e que as suas aberturas estão dentro dos limites da arquitectura visigótica, embora não exista o arco tipo ultrapassado de 1/3 do raio”.

³⁵ Frei Bernardo de Brito, em 1597, refere o encontro de “letreiros”: “nas costas da Igreja em pedra comprida, e bem lavrada que como cousa desestimada jazia entre silvados” que referiam a dedicatória do templo ao Deus Neptuno (Garcia, 1966, p. 204).

³⁶ Presentemente, a igreja sofreu trabalhos de restauro, iniciados com uma fase de escoramento do edifício e montagem de uma estrutura de protecção para o desenvolvimento de trabalhos de estudos e restauro. Contudo, estas actividades não se completaram, permanecendo o projecto suspenso e o edifício inacessível.



23. Igreja S. Gíao, interior
24. Igreja S. Gíao, estado actual

A importância histórica destas estruturas não conduziu à sua devida salvaguarda. Na maioria, o seu estado de conservação é grave, dificultado pelo deficiente acesso e escassa divulgação, o que reforça a necessidade de uma estratégia para salvaguarda e valorização do património arqueológico e artístico da região.

O decorrer dos séculos trouxe o recuo progressivo do mar na Lagoa da Pederneira. Após a conquista deste território por D. Afonso Henriques aos mouros, é o cenário de uma planície parcialmente ocupada por mar e o restante por paús e pântanos que os monges de Clairvaux vão encontrar no séc. XII. Pela mão destes homens, portadores de grande conhecimento, o solo maioritariamente estéril dará lugar à prosperidade agrícola.



25. Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça

3. A IDEOLOGIA DE CISTER: UM PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM

3.1 Os “Monges Agrónomos” de Alcobaça

A História de Alcobaça funde-se com história da conquista e consolidação do Reino de Portugal. Após a conquista do território de Santarém aos mouros e no cumprimento de uma promessa, D. Afonso Henriques doa em 1153 as terras de Alcobaça a S. Bernardo, abade fundador do mosteiro cisterciense de Claraval. O agradecimento do rei ilude a verdadeira razão da doação. Em primeiro lugar, S. Bernardo gozava de algum prestígio papal - os cistercienses dominavam a política na Cúria Romana - o que influenciava na atribuição do título de rei que D. Afonso Henriques ainda não gozava. A segunda razão pela qual é feita a doação à Ordem de Cister prende-se com a eficácia desta comunidade monástica no incremento de estratégias para garantir a defesa, ocupação e desenvolvimento dos territórios doados (Serrão, 1971, p. 83). As terras de Alcobaça passam a estar ao dispor da Ordem de Cister, uma escolha propositada “pelo espírito empreendedor dos monges, os seus conhecimentos de técnicas agrárias, a dinamização dos mercados urbanos, a utilização de meios mecânicos de produção, a sua experiência arroteadora e igualmente, factor sobremaneira importante, pela sua movimentação nas áreas do poder, tanto local quanto em torno da Corte e dos grandes senhores.” (Barbosa, 1992, p. 101). Não se trata de uma experiência ímpar; por



26. *Ora et Labora*. S. Bernardo assiste à faina dos monges cistercienses que, sob a protecção da Virgem, amanham o campo de trigo, 1620. Óleo sobre tela. Domingos Vieira Serrão e Simão Rodrigues. Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça

toda a Europa desenvolveram-se doações semelhantes³⁷. A Ordem de Cister estava em franca expansão fruto da eficácia do trabalho dos monges.

O Couto de Alcobaça não estaria inteiramente despovoado antes da chegada dos monges de Claraval; existem vários registos escritos ou vestígios locais que comprovam a anterior fixação de população. As ocupações mais relevantes localizavam-se nos pontos mais elevados do território, próximos de pequenos cursos de água. É natural que as sucessivas lutas entre cristãos e muçulmanos tenham resultado em grandes baixas e abandono do cultivo, o que levou amiúde vários cronistas da Abadia a definir este território como despovoado (Gusmão, 1948, p. 29). Sucintamente, tratava-se de um território maioritariamente baldio, semi-ermo, que necessitava de organização para proporcionar desenvolvimento demográfico, produção no plano agrícola e desenvolvimento da exploração doutros recursos naturais no território.

Com as novas terras sucedia-se a construção de um novo mosteiro para comportar o cenóbio. Inicialmente, uma comissão de monges experientes deslocava-se para fazer o reconhecimento e avaliação do território, para mais tarde ser aprovada a doação pelo Capítulo Geral da Ordem³⁸. De seguida, definia-se onde e como estabelecer o conjunto monástico e espaços adjacentes.

As normas de marcação do Mosteiro e, conseqüentemente, a gestão deste e dos territórios doados, provinham da casa-mãe, Cister³⁹. Apesar das regras da Ordem serem bastante rígidas, percebe-se que existia alguma autonomia pois logo na fixação do Mosteiro de Alcobaça há contradições. Uma das principais regras impostas pela casa-mãe era a primazia pelo isolamento; os conjuntos monásticos deveriam estar afastados da população. Em Alcobaça esta regra não é respeitada, quando os monges se estabelecem no vale; este já estaria povoado e até com algumas estruturas significativas, como o caso do castelo. Isto demonstra uma subordinação não estritamente total às Regras mas, por sua vez, o seguimento das directivas da casa-mãe e a sua aplicação do modo mais apropriado segundo

³⁷ Em 1143, Ramon Berenguer, irmão de D. Afonso Henriques, príncipe de Aragão, faz uma doação à Ordem de Cister e, mais tarde, surge o conjunto monacal de Poblet que, possivelmente veio a inspirar o desenho da Abadia de Alcobaça.

³⁸ O Capítulo Geral acontecia em Cister; consiste numa reunião periódica onde todos os Abades das diversas dependências monacais discutiam as decisões futuras da Ordem.

³⁹ A regra de Cister impunha a construção do Mosteiro em local isolado, com disponibilidade de solos férteis, abundância de água, corrente e salubre, e de pedra e madeira para a construção do monumento.

o critério do Abade do mosteiro filial. Este foi um dos critérios de administração que exponenciou o desenvolvimento da Ordem de Cister e seu futuro poder por toda a Europa.

O princípio das regras cistercienses para o estabelecimento e modo de vida monástico rege-se pela Regra de S. Bento, seguida por S. Bernardo de Claraval⁴⁰. O acto religioso cisterciense difere das outras Ordens religiosas⁴¹, prevalecendo a primazia pela busca do auto-sustento. O trabalho é elevado na sua finalidade e, tal como a oração, é entendido como um acto religioso primaz e não como uma acção inferior. Deste modo, o trabalho manual vai preencher maioritariamente o modo de vida dos monges, o que explica porque foram principalmente os próprios monges a agricultar as terras do Couto até meados do século XIII. Contudo, esta opção é também influenciada pela escassez de mão-de-obra disponível.

O enorme conhecimento agrícola e a nova ideologia religiosa exponenciaram o desenvolvimento desta actividade no ceio da Ordem de Cister. Os cistercienses eram detentores dos maiores conhecimentos na área agrícola e hidráulica, fomentando no seio da ordem o estudo da experiência e conhecimentos das civilizações passadas e de outras culturas⁴². A intercomunicação entre os vários mosteiros, dispersos pela Europa, é também fomento do conhecimento agrícola, proporcionando uma constante partilha de conhecimentos e aperfeiçoamento da prática (Natividade, 1942, p. 13, 14).

A juntar a este facto, os cistercienses detinham grande experiência comercial, importante para a gestão e o escoamento dos excedentes produzidos que vão engrossar a riqueza da Ordem⁴³.

A visão empreendedora cisterciense é a semente para o futuro da agricultura no

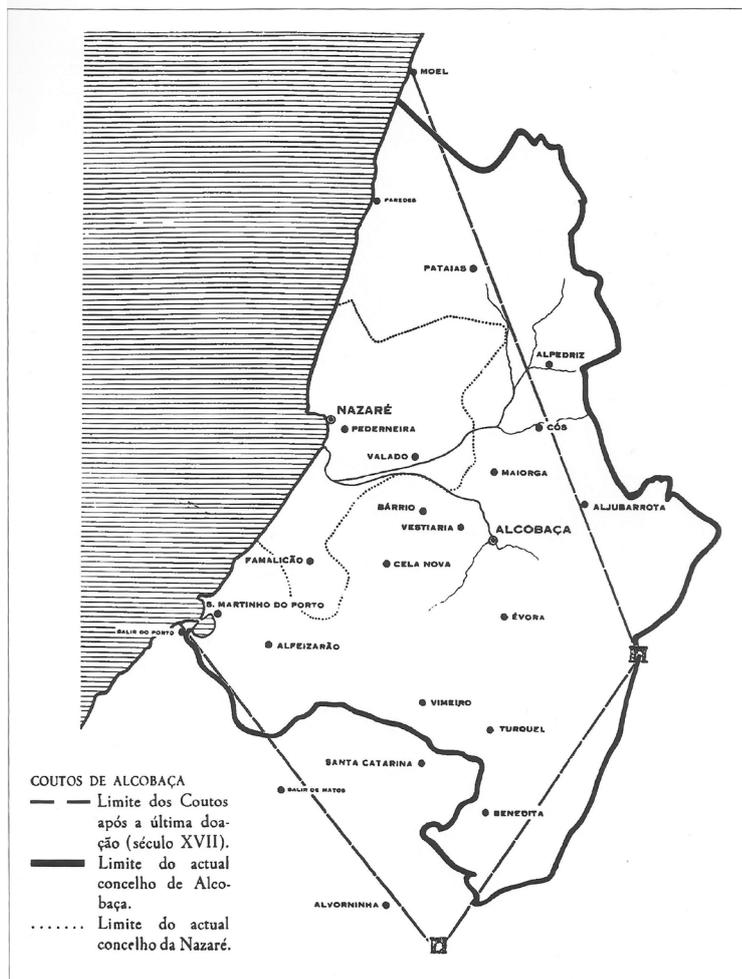
⁴⁰ S. Bernardo de Fontaine ingressou na Abadia de Cister em 1112. Os seus ideais religiosos contrariam as outras Ordens religiosas que cada vez mais seguiam uma vida de opulência. S. Bernardo espelha uma mensagem reformadora; resgatando a Regra de S. Bento, sai de Cister para fundar a Abadia de Claraval, onde impõe princípios exigentes, primando por uma vida simples, sem excessos, com primazia para o trabalho e a oração (Serrão, 1971, p. 83).

⁴¹ A estratégia de exploração dos domínios da Ordem de Cister diferenciava-se dos clunisenses; estes extraíam o rendimento das suas terras recorrendo à exploração indirecta, semelhante ao método tradicional da nobreza (Barbosa, 1998, p. 1454).

⁴² A ciência agrária cisterciense deve-se em muito ao estudo de tratados agrícolas das civilizações antigas, gregas e romanas. O desenvolvimento agrícola deixado pela ocupação árabe na Europa também não é alheio a Cister, apesar das divergências religiosas, sendo frequentemente seguidos como modelos os campos agrícolas deixados pela sua ocupação.

⁴³ Manuel Vieira Natividade refere a capacidade exportadora da Ordem: “as frutas exportam os contratadores para Lisboa e feiras das comarcas vizinhas; o trigo, cevada e feijão branco para a mesma capital e feira de Vila Franca, aonde passam grande parte deste género. O vinho vai para as comarcas de Leiria, Santarém e Tomar.” (Natividade, 1885, p. 78).

Limites dos Coutos de Alcobça



27. *Limites dos Coutos de Alcobça.* Manuel Vieira Natividade

Desenho do perímetro rectilíneo do Couto seguindo os pontos dos limites marítimos e dos dois arcos a Este, edificados para assegurar o limite a Nascente, o Arco da Memória, na Portela do Pereiro, e o Arco de Vidais.

Couto de Alcobaça. A matriz do ordenamento agrário cisterciense subsiste após a extinção da Ordem, apenas sendo, em alguns casos, suplantada pela expansão da cultura da vinha (Maduro, 2011, p. 461). Joaquim Vieira Natividade exalta este legado não só paisagístico como cultural: ...“já no Século XIV, as terras da Abadia de Alcobaça figuravam entre as mais bem povoadas e agricultadas do reino; e com clara visão dos problemas agrários o fizeram que, ainda hoje, decorridos oitocentos anos, toda a estrutura agrícola alcobacense se apoia no atilado lineamento fradesco do período medieval.” (Natividade, 1944, p. 6).

3.2 O Couto de Alcobaça

Couto significa um território demarcado, propriedade de particulares, nobres ou eclesiásticos, que beneficiava de privilégios judiciais concedidos por autorização régia a qualquer donatário ou senhorio. A ordem judicial real era vedada, ou não era inteiramente executada, sendo muitas vezes estas terras beneficiárias de uma jurisdição particular (Natividade, 1960, p. 61).

Os monges cistercienses tinham sempre em vista uma política expansionista do Couto, de modo que, desde a primeira doação, foram acrescentadas terras, ou por compra ou por doações régias⁴⁴. De grosso modo, os limites territoriais do Couto de Alcobaça passam por três fases, expandindo-se sobretudo para Norte e Sul do território e particularmente para o litoral⁴⁵ (figura 28).

A primeira doação é feita por D. Afonso Henriques em 1153. Contudo, por desconhecimento topográfico, os traçados não são descritos com exactidão, indicando apenas os limites, não por linhas territoriais concretas, mas por topónimos. Dada a fraca densidade populacional, fruto dos anteriores conflitos, supõe-se que a toponímia fosse escassa e dispersa; uma situação que dificulta a referência precisa dos limites da primeira doação. Os limites prováveis seriam a Lagoa da Pederneira e o rio da Areia, a Norte, e daí até à Lagoa de S. Martinho do Porto,

⁴⁴ A juntar às sucessivas doações no Couto de Alcobaça é ainda concedido: em 1195, pelo rei D. Sancho I, o paul da Ota; os campos de Valada e Salvaterra; D. Afonso II faz a doação do reguengo de Aramenha; D. Afonso III doa Beringuel (Natividade, 1942, p. 24).

⁴⁵ A expansão da zona litoral do Couto foi não só uma ambição cisterciense mas também uma estratégia da Coroa de povoar e desenvolver o litoral através da eficácia dos monges (Henriques, 2013, p. 424).



LIMITES PROVÁVEIS DA DOAÇÃO DE 1153



LIMITES OBTIDOS PELA CONFIRMAÇÃO DE 1358



LIMITES ATINGIDOS APÓS AS DOAÇÕES DE 1368 E 1374

LIMITES DOS COUTOS (Iria Gonçalves, *O Património do mosteiro de Alcobaça*)



28. *Limites do Couto, três principais fases.* Arq. João Falcão de Campos e Arq. Gonçalo Sousa Byrne, segundo Iria Gonçalves, *O Património do mosteiro de Alcobaça*

a Sul, em princípio pelo rio da Tornada, tendo como limite Nascente a Serra dos Candeeiros.

A segunda fixação dos limites é feita em 1358, com o rei D. Pedro I, acabando com a contenda entre o Mosteiro e D. Afonso IV, que havia retirado terras para a posse da coroa. Novas terras foram facultadas, além das retiradas anteriormente, acrescentando novos privilégios. O couto de Alcobaça expande-se a Sudeste, mantendo o limite a Este da Serra dos Candeeiros, e a Norte estende-se 10 kms para além da Pederneira e até à Póvoa de Cós⁴⁶.

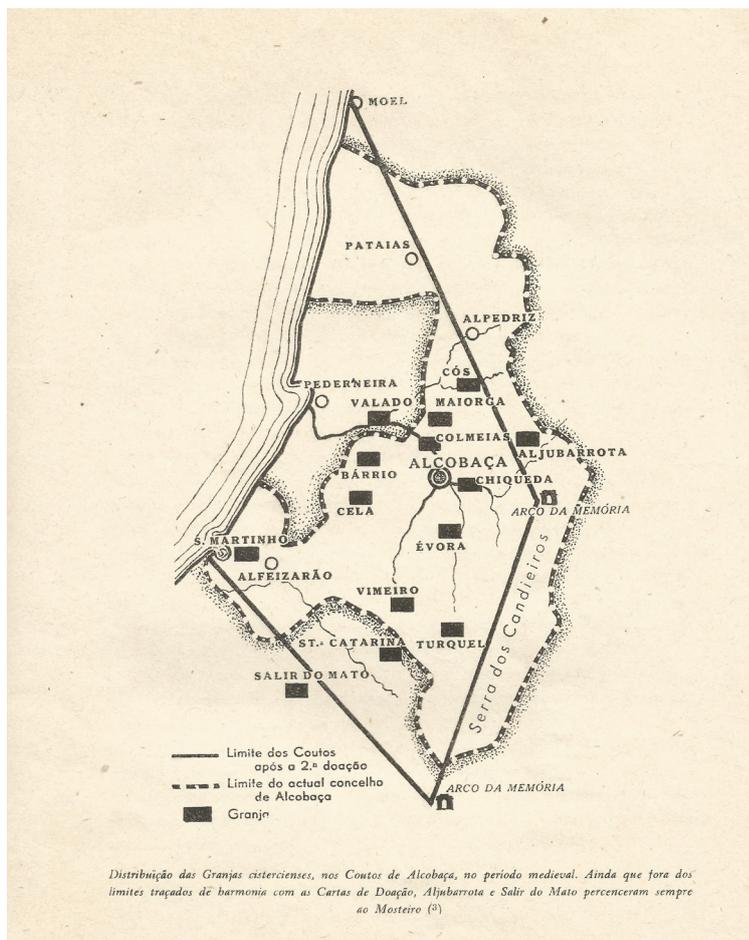
Inicialmente, a Pederneira estaria fora dos limites da doação, contudo foi sempre uma ambição da Ordem adquirir esta vila. Apesar do alfoz não ser produtivo, predominando a actividade silvícola, o porto da Pederneira era uma grande oportunidade estratégica do ponto de vista comercial, devido à sua localização geográfica. Iria Gonçalves refere: “A pederneira era o local onde as povoações detinham um carácter menos estritamente rural dos Coutos, desenvolvendo-se a primeira actividade comercial e artesanal...” “um bom centro de vida marítima com interesses ligados à pesca e à construção naval” (Gonçalves, 2010, p. 106). Apesar da constante contenda entre os habitantes e os Monges, a Pederneira passa, com o reinado de D. Pedro I, a pertencer aos Coutos. Com a extinção da Lagoa e, mais tarde, a inutilização do Porto das Paredes⁴⁷, a Pederneira passa a ser a sua maior estação portuária, juntando-se ao porto de S. Martinho do Porto.

Os Coutos de Alcobaça atingiram a máxima expansão em 1368 e 1374, com a confirmação dada pelo rei D. Fernando I. No reinado seguinte, de D. João I, são novamente questionadas as doações dos dois reis antecessores, que passam novamente para domínio régio. Estas terras só viriam a ser novamente adquiridas pelos monges de Alcobaça com a doação de D. João IV, após restaurada a nacionalidade (Natividade, 1960, p. 88).

Esta última doação encerra o ciclo de expansão do território do Couto alcançando um domínio de treze vilas. Os limites pouco se alteram, apenas expandindo para Norte com a agregação do porto das Paredes. De grosso modo, a extensão máxima ocupa uma área de aproximadamente 440km², actualmente pertencente

⁴⁶ Os monges brancos de Alcobaça fundaram na localidade de Cós um Mosteiro cisterciense feminino.

⁴⁷ O rápido assoreamento do porto das Paredes tornou impraticável a actividade piscatória e a acostagem de embarcações a partir do século XVI (Henriques, 2013, p. 430).



29. Distribuição das Granjas cistercienses, nos Coutos de Alcobaça, no período medieval. Joaquim Vieira Natividade

ao concelho de Alcobaça e ao concelho da Nazaré, englobando algumas terras dos actuais extremos dos concelhos das Caldas da Rainha, Marinha Grande e Porto de Mós⁴⁸ (Gonçalves, 1989, p. 351).

Os Coutos de Alcobaça vão ser o único caso português cisterciense com o território fronteiriço ao mar. Um território heterogéneo, potencialmente produtivo e com uma localização estrategicamente privilegiada.

3.3 A Granja

A presença cisterciense em Alcobaça impõe uma paisagem em constante metamorfose através da política agrária. O estímulo do processo de apropriação e transformação do território parte de estruturas edificadas por todo Couto de Alcobaça: a Granja.

A *Granja*⁴⁹ é uma propriedade rústica, resultante de uma estratégia global de reestruturação do território do Couto, que estabelecia a organização do domínio em unidades de produção. Os monges procuravam, sempre que possível, destinar a cada Granja uma actividade produtiva específica, garantindo uma exploração directa, o mais abrangente e eficiente possível. Joaquim Vieira Natividade refere o início deste processo: “já na última metade do Século XIII haviam desbravado e agricultado a maior parte das terras que ficavam até uma légua de distância do Mosteiro, propõem agora arrotear e entregar à cultura os restantes terrenos (...). Estabelecem assim diferentes pontos da região, escolhidos com superior discernimento, colónias rurais, governadas por um Mestre, ou Granjeiro, e onde irmãos conversos, leigos e noviços, se devotam, na solidão, aos rudes trabalhos agrícolas.” (Natividade, 1944, p. 8).

A informação sobre o início da edificação destas estruturas agrícolas é, ainda hoje, muito vaga, desconhecendo-se qual a primeira granja definida no território

⁴⁸ Alcobaça, Aljubarrota, Évora, Turquel, Cós, Maiorga, Alvorninha, Cela, Alfeizerão, Pederneira, S. Martinho do Porto, Santa Catarina e Paredes (Silva, 1961, p. 66).

⁴⁹ Os termos Granja e Quinta são referenciados distintamente; contudo, não há uma definição precisa para cada uma das designações. Coloca-se a hipótese da Granja ser a primeira estrutura a “colonizar” o território, com ligação ao verbo *Granjear* (acto de cultivar, conquistar a terra), e Quinta ser considerada como uma estrutura agrária sequente. Esta indefinição sobre qual a classificação mais apropriada a cada imóvel leva, em alguns casos, a divergências quanto ao número de Granjas.



30. Granja da Maiorga, Quinta do Outeiro, Maiorga

do Couto. A primeira referência é da granja de Salir do Mato, em 1179 (Barbosa, 1998, p. 1455). Não tendo a total certeza sobre este facto, esta granja estava localizada num ponto estratégico para a organização e defesa da primeira doação, localizando-se a Sul, num ponto limítrofe do Couto.

O recurso a esta estrutura para “colonizar” e controlar o território não é inteiramente excepcional da Ordem de Cister, relativamente a outras entidades monásticas, contudo, esta torna-se uma política extensível a todo o território, controlando directamente toda a produção (*ibidem*, p. 1455).

Estas unidades usufruíam de uma certa autonomia de gestão, cabendo ao Mestre Granjeiro, geralmente, um monge converso, a decisão sobre a administração e exploração da unidade para uma eficaz resolução dos problemas locais. Um modelo administrativo hierarquizado semelhante à relação entre os Mosteiros e a casa-mãe, Cister (Gusmão, 1948, p. 141).

A política agrária associada à Granja destinava-se ao fomento de uma relação próxima entre a Ordem e os produtores; deste modo, a sua finalidade é mais do que um dispositivo produtivo, “constitui a forma mais perfeita de atrair, instruir e fixar os colonos, e pode admitir-se que as Granjas nesse tempo se destinavam sobretudo a chamar povoadores para os terrenos reputados agricolamente mais favoráveis.” (Natividade, 1944, p. 8). Os monges aumentavam progressivamente a sua influência nos povoados em redor, com vista a uma futura anexação ao seu domínio, o que se sucedeu posteriormente em muitos casos (Barbosa, 1998, p. 1460).

A Granja é sobretudo uma escola-modelo, onde os colonos eram auxiliados com concelhos técnicos, disponibilizadas sementes seleccionadas e instrumentos agrícolas. Para o apoio destas funções, estas unidades eram providas de várias infra-estruturas; além das instalações do monge granjeiro e da sua equipa, existiam zonas e equipamentos para recolha e arrecadação das produções, zonas de transformação destas e “modernos campos ou jardins de aclimação”. O realce vai sobretudo para estes últimos espaços que foram da maior importância para o incremento da inovação; aqui desenvolviam-se alguns estudos agrícolas, fora da dependência do Mosteiro. Estes “jardins” eram espaços de experimentação e de selecção de sementes e plantas canalizados para a exploração, com recursos provenientes de toda a Europa, resultado da inter-relação entre os granjeiros dos



31. Granja da Cavaliça, Quinta do Castelo, Famalicão

vários Mosteiros Cistercienses (Natividade, 1944, p. 16).

A documentação sobre as granjas é escassa; apenas podemos indicar ao certo qual a sua localização. O local de instalação destas estruturas era criteriosamente escolhido segundo as condições territoriais, privilegiando espaços próximos de linhas de água, boas condições topográficas e com bons acessos a vias de escoamento da produção, próximas de vias de circulação inter-regional de forma a aceder aos mercados mais próximos (Barbosa, 1998, p. 1460).

A proximidade com a água não se deve somente ao consumo e necessidade no trabalho agrícola, mas igualmente, em alguns casos, pela fonte inesgotável de força motriz. A Idade Média trouxe grandes avanços neste campo, onde se desenvolveram um número mais alargado de engenhos hidráulicos. Os monges cistercienses não sendo alheios a este progresso, concentraram a actividade da moagem nos engenhos hidráulicos, em detrimento do desenvolvimento da energia eólica. Pelo território de Alcobaça, junto a rios e ribeiras, os monges instalaram granjas equipadas com vários engenhos hidráulicos explorando a força das águas em moinhos, pisões e lagares, entre outros. Contudo, por razões geográficas já referidas anteriormente, exceptuando alguns casos, estas estruturas concentram-se nas proximidades do Mosteiro, explorando o leito do Alcoa (Gonçalves, 1989, p. 116).

O incentivo pombalino, por iniciativa do Abade Fr. Manuel de Mendonça, é notável na reestruturação das Granjas de Alcobaça, particularmente no apetrechamento de infra-estruturas. Esta acção empreendedora explica a quase ausência de vestígios primários da construção e a escassa informação dos primeiros núcleos urbanos das granjas. Joaquim Vieira Natividade refere o processo de modernização pombalino: “Edifícios amplos, mais sólidos e mais sumptuosos substituem os cómodos improvisados e modestos dos primeiros séculos. Muram-se as Granjas, levantam-se portões senhoriais, reconstroem-se lagares, celeiros, abegoarias e tanques...” (Natividade, 1944, p. 20).

As acções destas estruturas no território do Couto reflectiram-se não só na conversão do solo para uso agrícola mas, também, no surgimento e crescimento de novos povoados. “Assim as cercas e portões das antigas granjas, aparecem relacionados com uma estrutura urbana, muitas vezes em *patte d’oie*, que parece ter origem nos antigos “rossios”, associados às várias práticas inerentes à fun-



- 32. Comporta do açude, vale da “garganta”
- 33. Açude
- 34. Açude junto à estrada N8-5

cionalidade da granja⁵⁰. Ponto de confluência das dinâmicas rurais, era a partir deste núcleo que convergiam estruturas viárias, “como o resultado de trajectos percorridos regular e sistematicamente”. Estas estruturas viriam a estabelecer as matrizes de desenvolvimento dos aglomerados urbanos (Barbosa, 1998, p. 1453, 1463, 1464).

No redor da antiga Lagoa da Pederneira encontra-se um grupo importante de granjas cistercienses: Granja do Valado dos Frades, Granja das Colmeias, na Fervença, Granja da Maiorga (Quinta do Outeiro)⁵¹, Granja do Bário⁵², a mais distante da antiga Lagoa, e a Granja da Cela (Quinta da Cela Velha) (Natividade, 1944, p. 9, 10). Estas granjas localizam-se preferencialmente em pontos mais elevados do território. O presente trabalho foca a análise na Granja do Valado dos Frades e na Granja das Colmeias, apesar de esta já não subsistir, por se tratarem dos complexos mais importantes e com relevância histórica mais acrescida no desenvolvimento do território da antiga Lagoa.

O vale da Fervença era o espaço, exterior à “Cerca”, onde se concentrava um número significativo de engenhos hidráulicos. A potencialidade deste troço do rio Alcoa nas suas quedas de água levou os monges a estabelecer a Granja das Colmeias. O complexo era composto por três moinhos e um lagar de azeite, todos desaparecidos actualmente. O lagar de azeite da Fervença foi construído pelos monges onde outrora existiu uma fábrica de papel⁵³. As águas do rio eram

⁵⁰ No espaço do “rossio” eram disponibilizadas as sementes aos colonos, efectuados os pagamento dos foros, “o estacionamento das viaturas de tiro e de certas alfaias” e onde se “processava a vida activa das populações da época”. No final da Idade Média, estes espaços de convergência começam a atrair a actividade mercantil, desenvolvem-se estações de mercado, “resultado do progressivo desinteresse manifestado pelo Mosteiro de Alcobaça, desde inícios do século XIV, pela exploração directa das granjas”. No início do século XV, pelo processo de arrendamento das granjas a entidades exteriores, o funcionamento de mercados próximos destas aumenta, aprofundando a rede viária que converge a estes equipamentos.

⁵¹ A granja da Maiorga situa-se numa colina, marginal ao antigo perímetro do alvéolo interior da Lagoa da Pederneira. A data da sua fundação é incerta; contudo, esta seria das primeiras granjas a serem fundadas por estar localizada numa das primeiras zonas em redor do Mosteiro a serem desbravadas e convertidas ao cultivo, nomeadamente de meados do século XII até finais do século XIII. O conjunto edificado é composto por dois corpos, de épocas distintas, um servindo de celeiro e outro de habitação (Barbosa, 1998, p. 1460, 1468).

⁵² A data da origem da granja do Bário é desconhecida. Situa-se numa zona relativamente acidentada, numa superfície ligeiramente plana. Hoje, são identificados dois edifícios, distanciados, pertencentes à antiga granja. A cerca associada à granja teria, provavelmente, um perímetro estreito e alongado. Os edifícios apresentam uma volumetria variada, sugerindo diversas alterações ao longo do tempo segundo as alterações das necessidades (Barbosa, 1998, p. 1465, 1470).

⁵³ A fábrica estabelece-se em 1527 e foi a primeira fábrica de papel dos Coutos. Manuel Vieira Natividade refere a edificação do lagar: “Pelos anos de 1537, houve também no sítio da Fervença uma fabrica de papel. Foi o Cardeal infante D. Affonso, então abbade comendatário d’Alcobaça, quem aforou o terreno para ella, sendo a fóro annual de duas resmas de papel. (...) N’este mesmo local mandaram os frades construir o seu melhor lagar d’azeite, que se conservou até há poucos anos. O Cardeal D. Henrique aproveitando a corrente do rio, construiu um soberbo açude, que ainda hoje conserva, e fez conduzir a agua por um canal, com a força precisa para mover os diferentes engenhos.” (Natividade, 1885, p. 13).



35. Granja do Valado dos Frades, vista da planície

36. Granja do Valado dos Frades, vista do “promontório” do local da granja

retiradas por um açude e encaminhadas para uma levada, ainda existente, sendo ambas as estruturas mandadas construir pelo cardeal D. Henrique (Natividade, 1885, p. 13). O complexo foi demolido no século XIX, juntamente com os restantes três moinhos: o Moinho de Baixo, o Moinho do Meio e o Moinho de Cima, ou Azenha de Cima⁵⁴ (Maduro, 2011, p. 617).

A Granja do Valado dos Frades⁵⁵ surge da necessidade de aproveitamento dos campos da antiga Lagoa que origina os trabalhos de valagem. A eficácia do progresso agrário desenvolvido nos campos pela equipa de técnicos hidráulicos desta Granja no período medieval levou a considerar como “uma das melhores escolas agrícolas do seu tempo” (Natividade, 1944, p. 19). Actualmente, de todo o conjunto das granjas enumeradas, a granja do Valado dos Frades é a que apresenta o melhor estado de conservação.

O mosteiro possuía outras propriedades rústicas designadas como Quintas. Sobre estas estruturas, tal como as granjas, pouco se sabe.

Em redor da antiga Lagoa, dado tratar-se de solos com grande qualidade agrícola, edificaram-se várias quintas na época cisterciense, complementando a função das granjas. Na localidade da Maiorga existia o número mais concentrado de Quintas: Quinta da Torre, Quinta da Granja, Quinta das Chuças, Quinta das Cidreiras, Quinta da Esperança, Quinta do Pinheiro e Quinta de Santa Marta. A grande concentração nesta localidade deve-se, provavelmente, a esta ser a primeira área da antiga Lagoa a ser disponibilizada para o uso agrícola, o que permitiu uma maior produção inicial e consequente necessidade deste tipo de estruturas. Nas restantes localidades existiam a Quinta da Parvoíce, no Valado dos Frades, a Quinta de Valbom, no Bárrio, em Famalicão, a Quinta do Castelo e, na Cela, a Quinta da Maceda (Maduro, 2011, p. 30, 31, 474).

O lagar era de grande dimensão, tinha dois engenhos de azeite e oito varas.

⁵⁴ O Moinho de Baixo seria de dimensão significativa, possuindo três engenhos. António Eduardo Maduro indica a localização: “Este moinho confronta a partir do “norte e nascente com a estrada pública, sul com a levada, e poente com o rio.” Este moinho foi aforado a Joaquim Ferreira D’Araújo Guimarães, a 11 de Janeiro de 1875, para desenvolver um complexo industrial têxtil. O Moinho do Meio possuía “trez engenhos, corraes anexos e serradinho”. O Moinho de Cima possuía “dois engenhos, corraes anexos e serradinho”. O contracto de arrematação refere a mesma localização para os três moinhos, pelo que estariam todos próximos (Maduro, 2011, p. 631, 632, 633).

⁵⁵ A granja do Valado dos Frades situa-se na extremidade Sul da actual malha urbana da vila. O edificado mais antigo forma uma disposição em U; actualmente, o conjunto é semi-fechado, pelo acrescento de um edifício no século XIX (Barbosa, 1998, p. 1467).



37. Mosaico dos campos agrícolas

As estruturas agrícolas cistercienses são a herança do passado de uma estratégia colonizadora; hoje, são uma oportunidade estratégica para o território do rio Alcoa.

3.4 Povoamento e emparcelamento do Couto

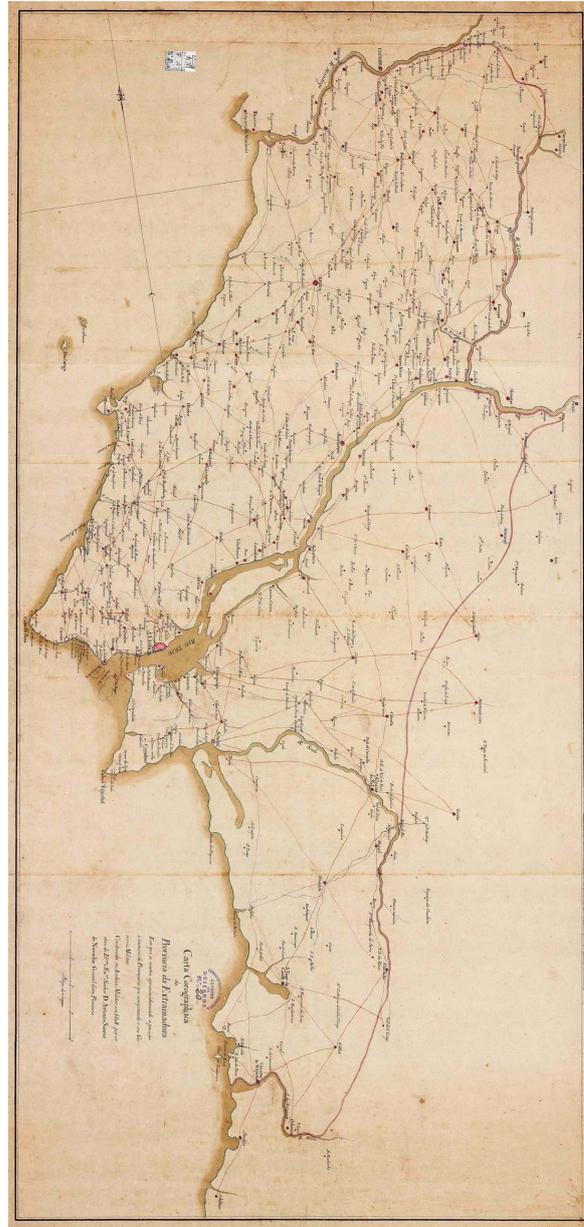
O crescimento demográfico proporciona mão-de-obra disponível, logo, factor de maior produtividade geradora de riqueza. Os monges cistercienses exploraram este factor desde o início, fomentando iniciativas para atrair novos colonos e para aumento da exploração do território.

Inicialmente, no processo de gestão do território, era estabelecida qual a terra destinada à exploração directa, com forte incidência na mão-de-obra dos monges conversos, e as terras remanescentes eram entregues aos colonos, sobre o pagamento de prestações preestabelecidas e, em alguns casos, com a imposição de regras nas culturas a produzir.

A tributação não era indiferente à natureza das terras disponíveis. Nas terras de maior produtividade o arrendatário era obrigado a pagar quantias mais elevadas; por sua vez, por terras menos produtivas ou por desbravar pagavam-se quantias mais baixas. Estes factores de variação de pagamento são também condicionantes para a atribuição da posse das terras a entidades exteriores. Em alguns casos, os colonos chegam a uma concessão máxima pelo número de anos de amanho que exerciam, variando a concessão com a natureza produtiva das terras. Contudo, prevalecia sempre o direito senhorial que impunha regras para assegurar a continuidade da exploração, sendo o colono obrigado a exercer o amanho sob a pena da posse das terras ser retirada (Gusmão, 1992, p. 48).

Como já referido, a Granja teve um papel preponderante no início da fixação de colonos e emparcelamento, dando mais tarde origem a novas populações⁵⁶. Em alguns casos, o Mosteiro cedia toda ou parte das granjas às populações, ou apenas os terrenos próximos, comprometendo-se os colonos a fixarem-se no local (Natividade, 1944, p. 8).

⁵⁶ As granjas e as quintas do Mosteiro deram origem à população de Aljubarrota, Évora de Alcobaça, S. Martinho do Porto e Salir do Mato.



38. Carta Corographica da Provincia da Estramadura. Em que mostra aproximadamente a posição e numero de Povoações que comprehende o seu Governo Militar. Contruida no Archivo Militar em 1808, por ordem do Ill.mo e Ex.mo Senhor D. Antonio Soares de Noronha General desta Provincia, 1808

A partir do século XIII, o Mosteiro começa a conceber *Cartas de Povoação* ou de *Povoamento*, divergindo o conteúdo destas segundo a necessidade particular de cada uma das povoações. Estabelecem-se regras de propriedade onde a organização era estudada a partir do número de casais. O primeiro passo era equacionar qual a superfície a ser destinada ao núcleo inicial de povoamento; de seguida, qual o número de casais extra a conceber para assegurar o desenvolvimento da população: uma clara política de atracção de colonos e gestão territorial. Como referimos, os monges detinham sempre o direito senhorial, de modo que a gestão era assegurada por regras contratuais pré-estabelecidas. Caso o proprietário deixasse o amanho da terra, este seria castigado, sendo conseqüentemente retirado o título de posse. O mesmo acontecia quando a terra era transferida para outro proprietário, tendo este de assegurar a continuidade da exploração (Natividade, 1960, p. 73).

As *cartas de povoação* não vão apenas gerir as áreas de cultivo⁵⁷ mas também as áreas incultas. Pelo valor económico da silvicultura, necessidade de lenhas para consumo doméstico e fabril⁵⁸ e a carência de matos para uso de fertilizantes, próprio do sistema agrário do Antigo Regime, era necessário gerir o equilíbrio entre a área cultivada e inculta. O uso da madeira era limitado aos colonos, sendo, na maioria, destinado apenas para a construção civil ou para adquirir novos instrumentos agrícolas⁵⁹.

A contínua dificuldade de fixação de população em alguns locais, normalmente em terrenos de solo pobre, leva a Ordem a colocar a marca do couto. Esta atribuição compreende regalias jurídicas específicas para cada lugar; em alguns casos, salvaguardava criminosos, abrindo a possibilidade para estes se estabelecerem e propulsionar desenvolvimento demográfico, sob a alçada do Mosteiro (Natividade, 1922, p. 14).

⁵⁷ Após serem disponibilizadas a arrotear, nas áreas de cultivo eram determinadas quais as culturas a atribuir, designando com rigor a espécie e o modo de aplicação, procurando extrair o máximo rendimento possível (Barbosa, 1998, p. 1461).

⁵⁸ A madeira é a principal fonte energética até à difusão do uso do carvão na indústria e da generalização do uso da máquina a vapor.

⁵⁹ Nas cláusulas da granja da Maiorga é referido o controlo da mata da Fervença, “O souto que estava junto à ponte do moinho da Fervença não dever ser arroteado, nem devem os moradores da Maiorga cortar madeira para venda, mas apenas para seu uso. O Mosteiro pode cortar madeira, desde que seja para reparação da ponte referida” (Barbosa, 1998, p. 1461). A ponte referida seria a actualmente localizada no extremo Poente da Companhia de Fiação e Tecidos de Alcobaça.

“Como a Deusa da Mitologia grêga”... “surgiu do seio das águas, mas da paz dum lago imenso, das águas cristalinas que a leve brisa acariciava, no silêncio calmo da Natureza.

Por um movimento gicínético de extraordinária possança, esse lago, lentamente expulso do seu leito e projectado no mar, deixaria a descoberto a mais estranha, a mais fantástica das paisagens”.

Joaquim Vieira Natividade, 1922

Ao longo dos anos ocorrem modificações do domínio senhorial cisterciense; os monges vão progressivamente distanciar-se da produção até ao seu abandono definitivo, prevalecendo totalmente a exploração por parte dos aforradores e arrendatários. O território, anteriormente desmedido e inculto, passa a estar organizado e a ser produtivo. Constituiu o princípio dum processo de emparcelamento que deixou marcas cadastrais até aos dias de hoje.

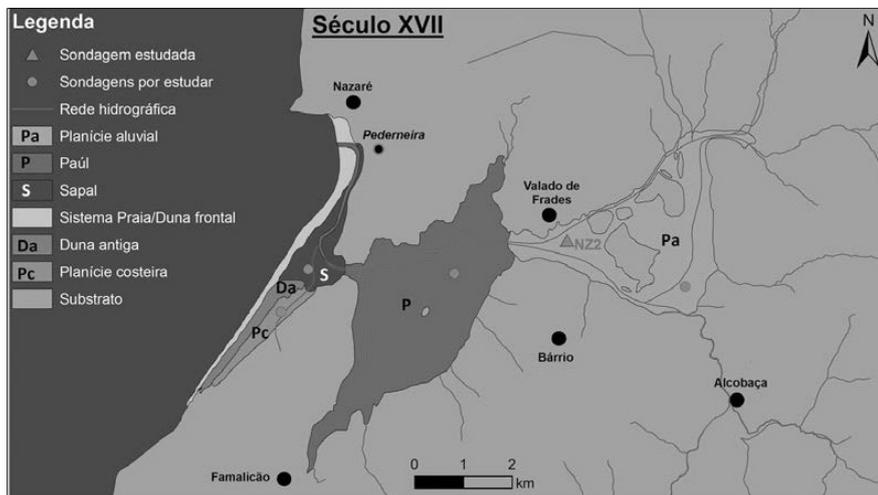
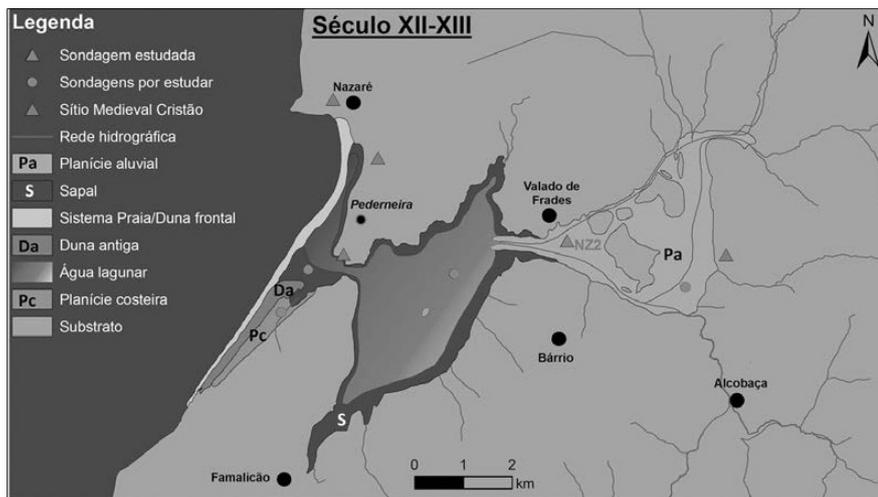
3.5 A gestão da Lagoa da Pederneira, sua extinção e as acções do Homem na rede hidrografia do rio Alcoa

A estabilização do nível do mar no nível semelhante ao actual⁶⁰ favoreceu o sucessivo depósito de sedimentos fluviais e marítimos nas enseadas, resultando na progressiva redução da área imersa. Estes processos geomorfológicos de recuo da Lagoa da Pederneira são lentos até à data da doação do Couto de Alcobaça aos monges de Claraval (Henriques, 2013, p. 426, 442).

As acções de arroteamento de terras e a construção de canais de drenagem aceleraram o processo de assoreamento do estuário do Alcoa; a linha da costa adquire uma configuração cada vez mais regular. Maria Henriques refere a acção monacal na gestão destes estuários: “a actividade antrópica igualou, ou excedeu até, a dos factores naturais na organização e funcionamento ambientais”. Um processo contínuo de conquista de terras ao estuário do Alcoa, “acompanhado de uma permanente reorganização do espaço de que resultou a deslocação geográfica de pessoas e funções” (*ibidem*, p. 425).

No séc. XII, a linha costeira era diferente da actual; a Lagoa da Pederneira, apesar do recuo marítimo, ainda dominava a várzea, principalmente o alvéolo central de Ponte da Barca-Valado dos Frades. O alvéolo mais interior encontrava-se na condição de planície aluvial (figura 39). Como referido, o estuário seria um espaço de atracagem marítima sujeito às marés, de modo que os monges vão também aproveitar as condições naturais da Lagoa para seu usufruto. Maria Virgínia Henriques refere a importância estratégica e económica destes estuári-

⁶⁰ O nível do mar atingiu a cota actual à 6000 - 5000 anos BP (Último Máximo Transgressivo) (Henriques, 2013, p. 426).



39. Lagoa da Pederneira, século XII-XIII, Maria Virgínia Henriques

40. Lagoa da Pederneira, século XVII, Maria Virgínia Henriques

os: “O território dos Coutos de Alcobaça beneficiava assim de espaços que permitiam bons locais de acostagem, possibilidade de pesca, de produção de sal e de vias de comunicação fluvial e marítima complementares às terrestres.” (*ibidem*, p. 425).

Inicialmente o principal “porto” e suas dependências localizavam-se acima de Ponte da Barca, desenvolvendo-se desta forma a vila da Pederneira que alcançou grandes progressos e privilégios reais (*ibidem*, p. 440).

Desde a fixação da Ordem, o assoreamento da barra e do estuário comprometem a possibilidade de navegação⁶¹, sendo progressivamente reduzida a embarcações de menor calado. O controlo artificial da Lagoa e aspectos consequentes são documentados no séc. XII, onde é “referido o fecho da barra da laguna e o esforço exigido para a abrir e manter aberta, assim como as consequências nefastas que o isolamento do mar provoca no interior do corpo lagunar e na qualidade de vida da população.” (*ibidem*, p. 440).

O processo inevitável de assoreamento, cada vez mais acelerado, conduziu a alterações na estratégia monástica para este local; a acumulação de areias trazia problemas económicos, pelos custos da manutenção da barra, a crescente impossibilidade de navegação⁶² e também problemas relativos à saúde pública. A riqueza natural da Lagoa dá lugar a uma paisagem de terrenos alagados, estéreis e insalubres, com a formação de lagoas de água paradas e grandes extensões de zonas húmidas que desenvolveram o contágio da malária. A doença rapidamente alastrou comprometendo o desenvolvimento de várias populações e, em alguns casos, obrigando à sua deslocação das zonas próximas de inundação⁶³.

O progressivo assoreamento da lagoa, que cada vez mais conduzia ao nivelamento da várzea, não provém somente de factores naturais; segundo o estudo

⁶¹ Eduíno Garcia refere o encontro de vários mastros de navios em trabalhos de drenagem dos campos agrícolas do Valado e Cela. O uso frequente do topónimo Porto em locais costeiros da antiga Lagoa, segundo referências da população ainda pouco confirmadas, a presença de “argolas de amarração de barcos em terra firma” comprovam a importância da navegação na época (Porto da Areia, na Cela Velha; Porto da Pedra, Valado dos Frades; Porto de Leiria, próximo da Povoa de Cós; Pedra do Porto, próximo da foz do rio Alcoa) (Garcia, 1978/70, p. 8, 9).

⁶² Frei Bernardo Brito, no texto *Monarchia Lusytana*, do séc. XVI refere a impossibilidade de navegação da Lagoa: “já no tempo de agora, não admite em si embarcações de muita conta, se não barcos pequenos, que sobem do mar por uma lagoa acima e vão algum espaço subindo pelo Rio que vem de Alcobaça, ficando as embarcações grandes ao mar alto defronte da Vila da Pederneira, sem poderem entrar pela foz do Rio” (Garcia, 1968/70, p. 5).

⁶³ A população de Cela Velha, situada na zona baixa, foi forçada a deslocar-se para zonas mais elevadas dando origem à localidade de Cela Nova.

conduzido por Maria Henriques, “o crescimento demográfico, o incremento das actividades agrícolas, a exploração de madeiras e de outros recursos naturais, contribuíram significativamente para a erosão dos solos e para o conseqüente aumento da torrencialidade e do transporte sedimentar a partir do século XII” (*ibidem*, p. 436).

Os problemas de drenagem e insalubridade, principalmente no antigo alvéolo nascente da Lagoa, trouxeram a necessidade de reunir e formar pessoal qualificado na área da engenharia hidráulica. Em 1291, por intervenção do rei D. Dinis, é criada a primeira escola de hidráulica agrícola situada no Mosteiro de Alcobaça (*ibidem*, p. 439). Esta acção veio com intuito de proceder a obras desta natureza, não só no Couto de Alcobaça, nas Lagoas da Pederneira e de Alfeizerão, como fora do perímetro do Couto⁶⁴. As obras de hidráulica vão acompanhar todo o período monacal em Alcobaça. Manuel Vieira Natividade refere os primeiros trabalhos de domesticação das linhas de água: “Assinalam-se os primeiros passos nas proximidades da Maiorga, e aí empregam os monges toda a sua ciência e energia. Rasgam-se fundas e extensas valagens, mudou-se o curso dos rios, mas poucos resultados práticos obtiveram. O esgoto das valas era insuficiente, em virtude da diminuta diferença de nível em relação ao mar” (Natividade, 1960, p. 106).

O fim da Idade Média vai trazer alterações na política de exploração do território dos Coutos de Alcobaça; os monges passam a não explorar directamente as terras, apenas com interesse na cobrança de impostos, cedendo a responsabilidade para os proprietários e rendeiros. Estabelecem-se vários acordos entre o Mosteiro e o povo da Maiorga para transferir as despesas de manutenção dos canais ao povo desta vila⁶⁵ (*ibidem*, p. 107). Estas alterações da responsabilidade de manutenção da rede hídrica indicam que, com o tempo, os monges de Alcobaça abdicam do controlo dos trabalhos hidráulicos; acções que explicam os problemas de mau funcionamento que se sucedem.

Entre os séculos XVI e XVII não há registos de grandes trabalhos hidráulicos,

⁶⁴ Os monges de Alcobaça empreenderam trabalhos de drenagem nos campos Alenquer e Ota, na bacia do Tejo, e nos Baixos do Alentejo, em Beja e Beringel, terras doadas por D. Afonso III (Natividade, 1922, p. 16).

⁶⁵ “Em 1454: contrato entre o Mosteiro e o povo daquela vila, e em que este fica obrigado a suportar todas as despesas das valas e dos rios. Outro, em 1467. Em 1521, emprazam-se os brejos do Valado a Vasco de Pina e Dona Isabel de Andrade.” (Natividade, 1960, p. 106, 107).



42. Rio da Areia, Valado dos Frades

sendo somente de realçar os trabalhos de gestão e limpeza dos canais e valas. A Lagoa encontrava-se extinta, com o alvéolo central em situação de paul e o alvéolo junto à costa em sapal (figura 40). A ausência de trabalhos hidráulicos, em tão largo período de tempo, pode significar a perda do domínio de conhecimentos hidráulicos. Os monges de Cister detinham os mais avançados conhecimentos no período medieval; com o tempo, os monges perdem este domínio técnico.

Somando às baixas demográficas pelo contágio das águas paradas, muitos documentos do século XVI expressam a dificuldade de manutenção da barra, que agrava os problemas de drenagem dos campos em redor do estuário. “O crescimento de cordões litorais, o avanço das dunas, a constante migração da foz do rio Alcoa e o aumento do calado das embarcações obriga certamente à mudança do “porto” e dos estaleiros para fora da Ponte das Barcas”. Estas estruturas portuárias são transferidas para a “Ribeira”, abaixo do promontório da actual vila da Nazaré⁶⁶, por melhores condições naturais. Desenvolve-se o aglomerado urbano da vila da Nazaré, com o retomar da actividade naval, comércio marítimo e pesca em detrimento da ocupação da zona “medieval” da Pederneira, que se transfere mais para Norte no actual local da vila (Henriques, 2013, p. 440).

A visão empreendedora dos monges leva a desenvolver uma nova estratégia para o aproveitamento do restante estuário da antiga Lagoa.

No século XVIII registam-se várias obras hidráulicas na várzea da Nazaré. Manuel Vieira Natividade refere que “Em 1770, assina-se um contracto entre o Mosteiro e a população da Maiorga para abertura do Rio Novo. Ficavam assim reunidas diversas águas numa corrente única, o que permitia valar com vantagem uma maior área de brejos.” (Natividade, 1960, p. 107). O rio referido é o Rio do Meio que garante a valagem dos brejos⁶⁷ entre o Rio da Areia e o rio Alcoa⁶⁸. O

⁶⁶ O aglomerado populacional da vila da Nazaré, designada anteriormente como “Praia” ou “Ribeira”, desenvolve-se nos séculos XVII e XVIII, consequência da “atração da população pelas actividades da pesca, dos estaleiros, e do armazenamento e transporte das madeiras provenientes do Pinhal de Leiria com destino à Ribeira das Naus em Lisboa.” Contribuiu para este processo o rápido assoreamento do porto das Paredes com deslocação de actividades e estruturas para a Nazaré. A decadência da Pederneira deve-se também ao desenvolvimento do aglomerado populacional no Sítio da Nazaré, no cimo do promontório, ligado ao culto da Nossa Senhora da Nazaré, sobretudo na peregrinação, que favoreceu a deslocação de moradores (Henriques, 2013, p. 430, 440, 441).

⁶⁷ Terreno alagado, pantanoso.

⁶⁸ Manuel Vieira Natividade refere as palavras de Fr. Manoel de Figueiredo: “O Mosteiro aforou os terrenos alagados dos termos de Alcoaça, Pederneira e Cela, pelos anos de 1606 aproximadamente, aos descendentes de João Pereira Pestana Lobo de Almeida, da Lourinhã. Estes campos, compreendendo os aforamentos que este fidalgo possui e muita parte das terras que estão ao norte do rio da Abadia, e que retomam para o Mosteiro”... (Natividade, 1960, p. 107).



43. *Planta da Villa de Alcobaça*, 29 de Dezembro de 1775. Guilherme Elsdén, Isidoro Paulo Pereira

estudo inicial⁶⁹ dos brejos no actual rio do Meio foi encarregado ao engenheiro Bento de Moura Portugal, “chegando a fazer um largo estudo que a muitos pareceu bom, mas não chegou a realizar-se a obra.” (*ibidem*, p. 107).

O recurso a entidades exteriores à Ordem depreende a perda do domínio técnico da hidráulica dos monges de Cister, já referido. Os engenheiros militares vão entrar à frente das obras nas planícies aluviais do Couto; deste modo, o poder central passa a tomar as medidas necessárias para melhorar o problema da má drenagem e assoreamento dos campos e não os monges de Alcobaça.

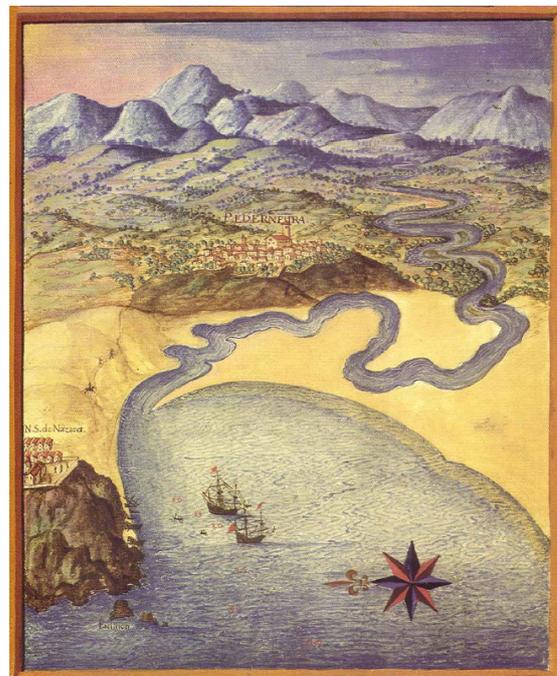
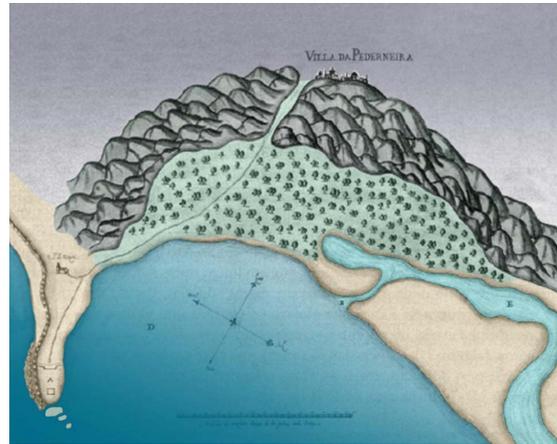
Após o primeiro estudo, o Mosteiro, pela descrição de Frei Manoel de Figueiredo, terá solicitado de novo os serviços ao governo para “que fizesse abrir os campos, cedendo o dízimo que tem neles por espaço de dez anos”⁷⁰. A tarefa é novamente incumbida ao Eng.º Bento de Moura Portugal⁷¹ que reúne uma equipa composta pelos subalternos Oliveira e Santa Marta para realizar o estudo e “levantar um mapa” do território. O relatório refere “que as humidades do campo se evitariam com as valas largas e pouco profundas, e que as águas deviam correr em um novo engueiro, ou vala, que recebesse as águas da Fonte Figueira, Cela Velha, etc. e que viesse entrar de lado no rio da Abadia, buscando abaixo das pontes da Barca o rio velho, e, por esta direcção se verterem no mesmo rio e situação que chamam Lagoa da Pederneira, fazendo neste lugar portas de maré.” A acção do mar ainda era prejudicial, problema que se faz sentir até ao final do séc. XIX onde as marés ainda alcançam a Ponte da Barca, local proposto para a construção das portas de maré (*ibidem*, p. 107).

O relatório soluciona os problemas de drenagem dos campos situados entre as serras da Cela, a Nascente, a vila de Famalicão, a Sul, e a serra da Pescaria, o antigo prolongamento do alvéolo intermédio da Lagoa. A proposta de drenagem estabelece a criação de uma vala principal, actualmente semicircular, que recebe as drenagens das serras da Cela, a Nascente, unindo-se tangencialmente com o rio Alcoa, a Norte, e com a ribeira de Famalicão, a Sul. O referido “rio velho” é

⁶⁹ A data do estudo não é referida.

⁷⁰ A data da solicitação dos serviços não é referida, apenas refere “pouco depois” do primeiro estudo de Portugal (Natividade, 1960, p. 107).

⁷¹ Bento de Moura Portugal foi um engenheiro célebre e especialista em questões de hidráulica que trabalhou no período de D. João V.



44. *Planta do sítio da Pederneira e do forte que nella propôs p Pe. Frei João Vicencio Casal a Dom João da Silva Conde de Portalegre e Capitão Geral do Reino de Portugal por S. Mag.^{des} em 12 de Outubro de 1593.* Pe. Frei João Vicencio Casal

45. *Pederneira y bhaia de N^a S^a de Nazareth, 1634.* Pedro Teixeira

possivelmente a ribeira de Famalicão, que recebe as drenagens da serra da Pescaria e dos campos agrícolas (figura 46).

Além destes projectos, outro fora desenvolvido por Guilherme Elsdén⁷². À época dos estudos, nenhum dos casos foi concretizado.

Manuel Vieira Natividade refere que é pela acção empreendedora do Marquês de Pombal, por influência da relação parentesco com Frei Manuel de Mendonça, que se desenvolve “o estudo do saneamento dos campos de Alfeizerão e Valado, com a derivação urgente dos rios, construção das portas de maré, a forma, enfim, de transformar os grandes pauis em campos de cultura.”⁷³ (*ibidem*, p. 54).

No reinado de D. Maria I, de novo com apoio da Coroa, os trabalhos nos campos da antiga Lagoa da Pederneira são retomados. Processam-se de novo levantamentos topográficos dos campos, que produziram um mapa, actualmente desaparecido, dirigidos por uma nova comissão técnica orientada pelos engenheiros Izidoro Paulo Pereira⁷⁴ e Joaquim de Oliveira⁷⁵ e pelos adjuntos Manuel Mendes, José de Oliveira Baena e António de Sousa. Do relatório, datado de 29 de Junho de 1779, acompanhado pelo mapa, conclui que “Examinando nós a obra que lhe seria mais útil ao campo (vulgarmente chamado o Campinho), vimos ser preciso uma porção de vala nova de comprimento 620 braças⁷⁶, para lhe dar escoamento de que necessita por estar entupido de areias o sítio d’onde desagua a Vala Velha no rio chamado da Abadia”⁷⁷... “Com a Vala Nova a fará desaguar mais abaixo no mesmo rio dando faculdade de se poder rebaixar aquelas dentro do Campo e Paul.” (*ibidem*, p. 109).

⁷² A data do estudo não é referida.

Guilherme Elsdén, de origem inglesa. Realizou sondagens na Lagoa da Pederneira, na Lagoa de Alfeizerão (Martins, 2009, p. 40). Foi também autor, juntamente com Isidoro Paulo Pereira, de uma planta da vila de Alcobaça (1775), tendo também desenvolvido intervenções no Mosteiro de Alcobaça.

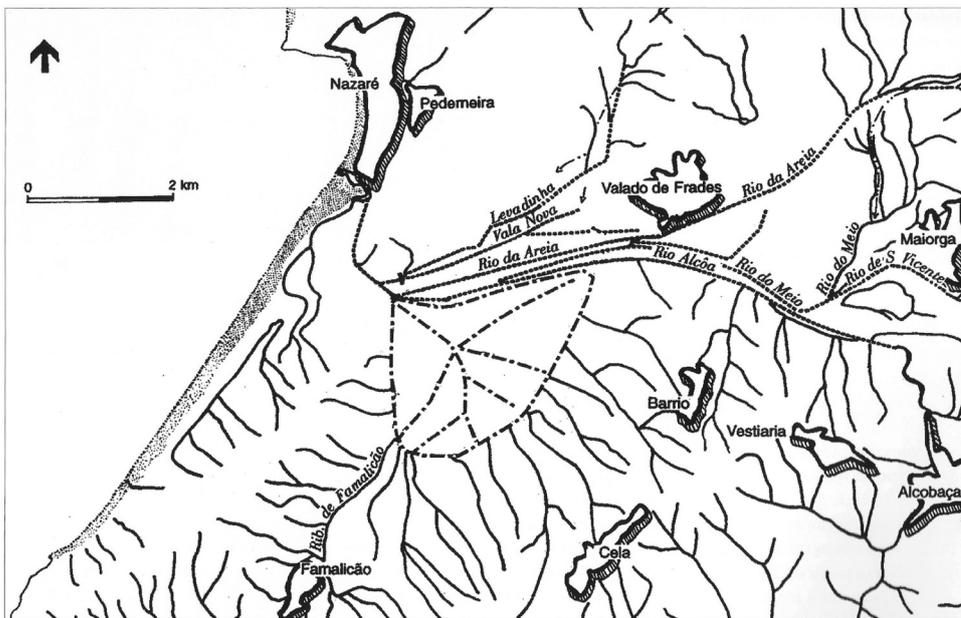
⁷³ Não é referido se os trabalhos realizados têm por base o estudo concretizado por Guilherme Elsdén. Com o reinado de D. Pedro II e com D. João V realizaram-se trabalhos hidráulicos no rio da Tornada, na bacia de Alfeizerão.

⁷⁴ Isidoro Paulo Pereira, engenheiro militar. Colaborou com Guilherme Elsdén em vários trabalhos públicos entre os quais: nas valas do rio Tejo (ca. 1768); nas obras da Universidade de Coimbra (1772); na via de Alcobaça (1775); na barra de Aveiro (1778-1782) (Martins, 2009, p. 25).

⁷⁵ Joaquim de Oliveira, engenheiro militar. Iniciou a sua carreira profissional como ajudante de Guilherme Elsdén e de Filipe Roiz de Oliveira. Participou em vários trabalhos públicos, dentro dos quais: Obras da Universidade de Coimbra (1772-1777); a estrada de Lisboa-Porto (1791-?), nos levantamentos topográficos da do Pinhal de Leiria (1806-1807).

⁷⁶ 1364 m. Uma braça equivale à medida de 2,20 m.

⁷⁷ O *Campinho* é a designação para os campos do Valado e Maiorga. A *Vala Velha* é referente ao actual Rio da Areia;



46. Drenagens - Valado dos Frades, Maiorga e Cella. J. M. de Mascarenhas

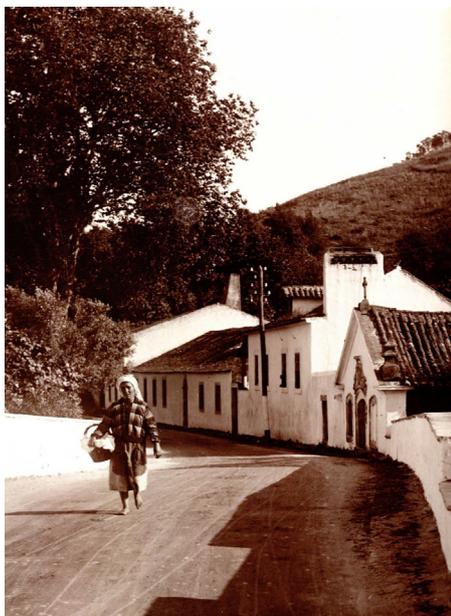
O campo referido situa-se entre o Monte de S. Bartolomeu, a Poente, a vila do Valado dos Frades e o rio da Areia, a Sul. Actualmente, o campo é drenado pela “vala nova”, referida no relatório, e pela “Levadinha”, com maior extensão, que drena desde os campos agrícolas a Norte da vila do Valado dos Frades. Estes dois canais unem-se, desaguando no rio Alcoa, a Poente do rio da Areia. A execução do relatório na época não é confirmada, não referindo também a existência da “Levadinha” (figura 46).

O relatório, além destas propostas, propõe novamente a criação de uma porta de maré na “Vala Nova”, “uma ponte na estrada da Barquinha, próximo às que já estão feitas”, projectada no mapa anexo, e indicações para a gestão dos canais referindo para “depois continuar a limpar e rebaixar as duas valas ou engueiros principais para dentro do Campo e Paul” (*ibidem*, p. 109).

A foz do rio Alcoa sofreu também transformações junto à barra da Pederneira. O rio desaguava em curva sinuosa, com uma dilatação defronte da vila da Nazaré, para próximo do promontório, o que muitas vezes causava problemas de obstrução pela deslocação de areias marítimas (figuras 44 e 45). Em 1814 avança-se com obras para desvio da foz do rio, que se prolongam até 1830; estimulando a fixação das margens, o rio adquire um percurso mais rectilíneo para o mar. No entanto, nunca se alcançaria a possibilidade de cultivo da zona de término da Lagoa, entre Ponte da Barca e a foz, dada as “Diferenças de nível muito pequenas, falta de valagens metódicas, ausência de diques para impedir o avanço das marés”⁷⁸ (*ibidem*, p. 109).

A escassa diferença de nível dos campos em relação ao mar constituiu o maior obstáculo ao aproveitamento agrícola da várzea da Nazaré. O complexo de sistemas hidráulicos, iniciado pelos monges de Cister até ao final do período medieval e, mais tarde, por figuras da engenharia hidráulica ao serviço do Estado, constitui um património ainda hoje eficaz e necessário, alcançando uma importância não só histórica como económica e, desta forma, merecedora de reconhecimento,

⁷⁸ No século XIX foram elaborados outros projectos. Adolfo Loureiro (Loureiro, A., (1904). Portos Marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes – Vol. II, Lisboa) refere “as obras realizadas em 1814 e de 1822 a 1826, os projectos de 1817, o relatório de 1819 do Coronel Luís Gomes de Carvalho, o ante-projecto do Engenheiro Manuel Raimundo Valado, de 1863, e o projecto definitivo do mesmo Engenheiro, aprovado em 1865, nenhum dos quais teve andamento.” (Natividade, 1960, p. 108).



47. Ponte D. Elias, 1930. Domingos Alvão

48. Ponte D. Elias, foto actual.

análise, preservação e valorização.

3.6 A rede viária em redor da antiga Lagoa da Pederneira

O Couto de Alcobaça era atravessado por diversas vias rodoviárias de grande importância nacional. Certamente, após a doação, os monges de Claraval aproveitaram a rede viária romana disponível, desenvolvendo-a e fixando algumas estruturas agrárias próximo delas.

As principais vias ligavam os grandes centros urbanos circundantes, como a estrada de Leiria a Lisboa e a Santarém, desviando pelo centro urbano de Rio Maior⁷⁹. Além destas vias de ligação aos centros urbanos exteriores, existia uma rede densa de vias secundárias internas que irradiavam de Alcobaça e estabeleciam ligação com os centros populacionais e com as suas unidades produtivas, nomeadamente as granjas e quintas.

Em redor da Lagoa da Pederneira desenvolveram-se importantes vias rodoviárias; uma das principais, no extremo Nascente da Lagoa, era a via de ligação do Mosteiro à cidade de Leiria. Esta, desenvolvendo-se para Norte da cidade, atravessa o rio Alcoa na Ponte D. Elias e seguia pelo vale sinuoso da Fervença para as vilas de Maiorga e Cós, ultrapassando o limite da propriedade monástica até Leiria⁸⁰. Actualmente, trata-se do troço da estrada N8-5 que bifurca na localidade da Fervença, fazendo ligação ao município da Nazaré (Gonçalves, 1989, p. 385).

A Norte do perímetro da Lagoa existia outra via importante que ligava ao centro de Alcobaça, formando uma circunferência a partir deste centro urbano. O

⁷⁹ A via é construída a partir de 1791 ao abrigo da lei para as Obras Públicas do Reino de Março de 1791, com a finalidade de melhoramento das infra-estruturas de circulação do país (Martins, 2009, p. 91).

⁸⁰ A ponte D. Elias era chamada de ponte de Leiria, invocando o nome da cidade de ligação a Norte. Contudo, o nome foi alterado erradamente, recebendo o nome de D. Elias proveniente da Quinta de Santa Ana ou D. Elias, próxima a esta. Segundo João Vaz, a ponte D. Elias já é referenciada em 1747, no Dicionário Geográfico, tratava-se de uma das pontes mais importantes da cidade Alcobaça. Na época de D. José I a ponte é reconstruída, segunda metade do século XVIII, apenas restando da construção anterior “o muro de suporte lateral do lado montante”.

A construção é semelhante à das outras pontes do centro da cidade actual, a ponte “é constituída por um único arco cujas aduelas apresentam um quase indelével friso a toda a volta, tornando-se ligeiramente almofadadas. O tabuleiro hoje é plano, mas foi inclinado em dorso de asno dos dois lados”.

Actualmente, próximo da ponte encontra-se a capela de Santa Ana, possivelmente datada dos finais do século XVII, inícios do século XVIII (Vaz, 2013, p. 432, 434, 435).

A capela está agregada ao antigo complexo industrial de produção de cerâmica de Alcobaça, *Raul da bernarda & Filhos Lda*, já falido.

começo era a Norte da Lagoa, na Pederneira, seguindo para o Valado dos Frades em direcção às localidades da Povoia e de Cós, rumo a Aljubarrota e depois descendo até Chiqueda. Desta localidade percorria Évora de Alcobaça, Valbom, Cela Nova, Cela Velha até terminar a sul da Lagoa da Pederneira (*ibidem*, p. 385).

Uma das principais vias era a ligação litoral dos Coutos. De sentido Norte para Sul, parte de Leiria, aproximando-se da costa marítima, atravessa a localidade de Pataias até à Pederneira. A via descia pela serra da Pederneira, actualmente denominado como o Caminho Real, até chegar a Ponte da Barca⁸¹. Neste estrangulamento das duas serras, fazia-se a travessia por barco. O percurso prosseguia para as vilas de Famalicão e Alfeizerão até ao porto de S. Martinho do Porto. A sua importância relaciona-se também com o facto de ser a ligação terrestre entre os dois maiores portos do domínio de Alcobaça, o porto da Pederneira e o de S. Martinho (*ibidem*, p. 385).

O fim do domínio cisterciense em Alcobaça pauta-se por um conjunto de factores heterogéneos que vão diminuir sucessivamente o poder financeiro e administrativo da Ordem.

As reformas internas na Ordem levadas a cabo pelo abade D. Frei João Dornellas, no reinado de D. João I, vão terminar com os princípios dos ideais de S. Bernardo. A vida religiosa de humildade, simplicidade e trabalho, o monge que acompanha e auxilia o colono, dá lugar a uma administração cada vez mais autoritária e exploradora, situação agravada mais tarde com a reforma dos forais de D. Manuel I, aumentando a exigência tributária sobre as populações (Natividade, 1922, p. 17).

A entrada dos monges comendatários⁸², uma imposição de D. João III para

⁸¹ Esta via é actualmente designada de Estrada do Caminho Medieval ou do Caminho Real. Esta via começa a ser utilizada como via principal a partir do séc. XVI, época em que a povoação medieval da Pederneira se desloca para o actual local. A importância advém por se tratar do principal itinerário de transporte de mercadorias de madeira do Pinhal de Leiria para Lisboa com embarque no porto de S. Martinho do Porto. Este factor leva, no séc. XVIII, por solicitação à Coroa, ao calcetamento da via, tal como o restante percurso desde Ponte da Barca a Famalicão (Leite, 2010).

⁸² O monge comendatário detinha o direito de benefício da comenda por atribuição de título régio. A distinção segue o pretexto de “subsidiar e sustentar clérigos seculares e até leigos, a quem os monarcas desejavam recompensar de quaisquer serviços”, vindo nesta atribuição o meio mais fácil. O uso excessivo desta atribuição conduz muitas vezes a conceder a indivíduos “que, pela sua condição, não poderiam possuí-los a título legítimo”. Os comendatários vão desenvolver

acabar com os abusos abaciais, impõe o sistema de nomeação régia do Abade ao invés do sistema de eleição pela comunidade. O fosso da relação entre o monge e o colono aumenta, a exigência do Abade comendatário é cada vez mais pesada, indiferente às necessidades do colono e a uma administração correcta para o desenvolvimento do Couto (Natividade, 1942, p. 28).

Os grandes desastres naturais trazem também custos avultados ao Mosteiro. O grande terramoto de 1755 provocou elevados danos materiais; contudo, as chuvas de 1772 causaram danos ainda mais significativos, gerando uma enorme inundação na cidade de Alcobaça e causando desastres por todo o Couto. Os monges são obrigados a contrair verbas avultadas para fazer face aos estragos provocados. Apesar da intervenção régia, o Mosteiro soma prejuízos incalculáveis que dão término ao período fasto da Ordem e desencadeiam uma crise económica.

A juntar a estes desastres naturais sucederam-se as invasões francesas, em particular a de 1810, onde o cenóbio, além do elevado morticínio, sofreu grandes percas e danos no património material, com os campos agrícolas e algumas das principais estruturas fabris destruídos. Além do agravar da situação financeira, este acontecimento é impulsionador de novos ideais anti-senhoriais que começam a despontar na sociedade. São estabelecidas as reformas dos Forais e dos direitos Banais⁸³ que reduziram parte do poder senhorial, conduzindo a uma acentuada fuga e resistência ao pagamento dos direitos senhoriais exigidos pelo Mosteiro, agravando a situação financeira (Monteiro, 2003, p. 221, 222).

A alteração dos Direitos Banais é uma das acções impulsionadoras do desenvolvimento da indústria no território da comarca de Alcobaça; um tema que será abordado no capítulo seguinte. O Mosteiro, pelo crescente desinteresse na administração directa das unidades de produção, já havia cedido alguns dos seus equipamentos ao uso da comunidade e possibilitado o assentamento de novos engenhos privados ao longo dos cursos de água, contribuindo para uma maior tributação (Maduro, 2011, p. 250).

As revoltas liberais levam a decretar, em 28 Maio de 1834, o fim das Ordens

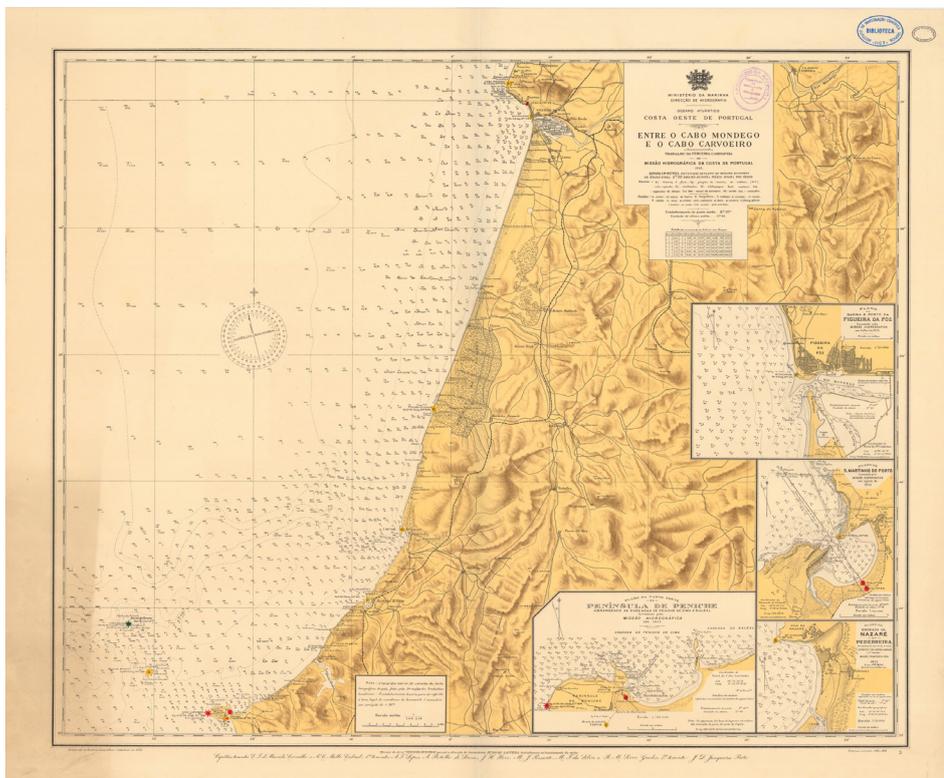
concessões abusivas, acumulando sucessivamente benefícios que levam em muitos casos à decadência de muitas “casas” religiosas (Serrão, 1992, II, p. 106).

⁸³ A reforma ficou expressa no Decreto dos Banais de 20 de Março de 1821.



religiosas masculinas em Portugal. Em Alcobaça, os cistercienses já haviam abandonado o seu senhorio no ano anterior (Maduro, 2011, p. 15). Os monges, que haviam sido a luz renovadora de toda a região, nomeadamente no período medieval, abandonam o domínio com o ódio dos colonos sofreadores do pesado martírio feudal.

A importância do trabalho desenvolvido pela Ordem de Cister em Alcobaça é hoje irrefutável. As marcas de uma ocupação de sete séculos onde se acumularam os trabalhos de construção do grande Mosteiro e a concretização de uma estratégia agrícola de grande escala são o património material e cultural dos dias de hoje.



50. Costa Oeste de Portugal, Entre o Cabo Mondego e o Cabo Carvoeiro. Trabalho da Terceira Campanha da Missão Hidrográfica da Costa de Portugal, 1915

4. NOVAS REALIDADES PÓS-CISTER

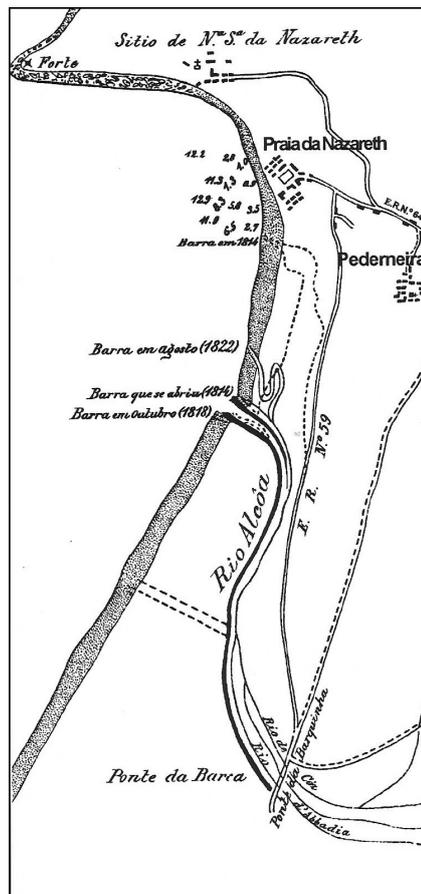
4.1 A fragmentação do Couto

Com o fim das ordens religiosas masculinas e a nacionalização dos bens da Igreja, a comarca de Alcobaça ingressa na administração do Estado Central, decorrendo sucessivas hastas públicas de forma a disponibilizar os seus bens ao investimento de entidades privadas.

A fuga da população rural para o sector da indústria, a independência monetária da produção dos bens agrícolas, subordinados às imposições do tempo, altera a paisagem dos campos agrícolas do rio Alcoa. Os terrenos baldios, a indisciplina no emprego das culturas e a falta de manuseamento das infra-estruturas hídricas “anunciam fracturas na matriz concebida pelos monges” (Maduro, 2011, p. 509).

No domínio fradesco, o aumento da população exigiu um contínuo desbravamento de terrenos incultos e a sucessiva divisão das propriedades já disponíveis. Este modelo nunca permitiu o desenvolvimento da “grande” propriedade agrícola e só raramente a “média” propriedade⁸⁴ (Natividade, 1922, p. 141).

⁸⁴ Joaquim Vieira Natividade refere uma classificação para as propriedades segundo a sua área: A Pequeníssima propriedade cinge-se até aos 2 ha; a Pequena propriedade de 2 a 6 ha; a Média propriedade de 6 a 50 ha; a Grande propriedade



51. Enseada da praia da Nazaré e consequentes desvios, artificiais, da foz do rio Alcoa, 1904

Apesar da acção de privatização ter proporcionado desenvolvimento económico, sobretudo um impulso para a indústria, na agricultura a nova estrutura da propriedade vai ter, na sua maioria, consequências nefastas.

Nos séculos XIX e XX, o crescimento demográfico prosseguiu a um ritmo mais acelerado, com a população ainda maioritariamente ligada à agricultura, o que incentivou o processo de divisão da propriedade contínua. Seguindo uma tendência nacional, a propriedade rústica fragmenta-se com a sucessão de gerações, fruto duma má ideologia de herança, que leva ao predomínio do pequeno fundiário na região de Alcobaça. Um processo de fragmentação contínuo que muitas vezes só tem termo quando a propriedade já é indivisível (*ibidem*, p. 141).

A fragmentação da propriedade foi um dos maiores condicionalismos ao desenvolvimento agrícola nos campos do Alcoa, que não só conduziu a uma inércia de investimento em novas técnicas e equipamentos agrícolas, como “dificulta as operações de rega, exigindo um aumento da respectiva rede, muitas vezes antieconómico.” (Silva, 1961, p. 405).

A par com este processo do ordenamento agrário, as populações foram-se desaglomerando, fruto da ausência de ordenamento, estabelecendo-se de forma dispersa no território e ocupando áreas da antiga Lagoa inabitadas e, anteriormente, indesejáveis.

4.2 Acções do Homem na rede hidrográfica;

Os campos agrícolas do rio Alcoa continuaram a apresentar problemas de drenagem e insuficiência na rede de abastecimento de água para rega. Alguns dos grandes empreendimentos projectados na época cisterciense nunca chegaram a ser concretizados, enquanto que outros entraram em decadência, fruto duma progressiva perda de conhecimentos e do poder financeiro da Ordem, visível no constante auxílio ao poder central.

Com a ausência monacal constata-se uma falta de manuseamento, uso desorganizado e desinvestimento nas infra-estruturas hidrográficas do Alcoa. Esta situ-

de 50 a 200 ha; a Máxima propriedade maior que 200 ha (Natividade, 1922, p. 144).



52. Campos agrícolas

ação conduziu a um processo de decadência, muitas vezes levando novamente os campos à condição de paul.

No período do Estado Novo os campos agrícolas do Alcoa voltam a reaver a sua importância; desenvolvem-se os maiores investimentos em infra-estruturas de apoio à agricultura, como obras de hidráulica e melhoramento e construção de vias de comunicação. Estas transformações ocorrem pela maior intervenção estatal e pelo desenvolvimento do processo de centralização dos poderes⁸⁵.

A par com este processo administrativo, desenvolve-se a tendência para o associativismo e o cooperativismo. As associações reúnem fundos para promover a continuidade dos trabalhos hidráulicos de conservação e defesa dos campos⁸⁶; destacam-se a Associação de Defesa das Várzeas do Rio Rial, a Associação de Defesa da Várzea de Óbidos e dos Campos do Valado de Frades e Maiorga e a Associação de Regantes de Cela. Esta segunda associação promove em 1948 um estudo para correcção torrencial “na bacia de recepção dos cursos de água que confluem na zona abrangida pela Obra n. 2”⁸⁷. No entanto, desta acção não resultou qualquer efeito (Silva, 1961, p. 276, 405).

A última, e de maior envergadura, obra hidráulica nos campos agrícolas do Alcoa, até à data, foi a *Obra da Cela*. O projecto integra o plano hidroagrícola de 1938 e empreendeu duas fases de concretização. Inicialmente era previsto: “a rectificação do leito do Alcoa e a construção de motas ou diques longitudinais de forma a proteger as margens, suprimindo as descargas laterais; a intercepção das águas torrenciais que se lançavam no Paul, levando-as a contorná-lo por meio de colectores sobreelevados que as descarregassem livremente no Alcoa; a drenagem da área limitada pelos colectores, através da abertura de valas de enxugo e da bombagem das águas; e o estabelecimento de um sistema de rega.” (*ibidem*, p. 399).

A 1ª fase abrangeu 455 hectares, e compreendeu os campos “limitados a norte

⁸⁵ Muitas destas intervenções são coagidas pelo General Humberto Delgado em nome dos lavradores com sucessivos apelos directos a António Oliveira Salazar, ao Ministro da Obras Publicas e ao Ministro das Finanças. As ligações do General Humberto Delgado com a localidade da Cela Velha provêm da esposa Maria Iva Delgado, herdeira da Quinta da Cela Velha, antiga Granja cisterciense. Pelas causas dos agricultores assume a Presidência da Assembleia Geral da Associação de Regantes e Beneficiários da Cela (Delgado, 1986, p. 93, 94, 95).

⁸⁶ Os trabalhos desenvolvidos por estas Associações conduziram a intervenções nos campos do rio Alcoa, do rio da Tornada (S. Martinho do Porto) e do Rio Real e do rio Arnóia (Óbidos) (Silva, 1961, p. 405).

⁸⁷ O perímetro da zona abrangida pela Obra n. 2 não é referido.



53. Canal de rega
54. Canal de rega

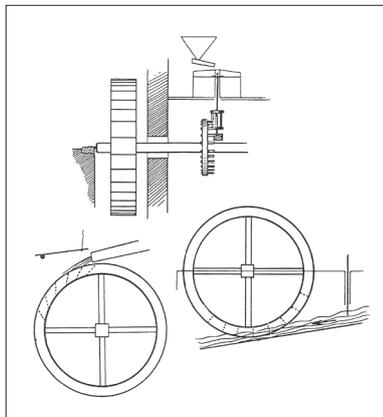
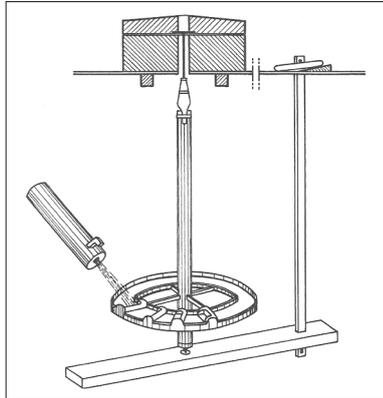
pelo rio Alcoa, a oeste pela serra da Pescaria e a leste e sul pelas linhas de alturas do Bário e da Cela.” O resultado foi a “regularização do leito do Alcoa, à construção de uma estação de bombagem e de uma casa para a administração, e à abertura dos colectores Norte e Sul, do colector principal e das valas de drenagem que a ele afluem.” A sua conclusão foi em 1940, sendo a segunda fase da Obra entregue à Associação de Regantes em 1943 (*ibidem*, p. 400).

A intervenção da Associação revelou-se insuficiente e a indisponibilidade financeira da instituição comprometeu o desenvolvimento das restantes iniciativas. A juntar à deficiente conservação, o relatório da 1ª fase da Obra concluiu as seguintes principais carências: “A ausência quase completa da rede secundária de rega e do nivelamento dos terrenos, a escassez de serventias, a precariedade do enxugo de parte do Campo, a insuficiência e a ineficácia da condução primária da água.” (*ibidem*, p. 400). O projecto revelou-se ineficaz para o total enxugo, rega e defesa dos campos agrícolas, forçando a desenvolver a 2ª fase da Obra.

A 2ª fase da Obra arranca em 1955; é a mais eficaz e de maior envergadura, despendendo mais custos e edificando a rede de infra-estruturas hidráulica mais completa até aos dias de hoje. Esta fase compreendeu: “a rectificação e alargamento do sistema de enxugo, o revestimento do colector geral, a modernização do equipamento de bombagem, o revestimento do canal principal de rega e dos canais Norte e Sul, o nivelamento das terras e a construção de rede secundária de rega, isto além de outros trabalhos de menor monta”. O resultado foi a construção de uma extensa rede para enxugo com um colector geral, onde drena uma rede de valas hierarquizadas por redes principais, secundárias, terciárias e quaternárias. A extensão total é de 19 730 m, apetrechada com uma estação de bombagem. As infra-estruturas de rega ficam também equipadas com uma rede de canais primários e secundários, numa extensão total de 40 661 m (*ibidem*, p. 400).

A melhoria das condições de enxugo, principalmente a partir de 1955, trouxe um aumento significativo da área cultivada, logo, melhores índices de produção. No entanto, os terrenos com cotas mais baixas continuam a sofrer inundações em épocas com a precipitação mais elevada (*ibidem*, p. 402).

Na década de 80 desenvolvem-se obras de grande importância. A foz do rio Alcoa é finalmente estabilizada, para um percurso mais rectilíneo a Sul da praia



- 55. Sistema rodízio
- 56. Sistema de azenha
- 57. Moinho alimentado por um açude, Chiqueda

da Nazaré, e decorrem as obras de construção do Porto de Abrigo da Nazaré (Carreiras, 2013, p. 441).

Grandes quantidades de terras foram deslocadas originando uma extensa rede de canais e valas por toda a antiga Lagoa. As inundações perduram como um problema constante até aos dias de hoje, acarretando o arrastamento de detritos e a destruição de culturas. Tal como no domínio fradesco é importante aliar uma política de gestão florestal às obras de hidráulica, é essencial procurar o equilíbrio entre a área de cultivo e a ocupação florestal das serras em redor, evitando processos de erosão das encostas que conduzem ao assoreamento das várzeas dos rios (Silva, 1961, p. 406). Este é talvez o passo mais importante e mais difícil a dar para a conservação dos campos agrícolas da antiga Lagoa da Pederneira.

4.3 O desenvolvimento industrial e o despontar do Turismo;

Os séculos XIX e XX alteraram a paisagem agrícola do rio Alcoa com o surgimento de novas estruturas industriais. Estas construções fixaram-se, principalmente, junto à estrada N8-5, que liga os concelhos de Alcobaça e Nazaré, mais precisamente, no troço Alcobaça- Valado dos Frades⁸⁸.

O século XX trouxe também novas oportunidades de mercado, devido ao desenvolvimento da cultura de lazer. No território do rio Alcoa encontram-se alguns indícios deste processo, principalmente, nos projectos de refuncionalização das antigas estruturas agrícolas cistercienses.

Embora os temas da indústria e do turismo não sejam muito desenvolvidos; neste trabalho, são referidos os exemplos mais relevantes para compreender os processos de ocupação e desenvolvimento das duas actividades no território.

No final do período monacal e após o processo de privatização, as granjas e quintas, apesar de entrarem na posse de novos investidores, não sofrem signifi-

⁸⁸ A estrada N8-5 liga à auto-estrada A8, próximo da vila do Valado dos Frades. Neste troço, as principais indústrias estão ligadas ao sector da cerâmica e ao sector da transformação de produtos agrícolas. No troço Valado dos Frades- Pederneira da estrada N8-5 não se desenvolveram estruturas fabris por atravessar a zona florestal.



- 58. Termas da Piedade, vista exterior
- 59. Termas da Piedade, entrada
- 60. Granja do Valado dos Frades, entrada
- 61. Granja do Valado dos Frades, salão expositivo

cativos processos de modernização. Os complexos de transformação das antigas estruturas agrícolas cistercienses passam, na maioria dos casos, apenas por obras de remodelação.

Já no período cisterciense os sistemas de moagem retractavam um contexto de atraso em relação aos engenhos predominantes na Europa ocidental, onde o moinho de azenha substituía o de rodízio⁸⁹ (figura 55 e 56) (Maduro, 2011, p. 234). Esta divergência, em relação ao contexto europeu, no uso dos sistemas de transformação deve-se também às condições naturais da rede hídrica; muitos dos assentamentos encontram-se em rios e ribeiras de caudal irregular, o que compromete o uso dos novos sistemas. Em geral, a preferência vai para “os rios de caudal permanente, escolhendo estrategicamente, as quedas de água para ampliar a força motriz”. Estas unidades são providas por um açude que armazena e regula o caudal de água, prevenido contra a ocorrência de cheias (*ibidem*, p. 235, 236). A ausência de modernização ou o seu tardio processo levou muitas destas unidades à decadência, conduzindo, na maioria dos casos, ao abandono da actividade e à sua ruína.

Na indústria, a força motriz continua a ser de natureza hidráulica. Nalguns casos, os novos investidores não vieram à procura do aproveitamento das estruturas e actividades das granjas cistercienses, mas da sua localização. Atraídos pelas proximidades a cursos de água e incentivados pelos baixos custos de energia, os novos investidores adquirem propriedades para fundarem complexos industriais, o que leva, em alguns casos, ao desaparecimento definitivo do legado cisterciense. Mais tarde, com a substituição da máquina a vapor pelo motor eléctrico, engenhos mecânicos cistercienses dão lugar a pequenas centrais eléctricas particulares ao longo do rio Alcoa⁹⁰, contribuindo para o processo de apagamen-

⁸⁹ O engenho do sistema de rodízio (ou moinho de água) é de roda horizontal com eixo vertical que alimenta a mó superior (mó andadeira). O sistema de azenha é composto por uma roda hidráulica vertical, que alimenta um eixo rotativo horizontal com rodas dentadas. Estas rodas transferem o movimento para um eixo vertical, ligada à pedra da mó, através de um carreto (JORGE, 1996, p. 24, 26, 27).

O sistema de moagem da Azenha é o mais rentável, “enquanto a uma rotação do rodízio corresponde uma volta da andadeira, um giro da roda imprime cinco voltas à corredora. A grande roda pode ainda tocar mais de uma mó.”

Anders Jespersen refere que, no século XVII, o sistema de rodízio já havia sido erradicado na Europa ocidental, suplantado pelo sistema da azenha devido à sua maior rentabilidade. No contexto português não são visíveis estas alterações.

O sistema de azenha, apensar da sua rentabilidade, é muito mais dispendioso de montar e exige características do leito do rio mais rigorosas. “Requeria-se um curso permanente sem grandes convulsões, caso contrário a corrente fazia pejar a roda e em situações de cheias podia até levar à sua destruição.” (Maduro, 2011, p. 234).

⁹⁰ Alcobaça possuía três centrais eléctricas particulares. Uma das centrais teve pouca duração, aparecendo somente na Estatística das Instalações eléctricas em 1929. Possivelmente, não entrando nos critérios de apuramento por baixo rendi-



- 62. Companhia de Fiação e Tecidos de Alcobaça, complexo fabril dividido pela antiga estrada
- 63. Companhia de Fiação e Tecidos de Alcobaça, estrada N8-5
- 64. COFTA, extremo Norte do complexo fabril
- 65. COFTA, traseiras da Rua da Fiação e Tecidos

to do legado de Cister (Maduro, 2011, p. 349).

O caso demonstrativo deste processo de industrialização é a fábrica Companhia de Fiação e Tecidos de Alcobaça, edificada em 1875, na Fervença. A fábrica fixa-se no lugar da antiga Granja das Colmeias, demolindo o complexo de moinhos e de lagares de azeite cistercienses.

O primeiro ponto turístico do território agrícola do Alcoa foi as Termas da Piedade⁹¹, localizado na Vestiaria (figura 58). O reconhecimento e exploração das propriedades terapêuticas das águas da “Piedade”⁹², caso único no concelho de Alcobaça, advém sobretudo da época de Cister. Após a nacionalização da comarca de Alcobaça e principalmente no período do Estado Novo, as Termas da Piedade são transformados em complexos hoteleiros, explorando não só o espaço para fins terapêuticos, mas também turísticos⁹³.

Algumas granjas e quintas são recuperadas e reestruturadas para fins turísticos, abandonando ou reduzindo a sua ligação com a actividade agrícola. Estruturas agrícolas dão lugar a salas de eventos, alojamentos turísticos e espaços musealizados; sofreram este processo de reconversão funcional a *Granja Vallado* (figura 60) e a *Quinta do Pinheiro*.

mento. A segunda era propriedade da Empresa Alimentícia, Lda, de Alcobaça. Explorava uma queda de água de 3,6 m, alcançando a produção de 170 mil KW-hora. A central eléctrica da fábrica Companhia de Fiação e Tecidos de Alcobaça era a mais antiga, datada de 1926, possuindo uma queda de água de 5 m produzindo 40 mil KW-hora. Ambas as centrais mantiveram a sua produção até 1956 (Silva, 1961, p. 250).

⁹¹ Actualmente designadas por *Your Hotel & SPA Alcobaça*.

⁹² O topónimo da localidade da Fervença está associado às nascentes de águas quentes no actual espaço da estação termal da Piedade.

⁹³ As Termas da Piedade têm origem na agregação de duas antigas estâncias termais com nascentes distanciadas de 60m, a “Piedade” e “Piedade ou Fervença.” O aproveitamento destas águas termais para banhos e ingestão ocorre na época cisterciense, contudo a sua utilização remonta a “épocas antigas”.

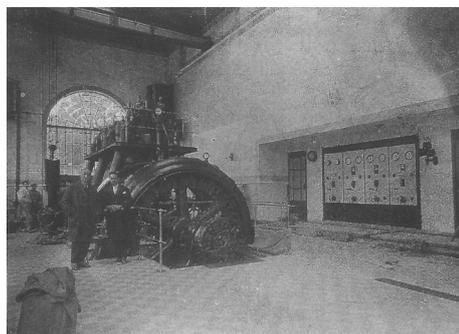
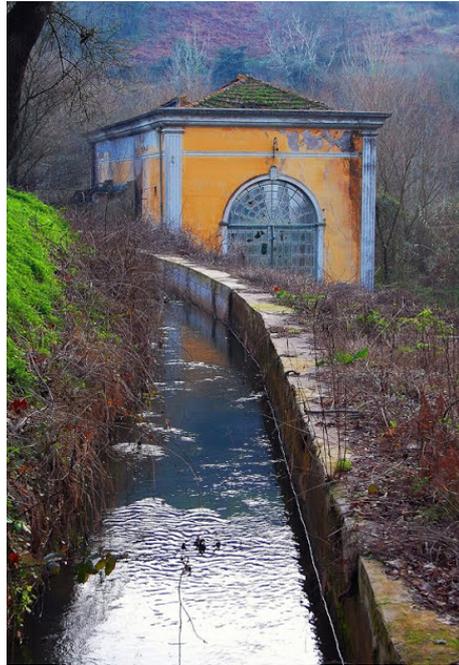
No reinado do Cardeal D. Henrique, período, como já referido, de investimento no açude e na levada do vale da Fervença, consta a construção “de uma casa no cimo do outeiro”, no local da estância da “Piedade”. Nos finais do século XVII os monges mandam construir um tanque coberto na estância da “Piedade ou Fervença”.

A denominação de “Piedade” tem origem na ermida edificada em 1628 em veneração à Nossa Senhora da Piedade; anteriormente, as águas termais eram chamadas de Almoínhas ou águas da Várzea da Maiorga e da Fervença.

Com o processo de nacionalização do Couto passam a existir duas estâncias termais; a “Piedade”, pertencente ao Município de Alcobaça, e a “Piedade ou Fervença”, propriedade privada. Em ambas as partes a nova administração abriu oportunidade para o investimento. Em 1881 realizam-se obras na estância municipal, contudo, o resultado apenas piorou as condições do edifício.

No período do Estado Novo, principalmente na década de 40, ocorre o período de maior investimento e divulgação do complexo termal. Devido à inviabilidade de exploração das duas estâncias termais tão próximas, em 1942 o Município prescinde da concessão permitindo a anexação das duas estâncias que passam para propriedade privada.

A nova administração vai desenvolver obras de maior envergadura nas termas, concluídas na década de 50. Os novos projectos impulsionaram a visibilidade da estância, colocando-a num lugar de destaque no panorama turístico nacional (Mangorrinha, 2000, p. 52, 53, 77, 78, 108, 109, 110).



- 66. Central Hidroelectrica da COFTA
- 67. Interior da Central
- 68. Interior da Central no período de laboração

Os recentes pólos turísticos, corolário das novas perspectivas do turismo local, procuram estratégias que explorem a riqueza arquitectónica e natural do território agrícola do rio Alcoa, contribuindo para a oferta do turismo rural e para a valorização regional.

A Companhia de Fiação e Tecidos de Alcobaça

A antiga *Companhia de Fiação e Tecidos de Alcobaça (COFTA)* constituiu um passo importante no desenvolvimento industrial da cidade de Alcobaça após a revolução liberal.

A ideia de fixar uma indústria têxtil no vale da Fervença remonta à ocupação cisterciense, sugerida pelo Cardeal Infante D. Afonso⁹⁴. Contudo, a sua realização só seria levada a cabo mais tarde, com a construção duma fábrica de tecidos, destruída com as invasões francesas⁹⁵. A fábrica teve um papel importante na divulgação da vila, pela fama dos “lenços de Alcobaça”. Após a venda dos bens do Mosteiro, em 1854, Bernardo Pereira de Sousa adquire o complexo de moinhos e lagar da Fervença ambicionando desenvolver novamente uma indústria têxtil. No entanto, esta só viria a ser concretizada pelo posterior proprietário, Joaquim Ferreira de Araújo Guimarães (Carvalho, 2008, p. 15, 16, Natividade, 1885, p. 11).

A COFTA é edificada em 1875, entrando em laboração definitiva três anos mais tarde, mantendo o antigo lagar de azeite como depósito de algodão em rama. O complexo inicial instala-se entre o rio Alcoa e o cruzamento da estrada municipal⁹⁶ com o caminho de ligação às Termas da Piedade (Carvalho, 2008, p. 20).

O complexo industrial vai expandido ao longo dos anos, desenvolvendo novas dependências fabris e habitações de alojamento para operários⁹⁷. Em 1893, a

⁹⁴ Na pauta da Alfândega de Lisboa, em 1699, vêm mencionados artigos portugueses de tecelagem de lã, de seda e de linho, nos quais estão incluídos os panos de Alcobaça (Macedo, 1963, p. 61).

⁹⁵ No final do ano de 1813, foram dadas instruções gerais para o recomeço da actividade das fábricas de chitas e algodão de Alcobaça. No entanto, os elevados danos causados pelas invasões francesas no equipamento fabril, comprometeram o recomeço da actividade. A situação de discrepância com a concorrência da manufatura estrangeira, nomeadamente a inglesa, estava agravada, com o mercado dominado por produtos estrangeiros de grande qualidade e de baixos preços. Esta situação conduziu ao fim da sua actividade (Macedo, 1961, p. 141).

⁹⁶ Inicialmente, a estrada municipal atravessava o complexo industrial. Em 1951, o Ministério das Obras Públicas aprova a alteração do troço da estrada, definindo um percurso mais rectilíneo e tangente à fábrica. As obras foram financiadas pela empresa e maioritariamente pelo estado (Carvalho, 2008, p. 66).

⁹⁷ No primeiro ano de laboração, a COFTA edifica 5 casas de alojamento fronteiriças com a estrada municipal (Carvalho, 2008, p. 20).



- 69. Assistência Araújo Guimarães
- 70. Assistência Araújo Guimarães, actualmente
- 71. Traseiras edificio Assistência Araújo Guimarães
- 72. Traseiras edificio Assistência Araújo Guimarães, actualmente

Companhia adquire terrenos fronteiriços, do lado oposto da estrada municipal, expandindo a fábrica em dois núcleos (*ibidem*, p. 27).

A estratégia de localização do complexo industrial não se prende somente com o aproveitamento da força motriz das águas do rio mas, também, com a perspectiva da construção do caminho ferroviário, essencial para o transporte de matérias⁹⁸. Em 1890, constrói-se um armazém junto ao caminho-de-ferro, na localidade do Valado dos Frades, e realiza-se o pedido de construção da ligação para acesso das carruagens. Mais tarde, em 1908, é construído outro armazém, junto ao anterior, para armazenamento de algodão em rama⁹⁹ (*ibidem*, p. 25, 40).

O aproveitamento da força motriz do rio Alcoa foi sempre uma estratégia energética, explorando o açude e a levada já disponíveis. As vantagens económicas e logísticas da energia eléctrica, por contraponto à maquinaria a vapor, levam a administração a decidir construir uma central hidroeléctrica.

Em 1926 é inaugurada a Central Hidroeléctrica da COFTA (figura 66). O edifício principal é de planta simples, marcada por grandes vãos nos três lados expostos. O espaço envolvente era cuidado, composto por um jardim desenhado pelo Eng.º Joaquim Vieira Natividade¹⁰⁰ (*ibidem*, p. 47).

As preocupações sociais, relativamente ao melhoramento das condições económicas e laborais dos operários, são constantes no percurso da COFTA, sendo um caso pioneiro na região. Estes ideais levam à criação de um edifício de apoio ao operariado, o edifício da *Assistência Araújo Guimarães*, inaugurado em 1936. A Assistência situa-se na margem esquerda do rio Alcoa¹⁰¹ e era dotado, no 1º andar de “creche”¹⁰² e, o rés do chão era destinado aos operários¹⁰³ (*ibidem*,

⁹⁸ A importância do transporte ferroviário leva a ponderar em 1891 a hipótese de ligar por linha férrea o complexo fabril de Alcobaça, contudo a proposta é recusada por não ser vantajosa (Carvalho, 2008, p. 25).

⁹⁹ Em 1970, os dois armazéns do Valado dos Fardes são vendidos à Companhia Agrícola de Alcobaça por a firma possuir transporte próprio (Carvalho, 2008, p.75). Hoje os armazéns encontram-se inutilizados.

¹⁰⁰ Joaquim Vieira Natividade era casado com Irene de Sá Vieira Natividade, filha de Fernando Alípio de Carneiro e Sá, director da Companhia de Fiação e Tecidos de Alcobaça no período de 1905-1947.

¹⁰¹ O espaço era denominado Olival por existir um olival que complementava os rendimentos da fábrica têxtil.

¹⁰² A “creche” possuía: “balneário, vestiário, maternidade, consultório médico, isolamento, enfermaria, lactário, sala de jogos e recreio coberto.” A sala de jogos era decorada com pinturas executadas por Irene Pires de Sá Vieira Natividade (Carvalho, 2008, p. 99).

Irene Pires de Sá Vieira Natividade destacou-se na área das artes, deixando um legado de pinturas e tapeçaria. Participou em ilustrações e capas de trabalhos editados pelo Eng.º Joaquim Vieira Natividade.

¹⁰³ No rés-do-chão encontrava-se a “Cooperativa”, a “mercearia económica” e a “cantina com a sua cozinha e o seu refeitório” (Carvalho, 2008, p. 99).



73. Casa do Guarda junto à estrada N8-5

74. Antigas habitações de operários junto à estrada N8-5

75. Antigo Posto de Transformação junto ao edifício da *Assistência*

76. COFTA, relação com o lado oposto do rio Alcoa. Ponte pedonal de ligação ao complexo fabril

p. 97, 98, 99). O edifício tem uma grande expressão figurativa, visível nas duas fachadas mais importantes; a fachada virada para o complexo fabril e, principalmente, a fachada exposta para a estrada N8-5¹⁰⁴.

Na envolvente do edifício existia um jardim, com espaços de lazer onde decorriam festejos, comemorações e actividades lúdicas ligadas à firma têxtil¹⁰⁵ (*ibidem*, p. 100). O recinto apresentava uma forte relação com o complexo fabril, através da fachada Sul envidraçada e pela ligação de uma ponte pedonal.

O processo de transferência das estruturas de apoio ao operário para o sistema de Previdência do Estado dita, na década de 60, o fecho do edifício da Assistência e o abandono do jardim envolvente (*ibidem*, p. 115). Hoje o edifício está abandonado, inacessível, e sem marcas do antigo jardim envolvente.

A Central Hidroeléctrica funcionou até 1985. Actualmente, o edifício principal e dependências encontram-se em ruína e o espaço envolvente descuidado, apenas com algumas marcas arbóreas do antigo jardim fronteiro ao conjunto da Central. A independência energética proveniente da força motriz do rio levou ao descuido da manutenção da rede hídrica contraindo problemas de obstrução e danificação até aos dias actuais.

A COFTA reafirmou a imagem da indústria têxtil de Alcobaça no afamado tecido da “chita”. Símbolo da modernidade, a indústria foi também agente activo na história da cidade, participando no desenvolvimento urbanístico¹⁰⁶ e no processo de electrificação¹⁰⁷.

A Companhia de Fiação e Tecidos de Alcobaça fechou em 1998. Mais tarde, o núcleo industrial foi adquirido por entidades privadas e reconvertido para

¹⁰⁴ As duas fachadas principais têm uma composição axial. A expressão das fachadas é reforçada com um elemento semi-circunflexo ao centro; na fachada Norte, com a parede saliente, e, na fachada nascente, com o átrio central. Note-se que em ambas, apesar do esforço da expressão de axialidade, o acesso é feito nos extemos laterais; situação de realce, no átrio da fachada a Nascente.

¹⁰⁵ Em 1944, foi registado o acontecimento de uma sessão de cinema no jardim do edifício da “Assistência” (Carvalho, 2008, p. 100).

¹⁰⁶ O aglomerado habitacional da Fervença cresceu “à sombra” do complexo industrial, principalmente pela fixação de habitações de operários fabris.

As “migrações” de operários de terras vizinhas para o complexo fabril da Fervença proporcionou o desenvolvimento de conexões viárias. A via que liga a localidade do Bário às termas da Piedade e a estrada da localidade da Bemposta para a estrada Municipal (Carvalho, 2008, p. 143).

¹⁰⁷ A COFTA foi decisiva no processo de electrificação da cidade, fruto da participação de vários directores da fábrica em cargos municipais que fortaleceu a relação Vila-fábrica. Em 1905, a fábrica cede luz eléctrica a particulares, uma acção pioneira, visto que a luz eléctrica particular só chegara a Lisboa nem um ano antes (Carvalho, 2008, p. 119).



- 77. Linha do comboio, viaduto A8
- 78. Linha do comboio, viaduto A8, serra do Bárrio
- 79. Viadutos da IC9 e N8-5

estabelecer outro grupo empresarial¹⁰⁸. O restante espaço pertencente à firma tem vindo a ser adquirido pelo Município com a perspectiva de desenvolver um parque verde, preservando a paisagem natural e as memórias da indústria têxtil em Alcobaça¹⁰⁹.

4.4 Novas infra-estruturas viárias;

Até ao século XIX, a paisagem do rio Alcoa é ocupada por vias rodoviárias de pequena dimensão, com a densa rede de caminhos agrícolas associada. Nos séculos seguintes, a vastidão dos campos agrícolas é quebrada pelo surgimento das grandes vias, fruto do crescente investimento do Estado neste sector.

O caminho ferroviário é a primeira grande infra-estrutura viária a atravessar o vale da antiga Lagoa. Inicialmente, a via, denominada como caminho-de-ferro “americano”, ligava a localidade da Martingança até S. Martinho do Porto, funcionando por tracção animal¹¹⁰ (Silva, 2008, p. 153).

A Linha Oeste foi aberta em 1 Agosto de 1887, fazendo a ligação da cidade de Torres Vedras a Leiria. O percurso atravessa o estreito Valado-serra do Bárrio ao nível do solo, com estação na vila do Valado dos Frades¹¹¹. O carácter da ferrovia é de passagem ou de “penetração”, derivando apenas um único ramal de reduzida extensão que servia de acesso aos dois pavilhões de depósito de mercadorias e matérias da antiga COFTA (Silva, 1961, p. 190).

¹⁰⁸ *Goanvi* - Central de Engarrafamento de Bebidas de Alcobaça.

¹⁰⁹ O Município de Alcobaça tem adquirido ao longo dos últimos anos os terrenos no vale da Fervença, a Oeste do rio Alcoa, desde a ponte D. Elias até à ponte sobre o rio Alcoa, do lado ponte do complexo industrial. Em 2011 a Camara Municipal de Alcobaça avançou com a proposta de reaproveitamento para produção de energia eléctrica da antiga Central Hidroeléctrica da COFTA, negociando com a empresa EDP. No entanto, o processo de privatização da empresa energética bloqueou o processo.

¹¹⁰ No caminho-de-ferro “americano”, os vagões deslocavam-se por tracção animal em ambos os sentidos; somente no troço Valado-Martingança poderiam circular pelos próprios meios, por acção da gravidade.

¹¹¹ A vila do Valado dos Frades desenvolve-se por se tratar da estação ferroviária mais próxima dos centros concelhios da Nazaré e de Alcobaça. Além desta, as estações ferroviárias próximas das duas cidades são: Pataias, a Norte, Famalicão e São Martinho do Porto, a Sul.

A partir do surgimento do caminho-de-ferro no litoral vai intensificar a decadência do porto de S. Martinho do Porto; o assoreamento do porto, impondo constantes dificuldades de navegabilidade e acostagem, a par com a maior capacidade e rapidez do comboio no transporte de mercadorias, levam a que o porto de S. Martinho, até aí a principal via marítima de exportação de produtos, principalmente de origem agrícola, de todo o distrito de Leiria, entre em desuso no século seguinte (Proença, 2005, p. 106-108).



- 80. Viaduto da IC9 atravessando a planície
- 81. Viaduto junto a Ponte da Barca

Como símbolo da modernidade, um dos produtos da política do Fontismo¹¹², esta estrutura é lançada como fomento à circulação de matérias, facilitando a logística comercial, e com isto, o desenvolvimento industrial, e à mobilidade de pessoas, diminuindo o isolamento de algumas localidades (Proença, 2005, p. 105).

O transporte ferroviário inflacionou o desenvolvimento da economia local, favorecendo o transporte de mercadorias sobretudo para a capital.

O século XXI pauta-se pelo investimento em novas infra-estruturas rodoviárias que, na sua maioria, atravessam os campos agrícolas em viadutos. O primeiro viaduto a ser edificado é o da A8, Auto-estrada do Oeste. O percurso segue relativamente paralelo à linha ferroviária, atravessa a planície em viaduto e continua na encosta da serra do Bárrio e da Cela.

As vias rodoviárias mais recentes são a estrada IC9 e o viaduto da estrada N242, ambas terminadas em 2012. O viaduto da estrada N242 atravessa o estreito de Ponte da Barca, como alternativa ao “caminho medieval” e liga à estrada IC9.

A estrada IC9¹¹³ percorre os campos agrícolas em viaduto, o mais extenso, a Sul da localidade da Maiorga até à Vila do Valado dos Frades, terminando na Pederneira. Esta via faz o percurso mais curto entre a cidade da Nazaré e Alcobaça.

¹¹² O *Fontismo* é o período histórico, após a Regeneração, marcado pelo investimento significativo em obras públicas, sobretudo na área dos transportes, numa tentativa de modernização do país, atrasado em relação ao restante contexto europeu. A designação está associada à figura política de António Maria de Fontes Pereira de Melo; este fez parte da governação pública, tendo ocupado várias pastas, nomeadamente a das Obras Públicas, em 1852. Com Fontes Pereira de Melo o país desenvolveu a sua rede de estradas, caminhos-de-ferro, portos, vias fluviais e comunicações (Serrão, 1992, IV, p. 246, 247).

¹¹³ A estrada IC9 é construída como alternativa à N8-5; um percurso mais rápido de ligação da cidade de Alcobaça à cidade da Nazaré. Esta estrada liga à principal via de entrada nascente da cidade de Alcobaça, a N8. Além do acesso à cidade de Alcobaça, a IC9 liga à estrada IC2 (estrada de ligação Lisboa-Porto). No troço de estrada entre as cidades de Alcobaça e da Nazaré existe ligação com a vila do Valado dos Frades e a Maiorga.

Da minha aldeia vejo quanto da terra se pode ver do Universo...
Por isso a minha aldeia é tão grande como outra terra qualquer,
Porque eu sou do tamanho do que vejo
E não do tamanho da minha altura...

Nas cidades a vida é mais pequena
Que aqui na minha casa no cimo deste outeiro.
Na cidade as grandes casas fecham a vista à chave,
Escondem o horizonte, empurram o nosso olhar para longe de todo o céu,
Tornam-nos pequenos porque nos tiram o que os nossos olhos podem dar,
E tornam-nos pobres porque a nossa única riqueza é ver.

Alberto Caeiro, *O guardador de rebanhos*
Fernando Pessoa

II_PROPOSTA

Ao longo dos séculos, as dinâmicas de circulação e de ocupação do território do Alcoa na antiga Lagoa alteraram-se; a planície tornou-se indesejável à ocupação, comprometendo o desenvolvimento de outras actividades para além da agricultura. Actualmente, o território da antiga Lagoa é um espaço isolado, fora dos fluxos turísticos das cidades de Alcobaça e da Nazaré, apenas visitado espontaneamente para a prática desportiva.

A ausência de projectos associados às actividades de turismo e de lazer, usufruindo e dando a conhecer a riqueza paisagística do rio Alcoa e o seu património arquitectónico e natural envolvente, levou à concretização de uma proposta para este território.

O território da intervenção caracteriza-se por duas realidades geografias distintas: a planície aluvial e o vale “garganta”.

A planície é o espaço onde confluem vários afluentes do rio Alcoa, próximo da zona costeira, no termo dos concelhos de Alcobaça e da Nazaré. O seu limite é definido essencialmente por serras circundantes, a Poente, Nascente e a Sul, e pelo início da mancha de pinhal, a Norte, dominante até ao Pinhal de Leiria. O território prolonga-se pela linha da costa, alcançando a cidade da Nazaré, a

Norte, até ao fecho da serra dos Mangues com o mar, A Sul. A agricultura é a actividade dominante, compondo uma paisagem dominada por pomares e terras aráveis. Sucintamente, a paisagem caracteriza-se pela horizontalidade dos mosaicos agrícolas, a mancha regradada de pinhal, quebrados pelos viadutos rodoviários, em contraste com os declives das serras, ocupadas por matas silvestres, e as formações dunares junto à costa.

O vale “garganta” é a zona de transição entre a cidade de Alcobaça e a área agrícola da antiga Lagoa. O vale tem declives acentuados com grande densidade florestal.

O principal objecto é conceber uma proposta para o território do rio Alcoa, na antiga Lagoa da Pederneira, que reúna elementos naturais e patrimoniais para o desenvolvimento/fomento de actividades de lazer e turísticas. Pela conexão que a proposta estabelece com património disponível, pretende-se que esta produza um efeito recíproco, impulsionando programas de preservação, estudo, divulgação e refuncionalização do património e salvaguarda/controlo das actividades associadas à paisagem.

A estratégia centra-se no rio Alcoa como elemento natural de génese e unificador de toda a proposta. A partir deste, dada a diversidade das paisagens envolventes, estabeleceu-se uma divisão do território de intervenção em quatro zonas distintas, possibilitando uma melhor abordagem das características de cada uma destas.

Definir um perímetro exacto para a intervenção no território vai contra a possibilidade de expansão que a estratégia proposta pode adquirir posteriormente. Neste sentido, apenas se apontou com rigor os limites do troço do rio Alcoa.

Inicialmente, para definir o limite do troço do rio Alcoa para a proposta, analisou-se o projecto de *Requalificação e Valorização do rio Alcoa, desde a nascente até à foz*, desenvolvido pelas câmaras de Alcobaça e da Nazaré em conjunto com a *ARH Tejo*¹¹⁴. Este projecto define uma estratégia para o rio Alcoa dividindo-o em cinco troços de intervenção¹¹⁵; a partir desta divisão, desenvolveram-se as

¹¹⁴ Administração da Região Hidrográfica do Tejo IP. Entidade já extinta.

¹¹⁵ O *troço 1* é desde a nascente do Rio Alcoa (Ribeira do Mogo) até ao início do perímetro urbano. O *troço 2* é “desde o início do perímetro urbano até ao local onde as margens do rio Alcoa começam a estar muradas”; nomeadamente, desde a localidade de Chiqueda até ao início das levadas cistercienses, a Sul do Museu Nacional do Vinho. O *troço 3* é desde o



82. Vista sobre os campos a partir da serra do Bárrio

medidas a tomar para cada troço.

Na análise do projecto público de requalificação do rio Alcoa observou-se que existiam algumas discrepâncias nos critérios da divisão. O *troço 4*¹¹⁶ é o limite do rio com maior extensão, englobando territórios divergentes como zonas urbanas da cidade de Alcobaça, zonas agrícolas e zonas florestais. No entanto, o *troço 5*¹¹⁷ é a parte com menor extensão, apenas incluindo as zonas de transição entre os terrenos agrícolas e a costa marítima, junto a Ponte da Barca.

A proposta agora apresentada redefine a divisão dos limites dos *troços 4 e 5* do rio Alcoa estabelecida no projecto público. Propõe-se que o novo perímetro do *troço 5* seja desde a ponte D. Elias, fim da zona urbana da cidade de Alcobaça, até à foz, a Sul da praia da Nazaré; um troço de rio com aproximadamente 10 km de comprimento. O novo limite do *troço 4* passa a ser desde a zona de união dos rios Alcoa e Baça, até à ponte D. Elias. Neste sentido, o *troço 4* define-se como uma zona inteiramente urbana, onde as margens do rio Alcoa são muradas. A paisagem é caracterizada pelo “vazio” urbano, fruto das demolições das antigas estruturas fabris e pelo espaço para a realização do mercado semanal e das feiras municipais. Em suma, o *troço 5* passa a ter uma dimensão maior e o *troço 4* uma dimensão menor, comparativamente à divisão estabelecida no projecto público.

O essencial da proposta em desenho concentra-se no *troço 5*, ponte D. Elias -

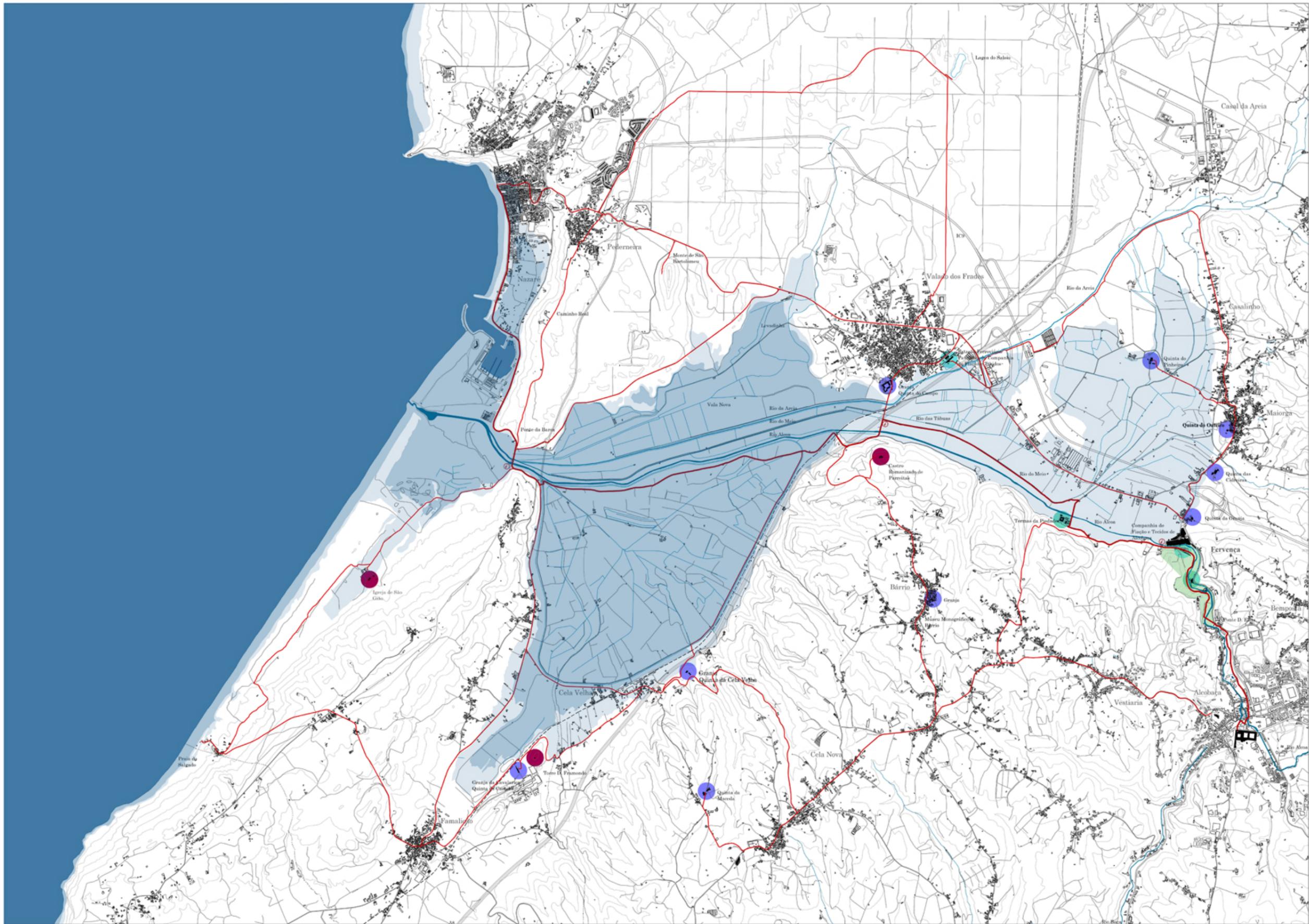
início das levadas cistercienses até ao local de confluência do rio Baça com o rio Alcoa; engloba as levadas cistercienses, o conjunto monástico, o rossio e o aglomerado urbano envolvente aos rios. O *troço 3* foi o mais intervencionado. Em 2011, a Câmara de Alcobaça, juntamente com a ARH do Tejo, abriu um concurso de ideias para o parque verde localizado na zona entre a Via de Cintura Interna e a Rua Costa Veiga, a Este do Mosteiro. O projecto ainda não foi executado. Em 2002, realizou-se o projecto de requalificação do rossio e envolvente urbana até à confluência dos rios Alcoa e Baça, projecto dos arquitectos Gonçalo Byrne e João Falcão de Campos. A proposta prolonga-se até à ponte D. Elias, englobando o espaço de feiras e mercados no *troço 4*. Contudo, esta zona não foi intervencionada. O *troço 4* é o mais longo; desde a zona de união dos rios Alcoa e Baça até ao caminho real, junto a Ponte da Barca. O *troço 5* vai desde o caminho real até à foz do rio Alcoa (Retirado do documento da ARH Tejo: *Requalificação e Valorização do rio Alcoa, desde a nascente até à foz*. Cedido pela Câmara Municipal de Alcobaça).

¹¹⁶ As medidas propostas para o *troço 4* são: Requalificação das margens; Estabelecimento do Corredor Verde com definição de percursos interpretativos pedonais e cicláveis e Infra-estruturação dos percursos, com ligação a património com interesse na envolvente e com o *troço 3* no Percurso Interpretativo “Frentes Ribeirinhas”; Parque Verde (associado a um Plano de Requalificação Florestal); Centro interpretativo da Central Eléctrica da Fábrica de Fiação e Tecidos; Abertura de concurso para atribuição de nova concessão para produção de hidroelectricidade do AH da Fervença; Zona de Feiras e Mercados; Moinho (Azenha e Fonte da Rua Frei Fortunado) (Retirado do documento da ARH Tejo: *Requalificação e Valorização do rio Alcoa, desde a nascente até à foz*. Cedido pela Câmara Municipal de Alcobaça).

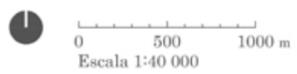
¹¹⁷ As medidas propostas para o *troço 5* são: Requalificação e estabilização das margens; Ligação com o *troço 3* no Percurso Interpretativo “Frentes Ribeirinhas”; Reabilitação do cordão dunar; Estabelecimento do Corredor Verde e ligação à área com interesse para conservação da natureza existente no concelho de Nazaré, junto ao troço terminal do Alcoa (Retirado do documento da ARH Tejo: *Requalificação e Valorização do rio Alcoa, desde a nascente até à foz*. Cedido pela Câmara Municipal de Alcobaça).

Foz, prolongando alguns elementos do projecto para o *troços 4*.

A ideia propõe a valorização da paisagem do rio Alcoa na relação com a cidade de Alcobaça. O projecto compõe três operações interrelacionadas mas distintas, segundo respostas a diferentes realidades geográficas do rio. Na zona da planície aluvial propõe-se uma ciclovia e a reorganização dos percursos existentes para fomentar a visita, a travessia e usufruto deste território em permanente transformação. No vale - “garganta” - definiu-se um Parque Verde para uso público que explore a riqueza paisagística e as antigas estruturas fabris da COFTA. Por fim, associada a estas duas intenções redesenha-se a porta da cidade Alcobaça, a antiga e actual ligação o mar.



- Mar 3000 a.C.
- Mar séc. XII
- Mar actual
- Parque Verde
- Ocupação pré Cister
- Ocupação de Cister
- Ocupação pós Cister
- Limite do Concelho
- Caminho de Ferro
- A8
- Caminho
- Canal de água
- Ciclovia
- Percurso
- Posto informativo



1. MAPA E PERFIS DO RIO ALCOA NO TERRITÓRIO DA ANTIGA LAGOA DA PEDERNEIRA

Após a análise do território do rio Alcoa e o entendimento dos seus processos de metamorfose, elaborou-se uma representação dos principais elementos geográficos que caracterizam o território. O resultado é a composição de um *Mapa do território do rio Alcoa na antiga Lagoa da Pederneira*; este mapa procura descrever o território, sintetizando e organizando a informação previamente recolhida. O conjunto da informação, através da sobreposição dos vários elementos, procura estabelecer lógicas entre os vários tipos de informação para transmitir um melhor entendimento do processo de formação da paisagem ao longo dos séculos.

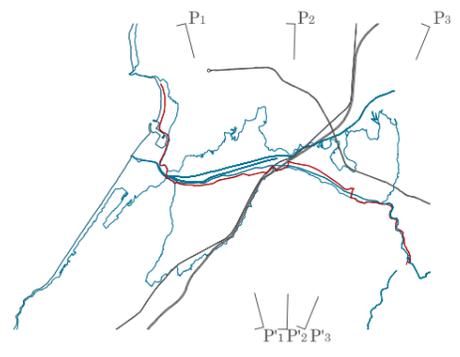
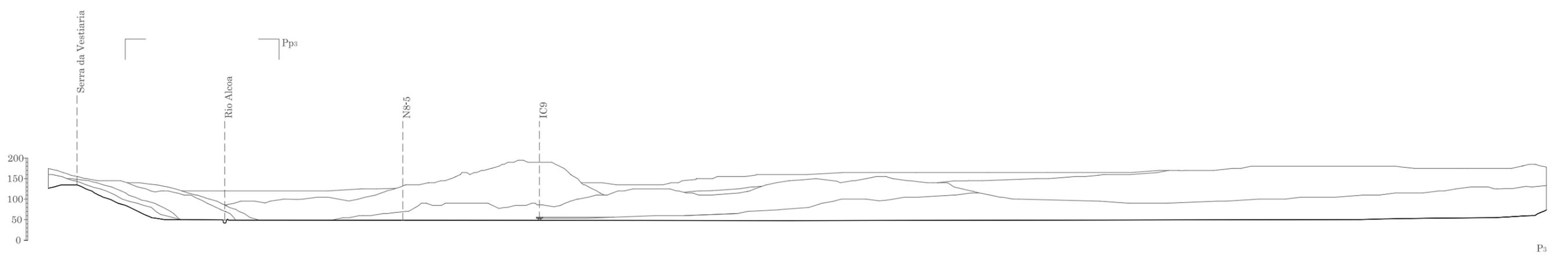
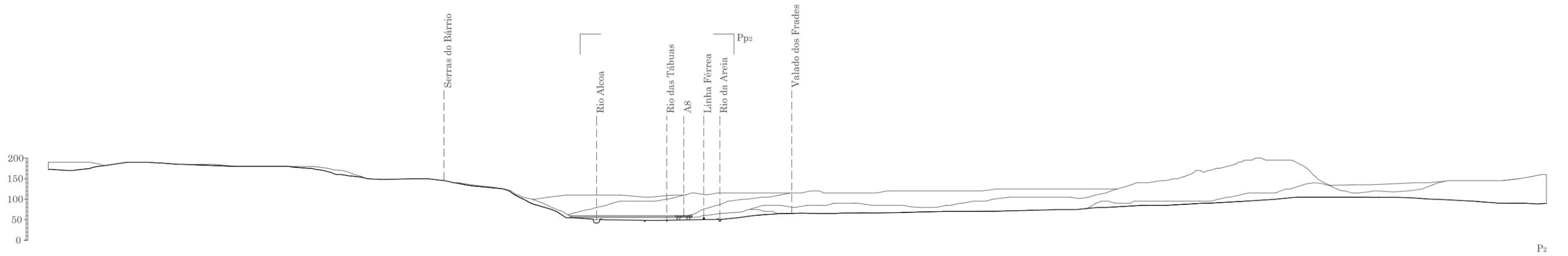
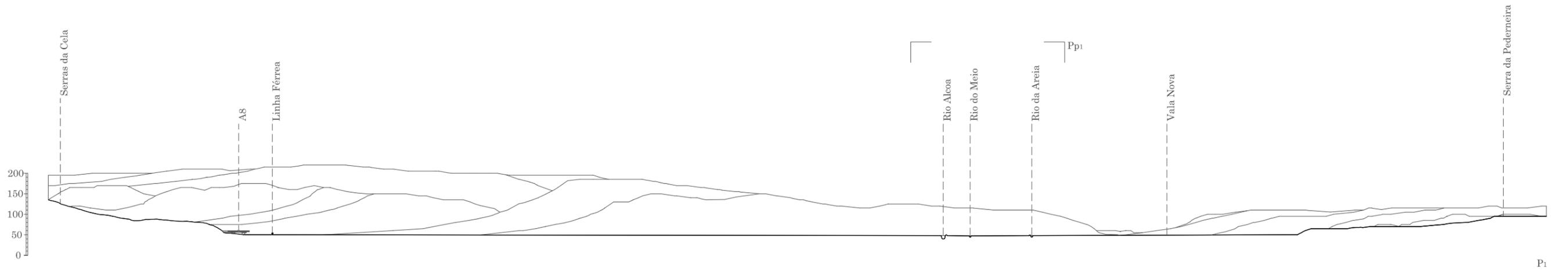
A informação representada compreende os elementos físicos, naturais ou antrópicos, que melhor caracterizam o território: a topografia, a linha da costa, a rede hídrica, o edificado e a rede viária. Algumas destas informações são representadas ou reagrupadas por diferentes épocas, facilitando a contextualização quanto à sua origem. Assim, o Mapa do Alcoa é também um esquema narrativo, que procura estabelecer ligações entre as várias informações em diferentes épocas.

A alteração da zona costeira ao longo dos séculos foi um dos principais factores



83. *O Lameirão aluvionar em Alcobaça*. Domingos Alvão

84. *Sonoma and Marin Counties, California, 1972-76*. Christo and Jeanne-Claude



0 100 200 m
Escala 1:10 000

na transformação do território, surgindo efeitos directos nas actividades sediadas, na rede viária e no desenvolvimento dos centros populacionais. A representação da linha da costa pretendeu expor este processo, abrangendo os períodos temporais mais importantes na alteração da paisagem: a costa há 5000 anos atrás, período em que o nível do mar estabilizou, e no séc. XII, início das maiores transformações do processo de assoreamento fruto da acção antrópica.

Toda a extensão da rede hídrica no território da antiga Lagoa da Pederneira é um produto, maioritariamente, da acção do Homem; a representação deste elemento físico, predominante em toda a extensão da planície, diferencia os principais rios e a restante rede de canais de água.

No *Mapa* é exposta a rede viária, composta pelas principais vias de circulação, rodoviária e ferroviária, e pelos principais caminhos agrícolas e florestais. Todo o conjunto de vias de circulação, juntamente com a rede de canais de água, compõem uma imagem da divisão do solo, facilitando a compreensão do processo de emparcelamento do território, bastante relacionado com a rede hídrica.

A proposta procurou “alicerçar” o património arquitectónico que ocupa todo este espaço; contudo não foi assinalado todo o conjunto disponível, não incluindo alguns casos que, facilmente, se poderiam associar à proposta, como igrejas, pelourinhos, etc... Estes encontram-se normalmente enquadrados em aglomerados populacionais, devidamente assinalados, classificados e com acessos bem definidos. Do mesmo modo, e com significado acrescido, não é assinalado o património incorporado na estrutura urbana das cidades de Alcobaça e Nazaré.

Assinalou-se o edificado mais importante para a compreensão do processo de ocupação do território e optou-se por o agrupar em três épocas distintas. As épocas têm como base o período da ocupação cisterciense, por ser o início do processo de “colonização” do território e do aparecimento mais significativo de novos núcleos populacionais.

O *Mapa* é complementado com vários *perfis* transversais; estes procuram outra forma de representação e leitura do território. As secções privilegiam as zonas dos antigos alvéolos da Lagoa da Pederneira, focando-se no contraste entre a planície aluvial e os montes envolventes. O desenho é assinalado com as principais vias de circulação e a rede hídrica actual; deste modo, facilita-se o entendimento do antigo alcance do mar, o local escolhido para fixação dos núcleos populacionais



85. Proposta. Linha de árvores na paisagem

86. Proposta.

e o processo de desenvolvimento da rede viária e hídrica ao longo dos séculos.

O *Mapa* e os *perfis* são os instrumentos para o desenvolvimento e representação das propostas para o território do Alcoa: a ciclovia, os percursos alternativos e o Parque Verde.

1.1 Ciclovia e percursos alternativos

A proposta começou com a definição de um percurso único, que atravessa toda a extensão da planície longitudinalmente: a ciclovia. Este equipamento possibilita a prática de actividades ao ar livre, ligadas ao desporto, ao lazer e ao turismo.

A ciclovia tem um traçado semelhante ao do rio Alcoa, com início no centro histórico da cidade de Alcobaça, prolongando-se até à marginal da cidade da Nazaré. Desta forma, o rio Alcoa e a ciclovia compõem as principais linhas estruturais e unificadoras de toda a intervenção. Fruto do diálogo entre o rio e esta infra-estrutura, o visitante absorve diferentes contactos e experiências visuais com rio Alcoa e afluentes.

Na definição do percurso da ciclovia pretendeu-se que este fosse acessível, privilegiando zonas com pequenos declives, e de fácil acesso às principais vias de circulação disponíveis; assim, é garantido, uma utilização mais abrangente possível a todas as faixas etárias.

A paisagem do Alcoa é caracterizada pela sua horizontalidade e extensão, somente interrompida pela presença das serras e montes envolventes. O desenho da ciclovia pretende marcar a vastidão da planície; determina-se uma marcação regradada de árvores, paralela à via. O ritmo arbóreo define uma linha orientadora no território; uma presença assumida na vastidão, que pode ser reconhecida da planície, das cumeeiras das serras periféricas e dos viadutos rodoviários que atravessam o território (figura 85 e 86).

Na escolha do tipo de árvore considerou-se o seu porte, custo e natureza autóctone. Dado esta ser destinada a uma planície aluvial, onde o solo agrícola deve estar o máximo de tempo possível exposto à luz solar, foi também importante considerar a caducidade da espécie arbórea a escolher. Propõe-se a utilização do Choupo, uma árvore de grande porte, rápido crescimento, de folha caduca



87. *Zona 1.* Zona intermédia entre campos e mancha de pinhal. Serra da Pederneira (direita)
88. *Zona 2.* Campos agrícolas próximos do rio da Areia
89. *Zona 3.* Vista da serra da Pescaria para a planície
90. *Zona 4.* Vista da serra da Cela para a planície

e que exige poucos cuidados de manutenção. A presença desta árvore invoca a memória dos choupos que ocupam as margens dos rios portugueses, criando uma linha arbórea que os acompanha.

O pavimento da ciclovia define uma via diferenciada dos percursos já existentes; foi escolhido o pavimento em deque de madeira de pinho. A estrutura do deque é elevada do solo, apoiando-se em dois lancis de pedra laterais fixos no solo. O desenho da via permite que esta funcione como uma via autónoma, apenas destinada ao uso pedonal e de bicicleta, evitando a sua ocupação por máquinas agrícolas ou outros meios de transporte.

O percurso é pontuado por vários postos de paragem, equipados com infra-estruturas para o descanso, estacionamento de bicicletas e informações sobre o processo de transformação da paisagem. Deste modo, a ciclovia é também um percurso narrativo; o utilizador, à medida que percorre o território, é informado dos antigos locais da linha costeira, a origem das principais linhas hídricas ao longo dos séculos e algumas das povoações e vias mais importantes.

Os postos de paragem, além da componente didáctica, indicam também os percursos alternativos que se desenvolvem pelo território envolvente. A ciclovia torna-se um percurso radial, multiplicando-se em circuitos alternativos que estabelecem conexão com as estruturas patrimoniais envolventes, linhas de transporte, espaços naturais de interesse e centros populacionais. Neste sentido, a ciclovia destina-se a um público mais abrangente, não sendo destinada apenas a visitantes e turistas mas também à população local para deslocações ao trabalho, a locais de ensino, etc...

O conjunto da ciclovia e percursos alternativos formam uma extensa rede de circulação, destinada ao uso pedonal e de bicicleta. A definição da rede proposta privilegiou o recurso às vias já existentes, não sugerindo novos percursos rodoviários; a circulação rodoviária encontra-se bem definida, regulando e restringindo o trânsito a algumas zonas agrícolas.

Os percursos alternativos estendem-se por quatro zonas distintas do território. Estas zonas dividem a área de estudo, resultado das características e estratégias desenvolvidas pelo Homem (figura 95).

A *zona 1* explora a paisagem junto à praia e ao aglomerado urbano da cidade da Nazaré; os percursos desenvolvem-se para a vila da Pederneira e para a vila



- 91. Zona 1. Campos
- 92. Zona 2. Começo da zona dunar junto à foz do Alcoa
- 93. Zona 3. Campos agrícolas, Bário
- 94. Zona 4. Vista do Monte de S. Brás sobre a mancha de pinhal

do Valado dos Frades. A paisagem é marcada pelo relevo acentuado da serra da Pederneira e do monte de S. Bartolomeu.

Nesta zona encontramos a transição entre a zona agrícola e a mancha de pinheiro bravo que se estende para Norte. O território de pinhal é dividido em extensas parcelas regulares, com uma diversidade de percursos rectilíneos. Os solos são maioritariamente arenosos, com ausência de rede hídrica significativa, devido à rápida infiltração das águas.

A *zona 2* é também marcada pela transição da área agrícola para a mancha florestal. A Nascente, encontram-se os montes da Maiorga que iniciam um território mais acidentado. Salienta-se nesta zona o percurso paralelo ao rio da Areia.

Apesar de não ser apontado no Mapa da proposta, o percurso que atravessa as localidades da Maiorga e do Casalinho possibilita uma ligação directa com o Mosteiro de Santa Maria de Cós. Aponta-se a hipótese para uma estratégia turística que ligue os dois mosteiros cistercienses.

A *zona 3* define os acessos à costa marítima, a Sul da foz do rio Alcoa. Os percursos transitam por paisagens dunares, de vegetação variada, alguns terrenos agrícolas e desenvolvem-se para a serra da Pescaria, até à zona agrícola da Ribeira de Famalicão.

A *zona 4* é o território com o relevo mais acentuado; os percursos desenvolvem-se pelas serras das Celas, do Bárrio e da Vestiaria. A paisagem diverge entre o mosaico agrícola e a mancha florestal diversificada.

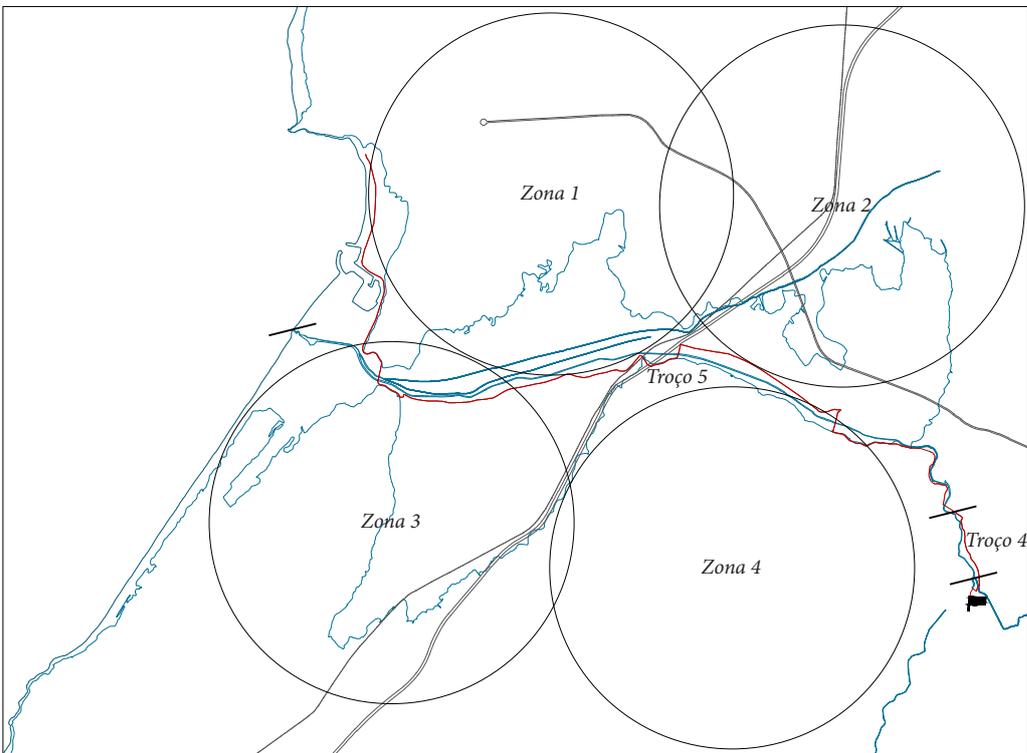
Nos percursos da *zona 4* destaca-se a possibilidade de ligação com a zona histórica da cidade de Alcobaça, desenvolvendo o fluxo turístico para a zona poente do Mosteiro de Alcobaça, incorporando também o castelo¹¹⁸.

O projecto cria uma rede de circuitos que ligam pontos de interesse dispersos no território. Pretende-se que o património arquitectónico e natural no território da antiga Lagoa da Pederneira seja mais acessível, impulsionando a criação de projectos de conservação e de reaproveitamento do património para o desenvolvimento de novas actividades turísticas e comerciais. Não foram determina-

¹¹⁸ O projecto de requalificação do rossio e envolvente urbana do Mosteiro de Alcobaça de 2002 reduziu a afluência automóvel à zona urbana a Poente do Mosteiro. Uma situação que conduziu ao fecho de muitos estabelecimentos turísticos e comerciais.

dos novos programas para os edifícios assinalados em estado de abandono ou inutilizados, deixando em aberto a possibilidade para uma nova estratégia de refuncionalização.

No total, a proposta procura uma unificação do território da antiga Lagoa da Pederneira, lançando as premissas para novos projectos que a desenvolvam e lhe dêem maior significado.



95. Esquema dos *Troços 4 e 5* do Alcoa e *Zonas* propostos

Zona do Percurso	Centros Populacionais	Património Natural	Património Arquitectónico	Principal Rede Hídrica
<i>Zona 1</i>	Nazaré Pederneira Valado dos Frades	Serra da Pederneira Praia da Nazaré Lagoa do Saloio Monte de S. Bartolomeu	Granja do Valado	Lagoa do Saloio Levadinha Vala Nova Rio da Areia Rio do Meio Rio Alcoa
<i>Zona 2</i>	Casalinho Maiorga Fervença Alcobaça	Vale a “garganta”	Quinta do Pinheiro Quinta do Outeiro Quinta das Cidreiras Termas da Piedade Fábrica da Companhia de Fiação e Tecidos e dependências	Rio da Areia Ribeira de S. Vicente Rio das Tábuas Rio Alcoa Canal de água da Central eléctrica
<i>Zona 3</i>	Famalicão Cela Velha	Serra da Pescaria Praia do Salgado	Igreja de S. Gião Torre de D. Framondo Quinta do Castelo	Ribeira de Famalicão
<i>Zona 4</i>	Cela Nova Bárrio Vestiaría Alcobaça	Serra das Celas e do Bárrio	Quinta da Cela Velha Quinta da Maceda Granja do Bárrio Castro Romanizado de Parreitas	



“Se paisagem é o retrato impresso no território das convicções humanas, as estradas, as linhas eléctricas, as vias-férreas, as barragens e os portos serão paisagem tanto quanto os campos agrícolas, os castelos, as cidades, as aldeias ou as florestas.”

Arq. João Nunes

2. PARQUE VERDE NO VALE DO RIO ALCOA

A intenção de dignificar a principal entrada Norte da cidade de Alcobaça¹¹⁹ foi o ponto de partida para uma reflexão sobre o vale - “garganta” - do rio Alcoa, na Fervença. A proposta de consolidar um Parque Verde neste território, integrado na estratégia para o *troço 5* do rio, definido anteriormente, corresponde à conclusão do processo de reflexão.

A área do Parque Verde é balizada por duas pontes, associadas a dois complexos industriais: a Sul, a ponte D. Elias, com a fábrica de louça *Raul da Bernarda & Filhos lda* e, a Norte, a ponte da Rua da Fiação e Tecidos, associada ao complexo da COFTA.

A estratégia para este troço do Alcoa tem vindo a ser desenvolvida pela Câmara de Alcobaça, juntamente com a entidade *ARH Tejo*¹²⁰. A nossa proposta man-

¹¹⁹ Antes da construção da estrada IC9, esta foi a principal via de ligação à cidade da Nazaré.

¹²⁰ O projecto público está integrado nas propostas para o *troço 4* do rio Alcoa.

As medidas estabelecidas pelas entidades públicas neste troço do rio Alcoa são:

- Recuperação da função hidroeléctrica;
- Constituição de um núcleo museológico de interpretação do sítio (arqueologia industrial);
- Requalificação paisagística da envolvente, associada ao complexo do açude e da Central Hidroeléctrica;
- Conservação da Natureza;
- Apoio ao público (sanitários públicos, bar, salas de exposições);



97. Central Hidroelectrica

tém o programa do Parque definido pelo município; no entanto, é sugerida uma alteração do perímetro. Pretende-se que a intervenção se estenda a toda a encosta do vale, até às linhas de fecho. Neste sentido, é possível consolidar todo o enquadramento da entrada da cidade, não se limitando a intervenção apenas às zonas baixas do vale.

O vale “garganta” foi, desde o início do processo de ocupação da baixa da cidade pelo Homem, um dos principais acessos a Alcobaça e, por sua vez, desta ao mar. Hoje, ainda o é. Este vale define-se como “quadro vegetal”, transitório entre o perímetro urbano da cidade e os campos agrícolas da antiga Lagoa da Pederneira. A paisagem é diversificada: ocupada por grandes manchas florestais, com diversidade de árvores de grande porte, interrompidas por clareiras de vegetação rasteira, indícios das actividades agrícola e industrial anteriores.

O descontrolo do crescimento vegetal e o abandono dos equipamentos fabris, associado ao cessar da actividade industrial, conduziram a uma atmosfera de desordem, com elementos fabris dispersos no sopé do vale, sem acessos e em elevado estado de degradação.

Além do complexo fabril da COFTA, surgiram, mais tarde no século XX, outros dois complexos fabris¹²¹, na encosta Nascente do vale. A sua construção obrigou a grandes movimentos de terras, impondo uma forte presença na paisagem, danificando a riqueza natural e aumentando o risco de erosão das encostas.

A via de acesso à cidade de Alcobaça, juntamente com a riqueza natural, agrícola e arquitectónica do vale são os elementos prioritários na concretização da proposta do Parque Verde, funcionando o rio como elemento natural unificador de todo o projecto.

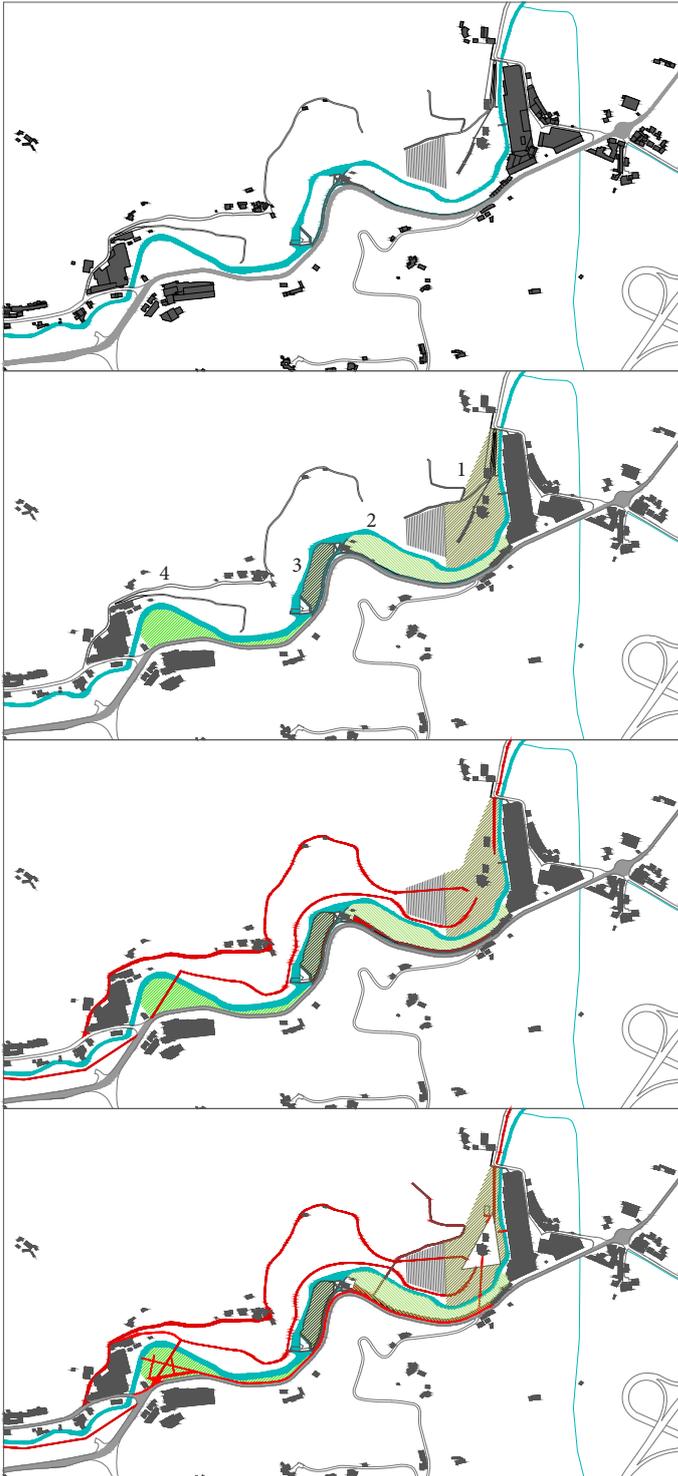
O primeiro gesto começa por definir e resgatar a organização do território, na procura de uma harmonia espacial que dê significado aos elementos arquitectónicos presentes e vincule relações com os elementos naturais. No exercício de planeamento do território estabeleceu-se um zonamento a partir da leitura das bar-

-Recuperação e estabilização das margens;

-Promover as acessibilidades pedonais e velocipédicas e sinalização na área de intervenção, em articulação com o Açude e Central Hidroeléctrica da Fervença e Parque – Casa Araújo Guimarães e com as áreas de descanso e de lazer.

As indústrias estão ligadas à actividade da recauchutagem de pneus.

¹²¹ As indústrias estão ligadas à actividade da recauchutagem de pneus.



1. Vale da “garganta”

2. Definição das Zonas do parque verde

- 1. Terreiro
- 2. Jardim
- 3. Ilha
- 4. Clareira

3. Definição dos Percursos principais

- .Percurso da encosta
- .Percurso do Alcoa
- .Percurso do canal

4. Ligação dos percursos principais com percursos e ligações secundários

reiras físicas que a rede hídrica, topográfica e a mancha florestal impõem. Além destas barreiras, outras características da paisagem, algumas compreensíveis após a análise histórica, foram essenciais para a construção do projecto.

A sombra produzida pela mancha florestal, na sua condição de ocultar ou revelar elementos do território, variável no decurso diário, constituiu também uma premissa importante para a idealização do Parque, nas tomadas de decisão das actividades a definir e no controlo da densidade e natureza da mancha florestal.

Inicialmente no desenho do Parque repartiu-se o vale em quatro zonas, com características próprias que resultaram em diferentes propostas programáticas: *o terreiro, o jardim, a ilha e a clareira* (Figura 98).

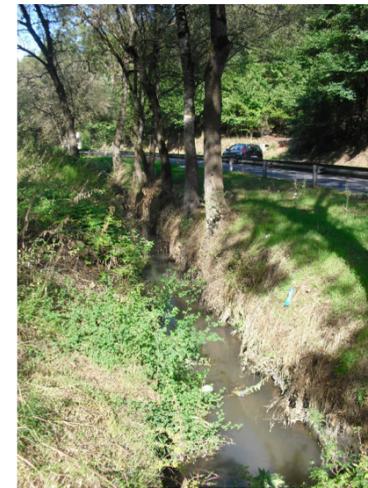
Resumidamente, *o terreiro e a clareira* são as zonas onde ocorreram as maiores alterações físicas do território, sendo os espaços com menor densidade florestal. *O jardim e a ilha* são as áreas assinaladas mais isoladas, devido às barreiras físicas causadas pelo rio e pelo canal de água, definindo-se como áreas densamente arborizadas, à semelhança das encostas do vale. Geograficamente, estes dois espaços estão localizados no centro do vale, onde o edifício da Central funciona como elemento arquitectónico de conexão entre ambos.

Após apontar as principais actividades para cada zona, estabeleceu-se a principal rede de percursos no vale. Estas ligações estabelecem diferentes conexões com os vários ambientes naturais e estruturas arquitectónicas do território, procurando melhorar a acessibilidade e alcançar locais actualmente inacessíveis que enriquecem a experiência do utilizador. O conjunto das ligações centram-se em três percursos principais: *o percurso do Alcoa, o percurso do canal e o percurso da encosta*.

2.1 A estrada para a Cidade, os percursos e as zonas do vale

A entrada da cidade

A estrada é uma infra-estrutura organizadora das dinâmicas do espaço, uma linha contínua que “conquista” vários territórios, um elemento inter-territorial, que liga várias paisagens. Um espaço pode ser percorrido de formas distintas, originando diferentes experiências do mesmo local; a velocidade, a posição, as



99. *Percurso da encosta*

100. *Percurso do canal*

101. *Percurso do Alcoa, fotomontagem*

características do pavimento, a presença da luz, os obstáculos visuais, são múltiplas condicionantes ao acto de percorrer. Estas premissas foram importantes para a definição das características propostas para a via.

Explorando as características da estrada N8-5 e as circunstâncias que a envolvem, propõe-se resgatar significados do passado. A N8-5 tem a sua génese no centro da cidade de Alcobaça, outrora principal ligação ao Mosteiro; deste modo, determina-se que as características da via, como a definição das zonas de passeios e a métrica arbórea, sejam respeitadas, sempre que possível, até à zona do Rossio. Esta acção não se cinge a reavivar o traçado histórico da via mas a construir estratégias que revitalizem a zona urbana desqualificada das feiras e mercados, alicerçando-a ao vale. A estrada N8-5 é única via da rede urbana com uma relação próxima com o rio; isto deve ser entendido como uma oportunidade para valorizar novos espaços, definindo-a como um percurso de lazer desde o Mosteiro ao Parque e daí à planície.

A opção por uma continuidade das características da estrada e do vale é também pretendida para a mancha arbórea. Habitualmente, o processo de crescimento da cidade consome sucessivamente os espaços envolventes; propõe-se o processo inverso com a mancha verde a “invadir” a malha urbana, estendendo-se até à zona de confluência dos dois rios, Alcoa e Baça, como um prolongamento do Parque e do vale.

A estrada e a área arborizada passam a ser entendidas como instrumentos regeneradores da cidade, contribuindo para a qualificação dos espaços ao longo do rio Alcoa.

Focando no troço de estrada do vale, como a “porta” da cidade de Alcobaça, determinou-se um novo perfil tipo. Actualmente, a via está desqualificada, sem passeios, não possibilitando a circulação pedonal, com ausência de estruturas de contenção de terras, quer na encosta Nascente, quer no intervalo entre a estrada e o canal de água, e é marcada pela forte presença de rails metálicos em toda a extensão.

O desenho da via proposto sugere um ligeiro estreitamento da zona de circu-



102. *Peixeiras da Nazaré*. Estrada N8.5. Domingos Alvão

103. N8-5

104. N8-5, rio Alcoa

lação automóvel¹²²; esta acção permite a criação dum percurso pedonal regular, em toda a extensão da via, assegurando um acesso pedonal ao vale e uma natural redução da velocidade automóvel, contribuindo para a segurança do visitante e controlo da poluição sonora.

A barreira de protecção entre a via e o passeio é redefinida; determina-se um muro em pedra, de baixa altura, funcionando como protecção rodoviária, regulador do acesso automóvel e equipamento de descanso do utilizador a pé. Associado a estas intervenções, é definido um tipo de muro de suporte das terras entre o canal e o passeio que evite o deslizamento de materiais. Na encosta Este são também definidos muros de suporte, associados a equipamentos de escoamento de águas pluviais; estes muros regulam o início da encosta, controlam o perímetro dos complexos industriais, evitando a sua expansão e a paragem de viaturas ao longo da via.

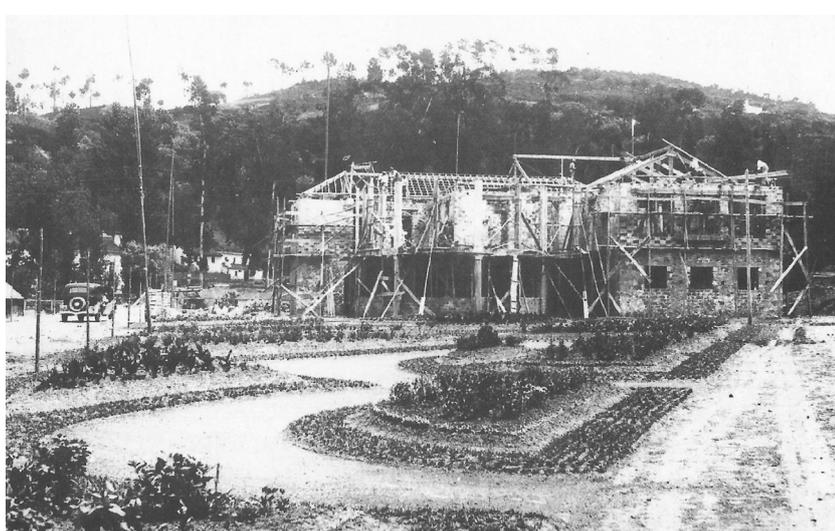
O desenho do conjunto procura definir um troço de estrada regular, com um carácter contínuo. Os elementos que se revelam ao longo da via - o açude, a Central Eléctrica, o canal de água, o rio, ... - ordenam e dão ritmo ao percurso, revelando-se como momentos chave na definição da “porta” da cidade.

Os principais percursos

O *percurso do Alcoa* está integrado na ciclovia; deste modo, é a única via inteiramente destinada ao uso pedonal e da bicicleta. O desenho do percurso mantém as características da ciclovia, anteriormente propostas para o itinerário até à cidade da Nazaré. Define-se deste modo uma continuidade em toda a extensão desta via (figura 101).

O percurso assenta na baixa do vale, maioritariamente paralelo ao rio Alcoa, definindo uma ligação longitudinal de toda a área do parque no sentido Norte-Sul. A via pretende “conquistar” a margem poente do rio, até agora maioritariamente inacessível, explorando relações mais próximas com este elemento natural. Tal como o restante circuito da ciclovia, o itinerário é radial, multiplicando-se em ligações transversais para diferentes zonas do vale, fazendo a “ponte” entre o

¹²² O acesso da vila da Maiorga à estrada IC9 possibilita o desvio dos veículos pesados com direcção à cidade de Alcobaca, caso estes sejam impossibilitados de circular na estrada N8-5.



105. Festas da COFTA em frente ao edifício da *Assistência*

106. Jardim da *Assistência* no período da sua construção

percurso da encosta, o percurso do canal e a estrada N8-5.

As condições naturais da encosta Poente do vale e a sua conexão com a ciclovía, já referida, influenciaram o desenho do percurso do Alcoa. A encosta caracteriza-se por vertentes de declives acentuados, com zonas de inundação, atravessada por linhas de água que confluem no rio e pelo predomínio de vegetação densa e variável. Neste contexto, optou-se por uma estrutura em madeira elevada do solo, assente em estacaria, privilegiando a facilidade de montagem e melhor adaptação ao meio. A intenção é a de criar um equipamento independente, que procura exercer um baixo impacto no solo, permitindo que todas as infra-estruturas associadas, como a iluminação, etc, estejam ocultas sob a estrutura. O resultado é um corredor suspenso que “serpenteia” todo o vale, conquistando novos acessos e pontos de observação da paisagem.

Na meia encosta do vale, a Poente do rio Alcoa, desenvolve-se o itinerário mais elevado do projecto: o *percurso da encosta* (figura 99). Este é sobretudo destinado ao uso pedonal, possibilitando também o uso da bicicleta e, em alguns pontos, do automóvel. O percurso surgiu da apropriação de alguns caminhos florestais e agrícolas já disponíveis, dando-lhes continuidade e procurando estabelecer novas conexões que fortaleçam a relação entre o Parque, os centros populacionais e as actividades envolventes. Deste modo, o percurso é irregular, variando em troços pavimentados e em superfícies de terra-batida. O *percurso da encosta* possibilita perspectivas panorâmicas sobre o vale e o acesso a miradouros na cumeeira.

O *percurso do canal* é aquele que mais proveito tira das estruturas fabris existentes; propõe-se um percurso paralelo ao canal de água, a uma cota inferior à estrada N8-5, que liga as várias estruturas fabris às antigas habitações operárias (figura 100). A natureza do percurso está inteiramente ligada à estrutura do canal de água, explorando relações entre ambos.

Na encosta Nascente do vale não se determinaram novos percursos; o declive é muito acentuado e irregular, não permitindo definir novos acessos.



107. Zona do Jardim, Central Hidroeléctrica
 108. Zona do Jardim, proposta para parque de merendas
 109. Zona do Jardim, vista do *percurso da encosta*

O terreiro

O *terreiro* é a zona do vale que mais alterações físicas sofreu ao longo dos séculos; é ocupado pelo edifício da Assistência Araújo Guimarães, o edifício do Posto de Transformação Eléctrico (PT) e o antigo armazém.

O espaço tem relações directas com o complexo fabril da COFTA, a Norte, e, visualmente, com a estrada N8-5, a Nascente. Em toda a extensão do vale, este é o único ponto com acesso automóvel próximo à margem Poente do rio Alcoa¹²³. Neste contexto, é no terreiro que se desenvolve a principal entrada do Parque, dispondo de estacionamento e permitindo o acesso automóvel, ainda que limitado, aos edifícios públicos propostos.

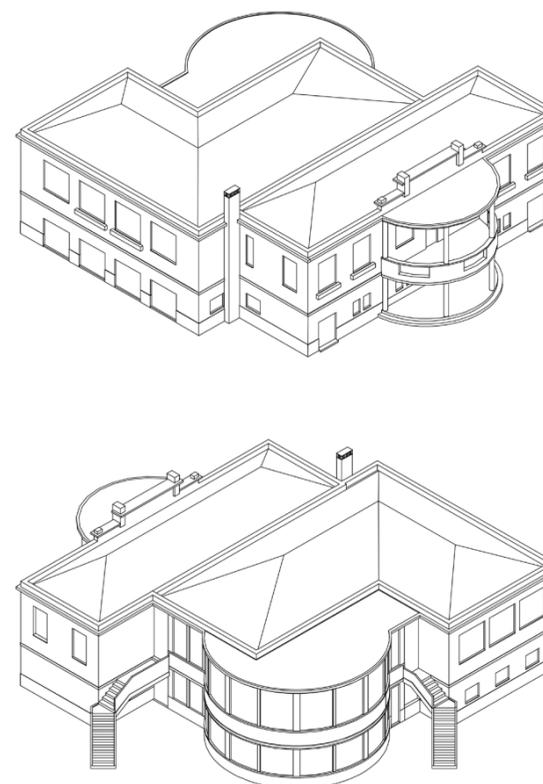
O conceito do terreiro surgiu da intensão de resgatar a relação de complementaridade entre a fábrica e os edifícios pré-existentes, outrora destinados aos operários, explorando as memórias festivas da antiga fábrica. Definiu-se um espaço plano, amplo, despojado, que transporta as recordações do passado para o presente. Uma plataforma pública, com carácter reversível, que permite a prática de actividades lúdicas, culturais e de lazer, procurando desenvolver um ambiente comunitário, de encontros e convívios. O espaço pretende ser um centro convergente das dinâmicas espaciais do vale, sendo por isso que todos os percursos do Parque se iniciam aqui.

A ponte pedonal de acesso à fábrica é preservada, tal como a relação entre a fachada envidraçada da fábrica e o recinto, fomentando a narrativa histórica entre ambos (figura 76).

No edifício da *Assistência Araújo Guimarães* propõe-se a fundação de um Centro de Interpretação do Rio Alcoa¹²⁴, com espaços de exposição e salas para pequenas conferências. O edifício destina-se a funcionar como o epicentro de toda a estratégia global para o rio Alcoa, da nascente à foz. O programa deverá potenciar o desenvolvimento de acções de preservação do rio Alcoa e das actividades associadas - agricultura, moagem,... - o estudo das diversas alterações do

¹²³ Ligação à Rua Manuel Rodrigues Serrazina, acesso às Termas da Piedade e à Rua da Fiação e Tecidos, rua tangente ao complexo fabril.

¹²⁴ A proposta apresenta uma alternativa à determinada pela câmara de Alcobaça; o programa público propõe “um espaço dedicado ao desenvolvimento de programas culturais, educativos e performativos associados às artes plásticas e cénicas contemporâneas.” (Retirado do *Programa Preliminar Requalificação e Valorização do Rio Alcoa*, Idem).



110. Edifício Assistência Araújo Guimarães

território ao longo dos séculos e o seu impacto social e económico, assim como a conservação e reaproveitamento das estruturas e equipamentos associados ao rio, como moinhos, centrais eléctricas, etc...

Para o edifício do *Posto de Transformação* é proposto o programa ligado à restauração com espaços de cafetaria, salas para pequenos espectáculos, esplanada e sanitários públicos.

Os desenhos iniciais dos edifícios da Assistência e do PT devem ser respeitados, reconstituindo os vãos já desaparecidos e demolindo construções anexas posteriores, prevalecendo a sua linguagem original.

Propõe-se a demolição do antigo armazém fabril, um edifício descaracterizado, descontextualizado de todo o conjunto e em elevado estado de degradação. Aproveitando a sua posição, a uma cota superior, que permite a visibilidade de todo o complexo fabril, definiu-se para este espaço uma estrutura didáctica. Esta é constituída por projecções da planta do complexo da COFTA no pavimento, acompanhada de textos alusivos, que possibilitem o entendimento do seu desenvolvimento ao longo dos séculos e a influência na estrutura urbana envolvente.

O fim do canal de água é redefinido; esta infra-estrutura é resgatada de uma realidade industrial do passado. Explora-se o tema da manipulação da água, característico da história da região, para criar um momento único no vale.

Inicialmente, o canal é desviado e dividido, convergindo para o espaço do terreno em dois cursos. A água segue um rumo diferente do original, passando a estar associada à entrada secundária do parque que liga à estrada N8-5. Os dois cursos correm lateralmente a este acesso, e ambos atravessam o rio numa ponte. Neste “cruzamento” do canal com o rio tirou-se proveito da experiência da água; esta passa a estar ao nível do visitante, permitindo um contacto mais próximo com este elemento natural. Cria-se um momento de tensão onde o rio, o canal de água e o visitante se reúnem.

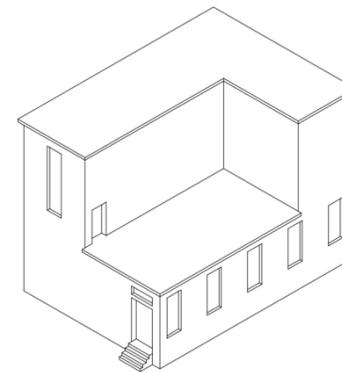
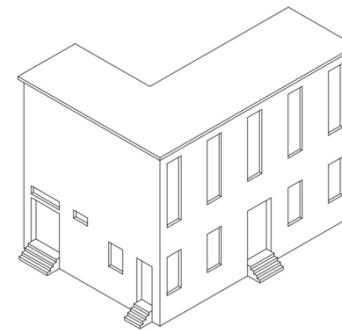
Com este gesto, o canal nasce e termina em dois espelhos de água, o açude e a ponte, com origens e significados diferentes.

A “ponte de água” descarrega lateralmente, originando duas cascatas que ocultam a ponte, somente revelando o passadiço. Uma celebração da água, materializada numa ponte “viva” que explora novos significados e relações.



111. Proposta do *Terreiro*, Fotomontagem

112. Proposta do *Jardim*, Fotomontagem



113. Edifício Posto de Transformação

Após transpor a ponte, a água continua o percurso, com o caudal muito mais reduzido, até ao perímetro do terreiro, onde termina. O canal de água é a “ponte” entre a estrada N8-5 e o terreiro. Esta infra-estrutura reafirma a imagem icónica do edifício da Assistência, na relação com a estrada através da presença da água.

O fim do percurso da água torna-se um ponto único e intenso no vale, preconizando uma homenagem a este elemento natural. Depois de séculos a servir o Homem, desde a Idade Média, com os seus rudes engenhos, ao desenvolvimento industrial, na glória das centrais eléctricas, o canal de água é reinventado e a água devolvida à cidade e ao território.

O Jardim

O conceito do *jardim* surge por ser o único espaço onde o corpo florestal foi originalmente planeado, resultante do antigo jardim desenhado pelo Eng. Joaquim Vieira Natividade. Este espaço ajardinado transita entre a mancha arbórea regrada, com árvores de grande porte, e a vegetação mais rasteira. A zona é balizada pela Central Hidroeléctrica da COFTA, o rio Alcoa e o canal de água até ao complexo fabril. Actualmente, o local é condicionado, apenas acessível por duas pontes pedonais sobre o canal, junto à estrada N8-5¹²⁵. Estas ligações mantêm-se, complementadas com a nova ponte associada ao fim do canal de água.

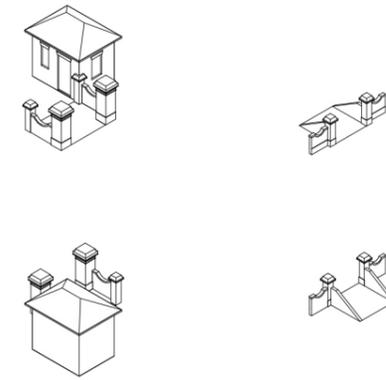
Além da barreira física que o rio Alcoa impõe, entre as zonas do terreiro e do jardim, existe outro corpo arbóreo que impõe uma barreira visual: o antigo pomar. O pomar é incorporado na organização do Parque, pela introdução do programa de “pomar social” permitindo que este esteja disponível ao uso de particulares. Assim, o pomar prevalece como outro elemento didáctico, aproximando o visitante ao tema da actividade agrícola. A sucessão de linhas de árvores regradas e cuidadas propostas têm como objectivo ligar as várias zonas arborizadas na tentativa de dar unidade à mancha florestal actualmente desregrada do vale.

Na margem Poente do rio, após transpor o pomar, definiu-se uma ligação com o jardim; um percurso transversal central que faz a ligação entre as vias principais do Parque.

¹²⁵ A ponte junto à antiga Casa do Guarda e outra, de dimensão semelhante, mais a Norte.



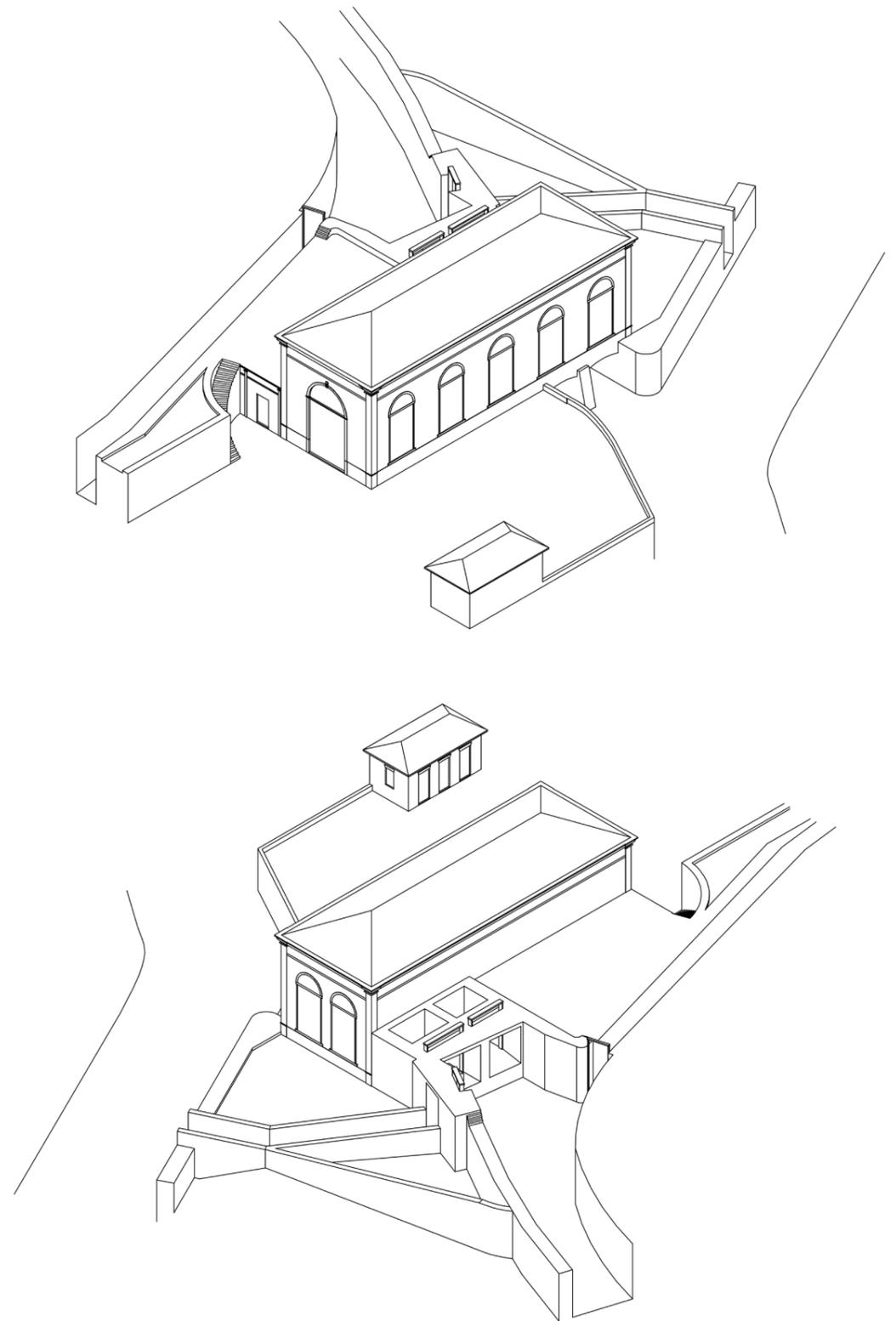
- 114. Zona do *Jardim*. Pontes sobre o canal de água
- 115. Zona do *Jardim*, extremo Norte
- 116. Zona da *Ilha*, extremo Norte
- 117. Zona da *Ilha*, extremo Sul



118. Pontes actuais

Entradas Secundárias
Corte Dd'
Corte Ee'
Perfil tipo da estrada N8-5

v.s.f.f.



119. Central Hidroeléctrica



- 120. Zona do *lha*.
- 121. Desvio do açude
- 122. Açude

O conjunto dos antigos edifícios da Central está circunscrito num recinto. No antigo edifício da Central hidroeléctrica da COFTA é proposto um espaço museológico, com um programa complementar ao dos edifícios do terreiro. Um espaço que potencie a criação de programas didácticos sobre a fábrica têxtil, focando-se no tema da produção energética e na contribuição da Companhia para o processo de electrificação da cidade de Alcobaça.

A possibilidade de reaproveitar o antigo espaço da Central para a produção energética é considerada; contudo, este deverá ser um espaço aberto à visita pública, prevalecendo como “motor” de fomento de iniciativas didácticas sobre o tema energético.

Na zona do antigo jardim, fronteiro à Central, é proposto um parque de merendas, explorando as características da mancha florestal. O sítio é ocupado por plátanos de grande porte que asseguram a disponibilidade de sombra e de área livre. No restante espaço, é proposto uma ocupação do solo com vegetação controlada, rasteira, favorável ao desenvolvimento de actividades de lazer. Deste modo, a manutenção da vegetação deve ser controlada e procurar respeitar a vegetação própria da matriz do antigo jardim, ainda existente, indispensável aos programas sugeridos.

A Ilha

A *ilha* é, actualmente, o espaço mais inacessível de toda a baixa do vale; esta área é circunscrita pelo açude, pela Central Hidroeléctrica, pelo leito do rio Alcoa e pelo canal de água. É caracterizado pela densidade de árvores de grande porte; um bosque isolado, acentuado pela escuridão do solo na presença da sombra.

A proposta preserva a atmosfera de isolamento do espaço, mantendo o seu acesso restrito. Este desenvolve-se pelos extremos laterais da ilha, através da Central ou pelo açude, seguindo o percurso do canal.

O solo, “manchado” pela sombra, é pontuado por vários espelhos de água independentes que se destacam pela reflexão da copa das árvores. A água faz o percurso do canal para as taças de água, seguindo até ao rio Alcoa onde termina em várias fontes. Estas procuram ser uma presença visível a partir do percurso do Alcoa, como um elemento que se revela misteriosamente do bosque serrado.



- 123. Zona da *Clareira*, extremo Norte
- 124. Início da *Clareira*, entrada Sul proposta para o parque
- 125. Zona da *Clareira*

Os acessos que se desdobram do percurso do canal são de dimensão significativa, dispostos como pequenos anfiteatros; são lugares para a leitura do percurso da água e da atmosfera do bosque. Um ambiente reservado, silencioso, introspectivo, onde a única presença são as árvores, a água e o seu canto.

A Clareira

A zona da *clareira*¹²⁶ marca a transição da baixa plana do vale, sem vegetação significativa e com grandes alterações do solo pela acção antrópica, para as encostas do vale mais cerradas, maioritariamente inacessíveis e densamente arborizadas. A ponte D. Elias faz a charneira destas diferentes características físicas do vale do rio Alcoa; das margens regularizadas e muralhadas integradas na zona urbana da cidade de Alcobça, a Sul, para o rio com o leito menos regular e inserido num território florestal, que depois dará início à planície agrícola, a Norte.

Neste espaço desenvolve-se a outra entrada principal do Parque, com uma relação vinculada à cidade de Alcobça. Deste modo, os acessos principais ao Parque e o estacionamento automóvel encontram-se em ambos os extremos do vale, evitando a dispersão de veículos ao longo da estrada. A clareira e o terreiro, enquanto espaços abertos, exercem um contraste com as manchas arbóreas serradas do vale; os “vazios” destes dois espaços, na sua exposição, marcam as entradas do vale.

A atmosfera de “vazio” vegetal, apenas pontuada por alguns choupos de grande porte, é respeitada; estipulam-se pequenos percursos, associados a equipamentos de descanso e define-se o uso da vegetação rasteira que permite a apropriação do solo para outras actividades. Entre a estrada e a clareira definiu-se uma linha de árvores ritmada; um filtro visual do início dos percursos do Parque que faz a ligação com as árvores já existentes na entrada da cidade.

Salienta-se um percurso sobre o rio Alcoa, para Sul: na sequência da proposta sobre um melhor entendimento do rio Alcoa e do seu território, propõe-se neste ponto, pela sua visibilidade sobre a ponte D. Elias, um posto informativo que exponha a importância histórica desta infra-estrutura no desenvolvimento da



¹²⁶ O local definido pela *Clareira* é a única zona proposta para o parque que ainda não foi adquirida pela Câmara de Alcobça.

126. Proposta da *Ilha*, Fotomontagem
127. Proposta da *Clareira*, Fotomontagem

cidade de Alcobaça.

A *clareira* principia a continuidade da ciclovia no vale, ligando por uma ponte as duas margens do rio Alcoa. O desenho da ponte, tal como o da ponte do jardim, caracteriza-se por ser uma variação da “ponte-aqueduto”. A natureza das encostas, a vulnerabilidade do rio à ocorrência de inundações, como já ocorreu, condiciona a opção por pontes com grandes vãos. O carácter industrial das duas pontes é introduzido no contexto natural. Tal como as ruínas da indústria da COFTA, espera-se que o tempo as integre e façam parte da paisagem do vale.

A entrada da cidade, a “porta” para Alcobaça, é importante para a sua identidade; o vale a “garganta” deve ser compreendido como um elemento prioritário de valorização e dignificação da imagem da cidade



128. Vista do Vale da “garganta”, zona da *Clareira*

NOTAS FINAIS

No cumprimento dos objectivos do trabalho entendeu-se que seria importante em alguns parâmetros da componente prática explorar escalas de desenho mais aprofundadas, procurando esclarecer e desenvolver aspectos do território e da proposta. Contudo, devido à escassez de levantamentos topográficos, agravado, em alguns casos, por situações de inacessibilidade ao local, não foi possível essa análise de forma aprofundada.

Estas limitações no processo de trabalho tiveram maior impacto na proposta do Parque Verde, no vale da entrada Norte da cidade de Alcobaça. No desenvolvimento do projecto atribuíram-se programas para os edifícios componentes do projecto do parque; no entanto, devido ao seu estado de inacessibilidade e, em alguns casos, ao elevado estado de degradação, não foi concretizável a definição dos espaços interiores.

O trabalho, para além da concretização de uma proposta para o rio Alcoa, na antiga Lagoa da Pederneira, e de um parque verde que em simultâneo dignifique a entrada da cidade, procura levantar questões para uma futura reflexão sobre os territórios das antigas lagoas marítimas do Couto de Alcobaça, olhando para estes lugares como uma oportunidade para o fomento de actividades que beneficiem do património paisagístico e arquitectónico disponível. A partir da val-

orização desta região, abre-se a possibilidade para o incremento de medidas de divulgação, preservação e refuncionalização do património existente, tal como um maior investimento e regulamentação das actividades mais relevantes da paisagem, como a agricultura e a silvicultura.

Ao nível do turismo, o território do rio Alcoa na antiga Lagoa está integrado num contexto central e diversificado, composto pelo turismo histórico, que tem a sua principal projecção no Mosteiro de Alcobaça, o turismo termal, nas Termas da Piedade, o turismo balnear, na praia da Nazaré e na baía de S. Martinho do Porto e no despontar do turismo rural. Esta paisagem deve ser entendida como uma oportunidade, integrando este território nos fluxos mais importantes da região, explorando espaços únicos e influentes na história regional e nacional.

Partindo do mesmo princípio, esboçam-se algumas possibilidades para uma futura expansão da proposta, que a desenvolvam e lhe dêem maior significado. Talvez a proposta abra caminhos para uma futura estratégia que ligue o Mosteiro de Alcobaça ao antigo mosteiro feminino de Cós, funcionando como charneira entre os dois monumentos... ou, para uma estratégia que ligue os territórios das antigas lagoas e portos - S. Martinho-Pederneira-Paredes - tendo como elemento unificador o antigo “caminho real”... Talvez a proposta possa ser reproduzida, com as adaptações necessárias, para as planícies aluviais das antigas lagoas do Couto de Alcobaça, nomeadamente o território da antiga Lagoa de Alfeizerão... Talvez os percursos definidos, alternativos ao percurso da ciclovia, que integram as antigas granjas e quintas de Cister, não se devam apenas limitar ao espaço em redor da antiga Lagoa mas estender-se a todo o território do antigo Couto construindo um circuito entre as várias granjas... Ideias soltas que comprovam que ainda há muito por explorar no território do rio Alcoa.

ANEXOS

125. Planta da Companhia de Fiação e Tecidos de Alcobaça, anterior à década de 50. O troço da actual estrada N8-5 ainda é o inicial, dividindo o conjunto fabril.

126. Planta da Central Hidroeléctrica pertencente à COFTA. A planta apresenta traços do antigo jardim, fronteiro ao edifício, e do terceiro volume do conjunto, actualmente desaparecido.

BIBLIOGRAFIA

-Almeida, A. D., & Belo, D. (2007). **Portugal património: Guia inventário** (Vol. VI). Rio de Mouro: Círculo de Leitores.

-Barbosa, P. G., (Secretário Geral) (1978). **Congresso internacional para a investigação e defesa do património**, Alcobaça.

-Barbosa, P. G., (1992). **Povoamento e estrutura agrícola na Estremadura Central: Séc. XII a 1325**, Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.

-Barbosa, P. G., Mascarenhas, J. M., & Tereno, M. C. S., (1998). **Granjas monásticas e estruturação do território nos Coutos de Alcobaça**, in IX Centenario de la fundacion del Cister: II Congreso internacional sobre el Cister en Galicia y Portugal, (1998), volumen III, Zamora: Ourense.

-Barbosa, P. G., & Moreira, M. L., (2006). **Seiva sagrada: A agricultura na região de Alcobaça, notas históricas**, Alcobaça: Associação dos Agricultores da Região de Alcobaça.

-Barbosa, P. G., (2008). **A estação arqueológica de Parreitas** (Bárrio, Alcobaça), in Barbosa, P. G., (2008), *A região de Alcobaça na época romana: A estação arqueológica de Parreitas (Bárrio)*, Alcobaça: Município de Alcobaça, Instituto de Estudos Regionais e do Municipalismo Alexandre Herculano da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

-Bernardes, J. P., (2008). **A Lagoa da Pederneira: Porto natural de Parreitas**, in, BARBOSA, Pedro Gomes, (2008), *Idem*.

-Carvalho, L., (2008). **Fios que teceram a cidade: História da Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça (1875-1998)**, Alcobaça: Câmara Municipal de Alcobaça.

-Delgado, I., (1986). **Memórias da vila da Cela**, Alcobaça: Câmara Municipal de Alcobaça, Junta de Freguesia da Cela.

-Domingues, A., (2011). **Vida no campo**, Porto: DAFNE Editora.

-Garcia, E. B., (1964). **As torres e os fachos na Lagoa da Pederneira: A torre**

de D. Framondo, Separata do “Arquivo de Beja”, vol. XX-XXI- 1963-1964, Beja: Minerva Comercial.

-Garcia, E. B., (1966). **Um templo visigótico em S. Gião (Famalicão da Nazaré) - Estremadura**, Separata de Arqueologia e História 8ª série das publicações, volume XII, Lisboa: SILVAS, LDA;

-Garcia, E. B., (1968/70). **As torres e os fachos na Lagoa da Pederneira: 3. Vestígios de navegações antigas na lagoa da Pederneira (Nazaré)**, Separata do “Arquivo de Beja”, vol. XXV-XXVII- 1968-70, Beja: Alengrafa.

-Gonçalves, I., (1989). **O património do Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV**, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

-Guincho, C. A. F., (2010). **O povoado na área da Lagoa da Pederneira: Da ocupação romana até ao século XII**, Dissertação de Mestrado em Estudos do Património: Universidade Aberta, Lisboa.

-Gusmão, A., (1948). **A real abadia de Alcobaça: Estudo histórico-arqueológico**, Lisboa: Editora Ulisseia.

-Gusmão, A. N., (1992). **A real abadia de Alcobaça**, Lisboa: Livros do Horizonte.

-Henriques, M. V., (2013). **O litoral dos Coutos de Alcobaça: Evolução sedimentar e histórica da Lagoa da Pederneira**, in Carreiras, J. A., (2013). *Mosteiros cistercienses: História, arte, espiritualidade e património*, Tomo I, Alcobaça: Jorlis.

-Jorge, V. F., Mascarenhas, J. M. P. B., Oliveira, E. R. A., & Quintela, A. C., (Comissão Científica), (1996). **Hidráulica monástica medieval e moderna**, Lisboa: Fundação Oriente.

-Jorge, V. F., (2013). **Os cistercienses e a água**, Lisboa: retirado da Revista Portuguesa de História, Tomo XLIII.

-Macedo, J. B., (1963). **Os problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII**, Lisboa: Associação Industrial Portuguesa, Estudos da Economia Aplicada.

-Maduro, E. V. V., (2011). **Cister em Alcobaça: Território, economia e socie-**

dade (séculos XVIII-XX), Porto: ISMAI.

-Mangorrinha, J., (2000). **O lugar das termas**, Lisboa: Livros Horizonte.

-Mantas, V. G., (2008). **Notas sobre a história antiga e arqueológica da região oeste**, in Barbosa, P. G., (2008). *Idem*.

-Marques, M. A., (1998). **Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal**, Lisboa: Edições Colibri.

-Marques, M. Z., (1994). **Por terras dos antigos Coutos de Alcobaça**, Alcobaça: Tipografia Alcobaça.

-Martins, C., (2009). **Os projectos para o porto de S. Martinho e campos de Alfeizerão, 1774-1800: As opções dos técnicos e dos políticos**, Provas de aptidão pedagógica e capacidade científica, Coimbra: Departamento de Arquitectura da FCTUC.

-Monteiro, N. G. F., (2003). **Elites e poder: Entre o Antigo Regime e o Liberalismo**, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

-Natividade, J. V., (1922). **A região de Alcobaça: Algumas notas para o estudo da sua agricultura, população e vida rural**, Lisboa: Libanio da Silva.

-Natividade, J. V., (1942). **Os monges agrónomos do Mosteiro de Alcobaça**, Alcobaça: Edição do Grémio da Lavoura da região de Alcobaça.

-Natividade, J. V., (1944). **As granjas do Mosteiro de Alcobaça**, Lisboa: Boletim da Junta da Província de Estremadura.

-Natividade, J. V., (1960). **Mosteiro e Coutos de Alcobaça: Alguns capítulos extraídos dos manuscritos inéditos do autor e publicados no centenário do seu nascimento**, Alcobaça: Câmara Municipal de Alcobaça.

-Natividade, M. V., (1885). **O Mosteiro de Alcobaça: Notas históricas**, Coimbra: Imprensa Progresso.

-Pereira, P. M., (2013). **Arquitectura do território: Mapear paisagens do Baixo Mondego**, Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura: Departamento de Arquitectura da FCTUC.

-Proença, M. C., (2005). **O desenvolvimento do turismo: da Belle Époque aos anos trinta**, in Proença, M. C. (Coordenação), (2005). A baía de S. Martinho do

Porto: Aspectos geográficos e históricos, Lisboa, Associação de Defesa do Ambiente de S. Martinho do Porto: Edições Colibri.

-Serrão, J., (1971). **Dicionário de história de Portugal**, Volume II, Porto: Figueirinhas.

-Serrão, J., (1992). **Dicionário de história de Portugal**, Volume II, IV, *Idem*.

-Silva, B., (2010). **PROAP: Arquitectura paisagista**, Lisboa: NOTE.

-Silva, C., Alarcão, A., & Cardoso, A. P. L., (1961). **A região a Oeste da Serra dos Candeeiros: Estudo económico-agrícola dos concelhos de Alcobaça, Nazaré, Caldas da Rainha, Óbidos e Peniche**, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian;

-Silva, L., (2005). **S. Martinho do Porto na 1ª metade do século XX: Alguns aspectos da realidade socioeconómica**, in Proença, M. C. (Coordenação), (2005). *Idem*;

-Tavares, J. P. D., (2001). **Hidráulica: linhas gerais do sistema hidráulico cisterciense em Alcobaça**, in Silva, C. M., (2001). Roteiro cultural da região de Alcobaça: A Oeste da Serra dos Candeeiros, Alcobaça: Câmara Municipal de Alcobaça.

-Távora, F., (2006). **Da organização do espaço**, Porto: FAUP publicações.

-Vaz, J. L. I., (2013). **Pontes antigas em territórios de Cister- o caso de Alcobaça**, in Carreiras, J. A., (2013). *Idem*.

-Viterbo, S., (1988). **Dicionário histórico e documental dos arquitectos, engenheiros e construtores portugueses**, Volume I, II, III, Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda.

INTERNET

-Leite, S., (2010). **Caminho Real (troço sul)**, acedido a 17 de Outubro, 2014, <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/8745057>;

FONTES DAS IMAGENS

1. Foto tirada no local a 29-03-2014;
2. Foto tirada no local a 29-03-2014;
3. Foto tirada no local a 7-07-2014;
4. Foto tirada no local a 7-07-2014;
5. Foto tirada no local a 7-07-2014;
6. Foto tirada no local a 29-03-2014;
7. Foto tirada no local a 25-11-2013;
8. Foto tirada no local a 7-10-2012;
9. Foto tirada no local a 9-01-2015;
10. Foto tirada no local a 25-11-2013;
11. Foto tirada no local a 25-11-2013;
12. Foto tirada no local a 25-11-2013;
13. Retirado da obra: SOARES, J., (2002). **Os Mitos da lagoa**, Câmara Municipal da Nazaré, p. 15;
14. Retirado da obra: SOARES, J., (2002). **Os Mitos da lagoa**, Câmara Municipal da Nazaré, p. 15;
15. Retirado da obra: Henriques, M. V., (2013). **O litoral dos Coutos de Alcobça: Evolução sedimentar e histórica da Lagoa da Pederneira**, in Carreiras, J. A., (2013). **Mosteiros cistercienses: História, arte, espiritualidade e património**, Tomo I, Alcobça: Jorlis, p. 435;
16. Retirado da obra: Henriques, M. V., (2013). **O litoral dos Coutos de Alcobça: Evolução sedimentar e histórica da Lagoa da Pederneira**, in Carreiras, J. A., (2013). **Mosteiros cistercienses: História, arte, espiritualidade e património**, Tomo I, Alcobça: Jorlis, p. 435;
17. Foto tirada no local a 9-01-2015;
18. Foto tirada no local a 9-01-2015;
19. Foto tirada no local a 9-01-2015;
20. Retirado do site:
http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00001422, na data 21-01-2015;
21. Retirado da obra: Garcia, E. B., (1964). **As torres e os fachos na Lagoa da**

Pederneira: A torre de D. Framondo, Separata do “Arquivo de Beja”, vol. XX-XXI- 1963-1964, Beja: Minerva Comercial, p. 7;

22. Retirado do site: <http://www.vmsa-arquitectos.com/home.html>, na data 21-01-2015;

23. Retirado do site: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3275, na data 21-01-2015;

24. Retirado do site: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3275, na data 21-01-2015;

25. Retirado do site: <http://www.tintafresca.net/News/newsdetail.aspx?news=901d71aa-51d3-410f-95ef-3aa725ae8889&edition=113>, na data 21-01-2015;

26. Retirado do site:

http://www.academia.edu/2576088/O_Imagin%C3%A1rio_Pict%C3%B3rico_do_Mosteiro_de_Alco%C3%A7a, na data 21-01-2015;

27. Retirado da obra: Natividade, M. V., (1960). **Mosteiro e Coutos de Alcoçaba: Alguns capítulos extraídos dos manuscritos inéditos do autor e publicados no centenário do seu nascimento**, Alcoçaba: Câmara Municipal de Alcoçaba., p.96;

28. Retirado do site: <http://falcaodecampos.pt/index.php?/equipamento/mosteiro-de-santa-maria-de-alcobaca/>, na data 4-01-2015;

29. Retirado da obra: Natividade, J. V., (1944). **As granjas do Mosteiro de Alcoçaba**, Lisboa: Boletim da Junta da Província de Estremadura, p. 11;

30. Foto tirada no local a 9-01-2015;

31. Retirado do site: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3275, na data 21-01-2015;

32. Foto tirada no local a 5-10-2014;

33. Foto cedida pela Câmara Municipal de Alcoçaba;

34. Foto tirada no local a 5-10-2014;

35. Foto tirada no local a 9-01-2015;

36. Retirado do site: <http://portugalfotografiaaerea.blogspot.pt/2014/02/valado-dos-fracades.html>, na data 23-01-2015;

37. Retirado do site: <http://www.bing.com/maps/#Y3A9NDAuMjA1NTAyfi04LjQxOTYwMCZsdmw9NCZzdHk9ciZxPWFsY29iYSVDMyVBN2E=>, na data 23-01-2015;

38. Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar/ Direcção de Infra-Estruturas do Exército, 1904-2-20-29, Lisboa;
39. Retirado da obra: Henriques, M. V., (2013). **O litoral dos Coutos de Alcobaça: Evolução sedimentar e histórica da Lagoa da Pederneira**, in Carreiras, J. A., (2013). **Mosteiros cistercienses: História, arte, espiritualidade e património**, Tomo I, Alcobaça: Jorlis, p. 436;
40. Retirado da obra: Henriques, M. V., (2013). **O litoral dos Coutos de Alcobaça: Evolução sedimentar e histórica da Lagoa da Pederneira**, in Carreiras, J. A., (2013). **Mosteiros cistercienses: História, arte, espiritualidade e património**, Tomo I, Alcobaça: Jorlis, p. 437;
41. Arquivo Histórico Militar, DIV-4-1-14-05, Lisboa;
42. Foto tirada no local a 9-01-2015;
43. Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar/ Direcção de Infra-Estruturas do Exército, 1904-2-20-29, 479-1-3-5, Lisboa;
44. Casal, Pe Frei J. V., (1593). **Planta do sítio da Pederneira e do forte que nella propôs p Pe. Frei João Vicencio Casal a Dom João da Silva Conde de Portalegre e Capitão Geral do Reino de Portugal por S. Mag.des em 12 de Outubro de 1593**: Casa do Cadaval.
45. Retirado da obra: **Description de España y de las costas e puertos de sus reynos**, (1634), in Pereda, F. & Marías, F. (eds.), (2002), **Atlas del Rey Planeta**, San Sebastián: Editorial Nerea, p. 65.
46. Retirado da obra: Barbosa, P. G., & Moreira, M. L., (2006). **Seiva sagrada: A agricultura na região de Alcobaça**, notas históricas, Alcobaça: Associação dos Agricultores da Região de Alcobaça, p. 24;
47. Retirado do site: http://flemingdeoliveira.blogspot.pt/2009_03_01_archive.html, na data 4-01-2015;
48. Foto tirada do local a 5-10-2014;
49. Foto tirada no local a 9-01-2015;
50. Retirado do site: http://www.igeoe.pt/downloads/file146_pt.pdf, na data 4-01-2015;
51. Retirado da obra: Loureiro, A. (1904). **Portos Marítimos de Portugal e ilhas adjacentes**, Atlas, E. III, Volume I, Lisboa: Imprensa Nacional.
52. Foto tirada no local a 25-11-2013;
53. Foto tirada no local a 25-11-2013;

54. Foto tirada no local a 25-11-2013;
55. Retirado da obra: Jorge, V. F., Mascarenhas, J. M. P. B., Oliveira, E. R. A., & Quintela, A. C., (Comissão Científica), (1996). **Hidráulica monástica medieval e moderna**, Lisboa: Fundação Oriente, p. 25;
56. Retirado da obra: Jorge, V. F., Mascarenhas, J. M. P. B., Oliveira, E. R. A., & Quintela, A. C., (Comissão Científica), (1996). **Hidráulica monástica medieval e moderna**, Lisboa: Fundação Oriente, p. 27;
57. Foto tirada no local a 7-7-2014;
58. Foto tirada no local a 9-01-2015;
59. Retirado do site: <http://www.infopedia.pt/apoio/artigos/10264600>, na data 4-01-2015;
60. Retirado do site: <http://www.granjadovallado.com/>, na data 4-01-2015;
61. Retirado do site: <http://www.granjadovallado.com/>, na data 4-01-2015;
62. Retirado do site: http://uniralcobaca.blogspot.pt/2013_08_01_archive.html, na data 4-01-2015;
63. Foto tirada no local a 7-10-2012;
64. Foto tirada no local a 7-10-2012;
65. Foto tirada no local a 7-10-2012;
66. Retirado do site: <http://alcofoto.blogspot.pt/>, na data 4-01-2015;
67. Foto cedida pela Câmara Municipal de Alcobaça;
68. Retirado da obra: Carvalho, L., (2008). **Fios que teceram a cidade: História da Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça (1875-1998)**, Alcobaça: Câmara Municipal de Alcobaça, p. 104;
69. Retirado da obra: Carvalho, L., (2008). **Fios que teceram a cidade: História da Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça (1875-1998)**, Alcobaça: Câmara Municipal de Alcobaça, p.102;
70. Foto tirada no local a 7-10-2012;
71. Retirado da obra: Carvalho, L., (2008). **Fios que teceram a cidade: História da Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça (1875-1998)**, Alcobaça: Câmara Municipal de Alcobaça, p.102;
72. Foto tirada no local a 7-10-2012;
73. Foto tirada no local a 5-10-2014;
74. Foto tirada no local a 7-10-2012;
75. Foto tirada no local a 25-11-2013;

76. Foto tirada no local a 7-10-2012;
77. Foto tirada no local a 25-11-2013;
78. Foto tirada no local a 9-01-2015;
79. Foto tirada no local a 9-01-2015;
80. Foto tirada no local a 25-11-2013;
81. Foto tirada no local a 9-01-2015;
82. Foto tirada no local a 9-01-2015;
83. Retirado do site: <http://www.tintafresca.net/News/newsdetail.aspx?news=6c2006e1-4160-4c6c-b1e2-793659e400b2&edition=115>, na data 4-01-2015;
84. Retirado do site: <http://obrainquieta.blogspot.pt/search/label/Christo%20and%20Jeanne-Claude>, na data 4-01-2015;
85. Produzidas pelo autor;
86. Produzidas pelo autor;
87. Foto tirada no local a 25-11-2013;
88. Foto tirada no local a 9-01-2015;
89. Foto tirada no local a 9-01-2015;
90. Foto tirada no local a 9-01-2015;
91. Foto tirada no local a 25-11-2013;
92. Foto tirada no local a 25-11-2013;
93. Foto tirada no local a 9-01-2015;
94. Retirado do site: <http://www.geocaching.com/seek/log.aspx?LUID=1ef-36fb6-b4ce-40c2-a70d-877b48cf8337&IID=53dcaff1-508b-44f9-a663-2853303daa45>, na data 4-01-2015;
95. Produzidas pelo autor;
96. Foto tirada no local a 9-01-2015;
97. Foto tirada no local a 9-01-2015;
98. Produzidas pelo autor;
99. Foto tirada no local a 9-01-2015;
100. Foto tirada no local a 7-10-2012;
101. Produzida pelo autor;
102. Retirado do site: <http://www.regiaodecister.pt/sites/default/files/foral.pdf>, na data 8-02-2015;
103. Foto tirada do local a 5-10-2014;

104. Foto tirada do local a 5-10-2014;
105. Retirado da obra: Carvalho, L., (2008). **Fios que teceram a cidade: História da Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça (1875-1998)**, Alcobaça: Câmara Municipal de Alcobaça, p.98;
106. Retirado da obra: Carvalho, L., (2008). **Fios que teceram a cidade: História da Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça (1875-1998)**, Alcobaça: Câmara Municipal de Alcobaça, p.98;
107. Foto tirada do local a 5-10-2014;
108. Foto tirada do local a 5-10-2014;
109. Foto tirada no local a 9-01-2015;
110. Produzida pelo autor;
111. Produzida pelo autor;
112. Produzida pelo autor;
113. Produzida pelo autor;
114. Foto tirada do local a 5-10-2014;
115. Foto tirada no local a 7-10-2012;
116. Foto tirada do local a 5-10-2014;
117. Foto tirada no local a 7-10-2012;
118. Produzida pelo autor;
119. Produzida pelo autor;
120. Foto tirada do local a 5-10-2014;
121. Foto cedida pela Câmara Municipal de Alcobaça;
122. Foto tirada do local a 5-10-2014;
123. Foto tirada do local a 5-10-2014;
124. Foto tirada do local a 5-10-2014;
125. Foto tirada do local a 5-10-2014;
126. Produzida pelo autor;
127. Produzida pelo autor;
128. Foto tirada no local a 9-01-2015;

